



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO – CAMPUS SALGUEIRO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - PROFEPT**

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO

**FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR PARA PROFESSORES E
MEMBROS DAS EQUIPES DOS NAPNEs DO IFPI: COMPARTILHANDO PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS**

**SALGUEIRO-PE
2023**

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO

**FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR PARA PROFESSORES E
MEMBROS DAS EQUIPES DOS NAPNEs DO IFPI: COMPARTILHANDO PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – Campus Salgueiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Aldo Camurça de Araújo Neto.

**SALGUEIRO-PE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F478 Filho, José Francisco da Silva.

Formação colaborativa em inclusão escolar para professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI: Compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas / José Francisco da Silva Filho. - Salgueiro, 2023.
140 f. : il.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2023.

Orientação: Prof. Dr. José Aldo Camurça de Araújo Neto.

1. Educação. 2. práticas pedagógicas. 3. metodologias de ensino. 4. formação continuada colaborativa. 5. inclusão escolar. I. Título.

CDD 370

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO

**FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR PARA PROFESSORES E
MEMBROS DAS EQUIPES DOS NAPNEs DO IFPI: COMPARTILHANDO PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco – Campus Salgueiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 27 de setembro 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Aldo Camurça de Araújo Neto.
ProfEPT/IF Sertão-PE
Orientador

Prof. Dr. Gabriel Kafure Da Rocha
ProfEPT/IF Sertão-PE
Membro Interno

Prof. Dr. Marcos Fábio Alexandre Nicolau
UVA/CE
Membro Externo

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO

**FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR PARA PROFESSORES E
MEMBROS DAS EQUIPES DOS NAPNEs DO IFPI: COMPARTILHANDO PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - Campus Salgueiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 27 de setembro 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Aldo Camurça de Araújo Neto.
ProfEPT/IF Sertão-PE
Orientador

Prof. Dr. Gabriel Kafure da Rocha
ProfEPT/IF Sertão-PE
Membro Interno

Prof. Dr. Marcos Fábio Alexandre Nicolau
UVA/CE
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pai todo poderoso que sempre está presente em minha vida. Neste percurso formativo estive me guiando, iluminando e dando forças para que eu não fraquejasse diante das adversidades que vieram a acontecer. Sempre fazendo com que eu sentisse a sua presença e mostrando que eu era capaz de vencer porque ele estava comigo.

À minha esposa Marenilda que vivencia meus sonhos e partilha comigo a vida. Essa vitória é nossa, pois percorremos juntos esse caminho, partilhando todas as etapas desde a ideia inicial até a conclusão dessa tão importante etapa de nossas vidas.

Aos meus filhos: Marcos Davi, Luid Marcelo e Paulo Roberto por compreenderem a minha ausência em muitos momentos que vocês queriam a minha companhia, mas fizeram questão de acompanhar minhas notas, pois o pai deve ser o espelho para os filhos.

Aos meus pais Graça e Dedé que embora não tenham muita escolaridade sempre moveram céus e terras para que eu pudesse estudar, nesse momento do mestrado minha mãe me mostrou que é de batalha que se vive a vida e que não podemos baixar a cabeça diante dos obstáculos.

Agradeço imensamente aos meus amigos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI por terem vivenciado a ideia de formação continuada proposta por este trabalho, sem vocês não seria possível colocar em prática esse projeto tão significativo.

Agradeço aos membros da equipe pedagógica do IFPI Campus Picos pelo apoio dado a esse processo de formação, vocês vivenciaram a ideia, ajudaram a construir e vivenciaram o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de turma de mestrado pelo apoio e pelo encorajamento no percurso em que estivemos juntos partilhando os mesmos desafios e vitórias, que mesmo à distância por conta do momento de pandemia construímos uma grande amizade.

Ao programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pela oportunidade que me foi dada em cursar o mestrado.

Ao meu orientador, o professor Dr. José Aldo Camurça de Araújo Neto, que com sua paciência me deu as orientações necessárias para a construção do trabalho de pesquisa.

RESUMO

Considerando a fragilidade na formação inicial docente para o trabalho de inclusão escolar com as pessoas público-alvo da educação especial, evidenciando a necessidade de formação continuada para fortalecer a prática pedagógica no atendimento a esse público, objetivou-se a desenvolver uma formação continuada nos pressupostos de colaboração destinadas aos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI através do compartilhamento de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Essa proposta foi desenvolvida através de um curso de extensão ofertado de forma on-line utilizando o apoio dos recursos tecnológicos e possibilitando a troca de experiências entre os pares em um ambiente virtual de aprendizagem. Na pesquisa, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, alicerçada nos fundamentos da pesquisa-ação, centrando-se no agir participativo e na ideologia de ação coletiva. Os dados foram coletados mediante pesquisa de campo, através de questionários aplicados aos participantes que concluíram o curso de extensão. Os resultados obtidos apontaram que a proposta de formação colaborativa trouxe uma metodologia diferente, sendo esta bem aceita, visto a possibilidade de construção de conhecimentos a partir do contexto vivenciado na rede de ensino. Os cursistas compreenderam que à medida que eles partilham as práticas pedagógicas, eles fortalecem seus conhecimentos e proporcionam a formação para outros colegas que vivenciam o mesmo desafio, proporcionando assim uma formação continuada significativa. Conclui-se que a proposta de formação colaborativa é bastante viável para desenvolver formação continuada em inclusão escolar e em qualquer outra área do conhecimento, visto que ela se apresenta com uma metodologia dinâmica, interativa e reflexiva, pois ela permite a aproximação entre os pares, a reflexão sobre a prática educativa e a construção coletiva de conhecimentos.

Palavras-chave: práticas pedagógicas. metodologias de ensino. formação continuada colaborativa. inclusão escolar.

ABSTRACT

Considering the fragility in the initial teacher training for the work of school inclusion with the target audience of special education, highlighting the need for continuing education to strengthen the pedagogical practice in serving this public, the objective was to develop continuing education in the assumptions of collaboration aimed at teachers and team members of the IFPI NAPNEs through the sharing of pedagogical practices and inclusive teaching methodologies. This proposal was developed through an extension course offered online using the support of technological resources and enabling the exchange of experiences between peers in a virtual learning environment. In the research, a qualitative approach was used, based on the foundations of action research, focusing on participatory action and on the ideology of collective action. Data were collected through field research, through questionnaires applied to participants who completed the extension course. The results showed that the collaborative training proposal brought a different methodology, which was well accepted, given the possibility of building knowledge from the context experienced in the education network. Course participants understood that as they share pedagogical practices, they strengthen their knowledge and provide training for other colleagues who experience the same challenge, thus providing significant continuing education. It is concluded that the collaborative training proposal is quite viable to develop continuing education in school inclusion and in any other area of knowledge, since it presents itself with a dynamic, interactive and reflective methodology, as it allows the approximation between peers, reflection on educational practice and the collective construction of knowledge.

Keywords: pedagogical practices. teaching methodologies. collaborative continuing education. school inclusion

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Paradigmas adotados para o atendimento às PCD ao longo da história.....	24
Figura 2: A transversalidade da educação especial.....	30

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Ambiente virtual de aprendizagem Campus <i>On-line</i>	51
Imagem 2: A organização do curso em módulo na plataforma.....	52
Imagem 3: Arte digital de divulgação que se tornou logomarca do curso.....	54
Imagem 04: Interação dos cursistas nos fóruns de discussões no ambiente virtual de aprendizagem.....	90

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Resumo do percurso de como os PCD eram tratados conforme o momento histórico.....	20
Quadro 2: Principais documentos internacionais com as suas ações que contribuíram para a implementação da inclusão das PCD.....	21
Quadro 3- Normativas, políticas e ações direcionadas à educação especial no Brasil.....	22
Quadro 4: Etapas do planejamento do curso de extensão.....	49
Quadro 5: Organização dos módulos do curso na plataforma Campus On-line.....	52
Quadro 6: Sequência formativa colaborativa do módulo I.....	59
Quadro 7: Sequência formativa colaborativa do módulo II.....	61
Quadro 8: Sequência formativa colaborativa do Módulo III.....	63
Quadro 9: Sequência de formação colaborativa do módulo IV.....	65
Quadro 10: Dicas de filmes repassadas no cinema inclusivo.....	68
Quadro 11: Tipo e área de formação dos cursistas que finalizaram o curso.....	73
Quadro 12: Cursos de formação continuada em inclusão escolar realizados pelos cursistas concluintes.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de inscritos por Campus.....	54
Gráfico 2: Categoria dos participantes.....	55
Gráfico 3: Campus de lotação dos cursistas que finalizaram o curso.....	70
Gráfico 4: Atuação dos cursistas conforme os segmentos TAE, Docente da Base Comum e Docente da Base Técnica Profissional.....	71
Gráfico 5: Tempo de atuação na área da educação.....	73
Gráfico 6: Nível de formação dos cursistas concluintes.....	75
Gráfico 07: Quantidade de cursistas que já haviam participado de algum curso de formação continuada em inclusão escolar.....	76
Gráfico 8: Participação dos cursistas em cursos de formação colaborativa.....	77
Gráfico 9: Avaliação da proposta metodológica do curso pelos cursistas.....	79
Gráfico 10: A partilha de práticas pedagógicas entre os participantes tornou o curso mais significativo.....	80
Gráfico 11: A partilha de práticas pedagógicas inclusivas no curso fortaleceu a prática docente para trabalhar com alunos PAEE.....	82
Gráfico 12: A relevância da formação colaborativa para a formação continuada em inclusão escolar.....	83
Gráfico 13: Maior interesse dos cursistas em participarem do curso por envolver as experiências vivenciadas no IFPI.....	84
Gráfico 14: Confirmação dos cursistas que o grupo do <i>whatsapp</i> contribuiu com a proposta de formação colaborativa.....	85
Gráfico 15: Confirmação de que as práticas pedagógicas partilhadas pelo <i>Google Meet</i> contribuíram com a proposta de formação colaborativa.....	87
Gráfico 16: Confirmação dos cursistas de que o ambiente virtual de aprendizagem atendeu aos objetivos do curso.....	89
Gráfico 17: Confirmação dos cursistas que o ambiente virtual possibilitou a interação entre os participantes.....	90
Gráfico 18: Confirmação dos cursistas que a organização dos materiais didáticos dentro da plataforma possibilitou o bom desenvolvimento do curso.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ATPA - Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

CAADI - Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade

C - Cursistas

EaD - Educação à Distância

EPD - Estatuto da Pessoa com Deficiência

IES - Instituição de Ensino Superior

IFs - Institutos Federais

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Moodle - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PAEE - Público-alvo da educação especial

PCD - Pessoa com deficiência

PEI - Plano Educacional Individualizado

PNE - Plano Nacional de Educação

ProfEPT - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SRM - Sala de Recursos Multifuncionais

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TEA - Transtorno do Espectro do Autismo

TEC NEP - Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO, FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOCENTE PARA O TRABALHO COM O ALUNO PAEE.....	18
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PERCURSO DA INCLUSÃO DAS PCD.....	18
2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL.....	25
2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E A CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	32
2.4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS.....	39
2.5 A FORMAÇÃO COLABORATIVA: UM CAMINHO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM INCLUSÃO ESCOLAR.....	42
3. A PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR.....	48
3.1 O PLANEJAMENTO DO CURSO DE EXTENSÃO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR.....	48
3.1.1 O MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO.....	49
3.1.2 A PLATAFORMA PARA DESENVOLVIMENTO DO CURSO.....	50
3.1.3 ORGANIZAÇÃO DO CURSO NA PLATAFORMA.....	51
3.1.4 A DEFINIÇÃO DE VAGAS E DOS PARTICIPANTES.....	53
3.1.5 A DIVULGAÇÃO DO CURSO E REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.....	53
3.2 A PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO.....	56
3.3 O DESENVOLVIMENTO DO CURSO.....	57
3.3.1 O PRIMEIRO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA.....	58
3.3.2 O SEGUNDO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA.....	60
3.3.3 O TERCEIRO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA.....	62
3.3.4 O QUARTO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA.....	64
3.4 OS RECURSOS DIGITAIS DE APOIO.....	66
3.5 AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS PARTICIPANTES.....	69
3.5.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS CURSISTAS CONCLUINTES.....	70
3.5.2 ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA.....	78
3.6 A CERTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	93

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....	104

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a orientação para a escolarização dos alunos com deficiência estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, no seu Art. 4º, inciso III, é que o atendimento educacional aos educandos com deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. Com isso, as instituições de ensino precisam estar adaptadas para favorecer um espaço adequado e formação pedagógica necessária para o atendimento inclusivo desse aluno.

A partir dessa regulamentação legal, a equipe escolar necessita estar preparada para receber o estudante público-alvo da educação especial - PAEE, principalmente o professor que, em sala de aula, é responsável por conduzir o ensino e desenvolver metodologias e práticas pedagógicas que facilitem a aprendizagem desse aluno.

Diante disso, é perceptível que os professores têm um papel relevante na inclusão do discente com deficiência, por estarem próximos a ele e de fato acompanharem o processo de aprendizagem, conhecendo as limitações e as possibilidades que o discente apresenta. No entanto, é possível afirmar que esse trabalho de inclusão desenvolvido pelo professor, constitui um grande desafio, pois na maioria das vezes ele aprende na prática, visto que sua formação inicial não consegue atender às exigências do trabalho educativo que precisa desenvolver.

Com isso, são frequentes os relatos de inquietações dos professores que recebem em suas salas de aulas estudantes com deficiência, inclusive na realidade da educação profissional, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. Percebe-se que muitos docentes sentem-se impotentes, angustiados e preocupados. Nesse sentido, Castro e Alves (2018), ressaltam que cotidianamente, escuta-se professores externarem que não se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência.

Essa sensação de despreparo sentida pelos docentes diante do trabalho a ser desenvolvido com alunos com deficiência é resultado de uma formação falha e superficial ou ausência dessa formação, no caso dos professores bacharéis e tecnólogos que constituem a realidade dos IFs. Assim, com a falta de uma boa formação os professores apresentam dificuldades na sua prática pedagógica e buscam constantemente encontrar metodologias de ensino necessárias ao desenvolvimento de um trabalho que leve à inclusão dos educandos com deficiência no contexto educacional.

Diante da fragilidade da formação inicial do docente, que deixa lacunas na preparação do professor em trabalhar com estudantes com deficiência, é que se faz necessário desenvolver uma formação continuada e de forma colaborativa para conhecer práticas

pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas no sentido de fortalecer a prática docente no trabalho de inclusão escolar.

Com essa fragilidade da formação inicial e a evidente necessidade de aperfeiçoamento contínuo surge a problemática da pesquisa: como uma formação continuada colaborativa em inclusão escolar contribui para o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar dos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI?

A proposta de formação colaborativa em inclusão escolar se apresenta como uma estratégia de aperfeiçoamento da prática docente para o trabalho de inclusão do estudante público alvo da educação especial - PAEE, ou seja, estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, se caracterizando como um momento de troca de experiências entre os pares, em que os docentes e os membros das equipes dos NAPNEs do IFPI compartilharão uma mesma necessidade e um mesmo objetivo.

Nessa perspectiva, a formação colaborativa permitirá a reflexão sobre a prática pedagógica e a busca partilhada de direcionamentos para o fazer pedagógico, fortalecendo assim, o trabalho educativo desenvolvido pelo professor. Nesse sentido, Helving (2015), ressalta que a característica marcante da formação colaborativa fundamenta-se na proposta de uma construção conjunta de aprendizagem. Assim, uma vez que um grupo de professores se reúne para constituir uma reflexão sobre a prática de trabalho, a vivência diária de sala aula, bem como estudar os elementos centrais de formalização metodológica e teórica utilizada pelo grupo, se constrói saberes que direcionam o trabalho docente a partir da prática e da experiência contextual.

Diante desse contexto, a proposta de formação colaborativa buscará atender uma grande necessidade dos docentes, visto que atualmente, um dos grandes desafios da formação inicial dos professores, diz respeito a implementação de atividades educacionais que respeitem a diversidade e promovam verdadeiramente a inclusão de alunos com deficiência (Mendes, 2017). Essa proposta de formação será desenvolvida utilizando as tecnologias digitais, visto a possibilidades de interações que elas proporcionam.

Tendo em vista o importante papel do professor na formação dos alunos, sobretudo daqueles com deficiência, e sua forte atuação como mediador nos diferentes processos interativos que ocorrem em sala de aula, esta dissertação se justifica, pois é necessário que o professor conheça práticas pedagógicas e metodologias de ensino que sejam inclusivas e que facilitem o processo de ensino-aprendizagem voltado aos estudantes com deficiência, para que possa realizar seu trabalho educativo com mais confiança e qualidade.

Partindo desses pressupostos que levaram à questão problema desta pesquisa,

delineou-se como objetivo geral desenvolver uma formação colaborativa em inclusão escolar para professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI, através do compartilhamento de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas.

Para alcançar esse objetivo geral estabeleceu os seguintes objetivos específicos: 1) realizar um curso de extensão de formação colaborativa com professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI que trabalham com alunos com deficiência, em que utilizaria como metodologia a partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas; 2) construir através do apoio de recursos tecnológicos um ambiente permanente de formação continuada colaborativa para partilhamento de práticas pedagógicas inclusivas e 3) analisar as contribuições da formação colaborativa na perspectiva dos integrantes do ambiente colaborativo.

Para a realização deste estudo e alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, alicerçada nos fundamentos da pesquisa-ação, justificando a pertinência metodológica dessa abordagem por considerar que ela traz um potencial para auxiliar tanto nas reflexões quanto na construção de conhecimentos sobre os processos escolares.

Neste tipo de pesquisa, existe uma ação social ou solução de problemas coletivos e está centrada no agir participativo e na tese central de ação coletiva em que o pesquisador participa ativamente, junto aos sujeitos da pesquisa, em busca da solução de um problema. Os dados foram coletados mediante pesquisa de campo, em que os instrumentos de coleta de dados foram questionários aplicados aos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI, que concluíram o curso de extensão.

A presente dissertação estrutura-se da seguinte maneira: neste primeiro capítulo, tem-se a Introdução, em que se apresentam as considerações iniciais sobre a pesquisa, sua contextualização, questão problematizadora, objetivos e justificativa. O texto desenvolve-se com mais dois capítulos e as Considerações Finais, cujo conteúdo sumariado é o seguinte:

No segundo capítulo, faz-se uma breve contextualização sobre a educação especial e o percurso da inclusão das pessoas com deficiência - PcD, descrevendo o percurso da inclusão escolar e compreendendo as lutas dessas pessoas e a construção das legislações que estabelecem a garantia da educação especial. Em seguida, destaca-se a educação especial na perspectiva da educação inclusiva no contexto atual, em que se discorre sobre a transversalidade da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mostrando como está organizado o processo de inclusão escolar. Em continuidade, é apresentado sobre a formação docente e a capacitação para a educação especial na perspectiva inclusiva,

destacando-se a formação do professor para trabalhar com a educação especial e apontando a necessidade de formação continuada para desenvolver o trabalho de inclusão escolar. Também é contextualizado sobre a educação especial nos Institutos Federais - IFs, mostrando um pouco da realidade da educação especial nessa instituição de educação profissional. Por último, é destacado sobre a formação colaborativa: um caminho para a formação continuada em inclusão escolar, onde se destaca os benefícios da formação colaborativa.

No terceiro capítulo é apresentado a proposta de formação colaborativa em inclusão escolar. Nesta parte, apresenta-se o planejamento, execução e avaliação do curso de extensão Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Destaca-se que neste capítulo é realizada a análise e discussão dos dados obtidos com os participantes da referida pesquisa.

Por último, tem-se as Considerações Finais, em que se retomam as questões e os objetivos da pesquisa, reafirmando-se suas contribuições para uma melhor compreensão acerca da formação colaborativa para a formação continuada em inclusão escolar.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO, FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOCENTE PARA O TRABALHO COM O ALUNO PAEE

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PERCURSO DA INCLUSÃO DAS PCDs

Atualmente vivencia-se no contexto da educação escolar os pressupostos da educação inclusiva¹, que é “um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis” (Brasil, 2008, p.1). Dessa forma a escola como instituição social precisa estar preparada para receber uma diversidade de pessoas com as mais diversas características, seja física, cultural, social, econômica, dentre outras.

Com isso, a escola constitui-se como um espaço plural, em que acontece um encontro de heterogeneidades. Para Guijaro (2005, p. 9), a educação inclusiva baseia-se “na heterogeneidade e não na homogeneidade, considerando que cada aluno tem uma capacidade, interesse, motivações e experiência pessoal única”.

Na perspectiva da educação inclusiva, destaca-se a escolarização das pessoas público alvo da educação especial - PAEE, que são as pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, estas enfrentaram e enfrentam desafios que marcaram a história da educação nacional e mundial.

Para se chegar à realidade da inclusão escolar vivenciada na atualidade no contexto das escolas brasileiras, pode se dizer que a escolarização das pessoas PAEE rompeu preconceitos e costumes culturais construídos pela sociedade em seus modos de viver e de compreender o mundo. Neste sentido, Rogalski (2010, p. 2), “evidencia que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais”. Nesta perspectiva, partindo da análise de como foi compreendida a deficiência, percebe-se a segregação e exclusão em que essas pessoas foram submetidas, configurando-se um longo percurso da exclusão à inclusão.

As pessoas com deficiência (PcD), nas diferentes idades históricas foram submetidas ao abandono em espaços isolados, nas prisões, nos hospitais, dentre outros lugares que proporcionavam uma verdadeira exclusão, refletindo assim os valores inerentes à cultura e ao momento histórico.

Na Idade Antiga, predominou a valorização do homem forte e perfeito, com isso as

¹ **Educação Inclusiva:** se constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

crianças que nasciam com alguma deficiência eram abandonadas. Segundo Paixão (2013, p.12), “as crianças que nasciam com deformidades, com problemas físicos, eram abandonadas em lugares sagrados”, visto que estas com certeza não seriam fortes para explorarem o meio e realizarem suas próprias atividades. Algumas civilizações antigas abandonavam as crianças com deficiência, pois para elas o indivíduo precisava ser forte para poder sobreviver. Na Idade Média, surge outro entendimento da deficiência, com isso emergem novas atitudes sociais, pois com o surgimento do Cristianismo valorizando as atitudes de amor ao próximo, não é mais permitido sacrificar crianças com deficiência, visto que parte da compreensão de que são cristãos e possuem alma, e que a deficiência passa a ser considerada como punição divina. Neste período, as crianças com deficiência não eram mais abandonadas ou sacrificadas e passam a ser merecedoras de caridade e receber cuidados em instituições.

Para melhor compreensão de como era tratada a PcD na Idade Média, o filme *o corcunda de Notre Dame* expõe os preconceitos, as diferenças e a forma de viver das PcD. Dessa forma Mori (2009), ressalta que:

as deficiências pertenciam ao mundo do grotesco e, como tal, eram vistas como negação da perfeição divina. Até o século XVI, as pessoas com deficiência eram consideradas possuídas por seres demoníacos, os quais ocupariam o lugar de suas almas (Mori, 2009, p.7).

Na Idade Moderna, com o surgimento do capitalismo, a visão mística da deficiência é substituída pela perspectiva humanística, sendo que a sociedade muda consideravelmente o modo de ver a PcD². Com a ascensão da ciência, começam os estudos científicos na temática da deficiência. As deficiências são percebidas como patologias, com isso surge o atendimento médico a estas pessoas. Neste contexto, em alguns países surgem a institucionalização especializada, marcando assim o surgimento da Educação Especial em que são criadas as escolas especiais em um modelo clínico-médico, mas estas pessoas continuaram sendo segregadas.

No Século XX, na Idade Contemporânea, mantendo ainda a segregação das PcD nas instituições especializadas, surgem na metade do Século, as contribuições provenientes da Psicologia e das subáreas comportamentais, cognitiva e sócio-histórica, que proporcionam mudanças na educação especial. Se antes no modelo clínico-médico a ênfase era na deficiência, com o apoio da psicologia, o enfoque se dá nas necessidades de aprendizagem

² **PcD**: Considera-se pessoa com deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, N°13.146/2015 aquela que tem impedimento em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas - (Brasil, 2015).

que são possíveis, com isso percebe-se a crítica à abordagem clínico-médico, que centrava-se sobre a importância que os diagnósticos representavam, provocando discriminação, segregação e estigma (Garcia, 2006). Com essa nova percepção advinda da psicologia, contribuiu para que o processo de escolarização se tornasse significativo para a adaptação da pessoa com deficiência à sociedade.

Com as críticas ao processo de segregação das PcD, a sociedade começa a aceitá-las como indivíduos de direitos, enfatizando as possibilidades de elas serem inseridas socialmente. Nesta percepção, o desenvolvimento na área de inclusão foi ganhando força e então foram criadas as escolas especializadas que serviam para suprir as necessidades especiais dos indivíduos, e com isso poder inseri-los na sociedade (Morais e Ricetti, 2021).

Com base neste percurso de como as PcD foram tratadas pela sociedade ao longo da história podemos construir o seguinte quadro resumo para descrever este percurso.

Quadro 1: Resumo do percurso de como os PcD eram tratados conforme o momento histórico.

PERÍODO HISTÓRICO	ATITUDES DA SOCIEDADE
Idade Antiga	Abandono, extermínio
Idade Média	Caridade, crenças do Cristianismo (castigo divino), atendimento caritativo e assistencialista
Idade Moderna	Início do interesse científico pela temática da inclusão, início do atendimento educacional clínico-médico
Idade Contemporânea	Críticas aos modelos segregados de atendimento, reconhecimento dos direitos sociais

Fonte: elaborado pelo autor

As lutas para se chegar a realidade educacional que se vivencia hoje, constituiu-se um longo percurso, que rompeu preconceitos e paradigmas culturais consistentes de toda uma sociedade que super protegia ou inferiorizava as PcD, visto que potencializavam a deficiência e as limitações, mas não visualizavam a superação, o potencial e as habilidades que estas poderiam ter ou desenvolver.

No contexto das lutas para a inclusão das PcD, pode-se destacar alguns acontecimentos internacionais que foram relevantes para buscar a igualdade de direitos básicos para estas pessoas. Um acontecimento marcante foi o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos³ da Organização das Nações Unidas, em 1948, com ele os

³ A **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)** é um documento marco na história dos direitos humanos que delinea a proteção universal dos direitos humanos básicos, adotada pela ONU em 1948.

PcD começaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres, visto que na referida declaração, no seu artigo 2, consta que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Organização das Nações Unidas, 1948, p.2).

Com a defesa da igualdade e do respeito à diversidade das pessoas possibilitou um acentuado avanço no sistema de Inclusão, visto as muitas declarações realizadas para a inserção do indivíduo com necessidades especiais dentro de uma sociedade. Foi somente a partir do século XX que a sociedade passou a compreender o conceito de diversidade, defendendo o direito de cada um, dentro de suas particularidades e singularidades.

O quadro 2: Principais documentos internacionais com as suas ações que contribuíram para a implementação da inclusão das PcD.

DOCUMENTOS	AÇÕES PROPOSTAS
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	Defende que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
Declaração de Jomtien/Conferência Mundial de Educação para todos (1990)	Os países signatários reconhecem o papel da educação fundamental e comprometem-se em garantir o atendimento às necessidades básicas de aprendizagem a todas as crianças, jovens e adultos.
Declaração de Salamanca (1994)	Devido ao movimento de inclusão social, incentivou a atualização das políticas públicas direcionadas às escolas inclusivas.
Carta para o Terceiro Milênio	Proclama o reconhecimento e a proteção da vivência em sociedade das pessoas com deficiências e subsequente com necessidades educacionais de aprendizagem.
Convenção de Guatemala (1999)	Defende a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e o favorecimento da sua integração na sociedade.

Fonte: elaborado pelo autor

O Brasil como país signatário participou dos encontros internacionais que culminaram na publicação das declarações que defendem a inclusão das PcD na educação e na sociedade. Guiado pelos documentos internacionais, o Brasil também estabeleceu Leis e políticas públicas que construíram os marcos legais da educação especial no país, possibilitando o acesso das PcD à educação, garantindo assim a igualdade de direitos previstos na Declaração dos Direitos Humanos.

No quadro 3- Normativas, políticas e ações direcionadas à educação especial no Brasil.

DOCUMENTO	AÇÕES PROPOSTAS
LDB nº 4.024 de 1961	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e no Art. 3º Inciso II, recomenda o direito à educação, destacando que o estado tem a obrigação de garantir condições para que todos tenham direito à educação de forma igualitária.
LDB nº 5.692, de 1971	Estabelece as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e, no Art. 9º determina que os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.
Constituição Federal de 1988	Determina o direito de todos à educação assegurando iguais condições de acesso e permanência na escola. Proclama que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
Lei nº 7.853 de 1989	Estabelece normas gerais para assegurar os direitos das pessoas com deficiências e sua efetiva integração social.
LDB nº 9394 de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e orienta que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001	Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	Determina que todos os alunos tenham acesso à escola, independente de suas diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais, físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras.

Fonte: elaborado pelo autor.

A criação das Leis, Decretos e Resoluções contribuíram para o direcionamento das ações de atendimento aos alunos PAEE⁴, mas é importante ressaltar que o processo de inclusão escolar no Brasil “caracterizou-se pela omissão do estado e pela influência de paradigmas vivenciados nos Estados Unidos e em países da Europa”(Osório, 2022, p.30).

Compreendendo os avanços em legislação, é necessário entender o percurso da Educação Especial em relação aos paradigmas adotados até se chegar ao modelo de educação inclusiva, que vivenciamos na atualidade. Nesta perspectiva, é importante ressaltar que durante muito tempo o atendimento ao aluno PAEE era desenvolvido à parte da escola

⁴ **Público Alvo da Educação Especial:** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008 considera público alvo da Educação Especial às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

comum, em uma organização secundária e de forma segregada em que a tendência terapêutica se sobrepunha às intenções educacionais (Osório, 2022).

A crença no modelo de aluno padrão e homogêneo perdurou por muito tempo, visto que os alunos que apresentavam deficiência teriam que se adaptar à escola e não a escola se flexibilizar para compreender as limitações e motivar as potencialidades. Essa postura alimentou as atitudes discriminatórias e segregadas aos alunos PAEE, não só no contexto educacional, mas também em outros segmentos da sociedade.

Levando em consideração o conceito de paradigma, a discussão sobre a educação das pessoas com deficiência, pode-se entender que as possibilidades educacionais são elaboradas conforme os limites daquilo que é aceito e vivenciado pela comunidade com a qual se dialoga. Dessa forma, leva-se em consideração todo o percurso histórico e político que influencia a sociedade.

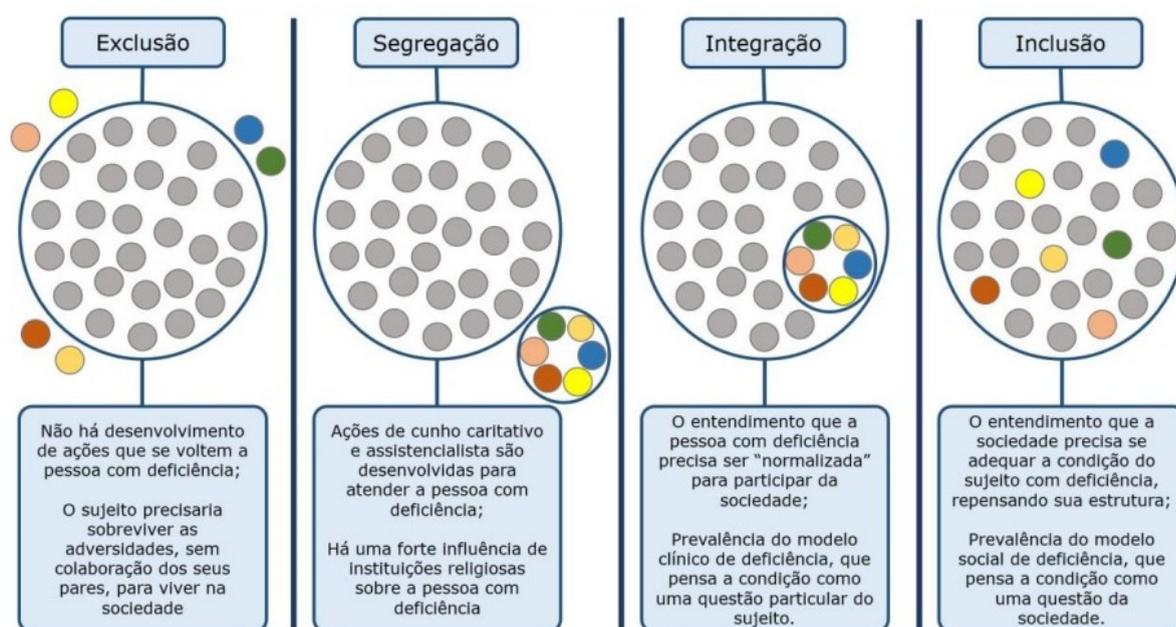
No atendimento às PcD, o primeiro paradigma foi o da exclusão, considerando o entendimento que foi caracterizado por práticas de abandono e extermínio, pautou-se na compreensão de que as PcD eram inferiores e não mereciam sequer ter o direito à vida. Após o paradigma da exclusão surge o paradigma da institucionalização que se caracterizava por ser alicerçado na caridade e no assistencialismo, neste paradigma as PcD tinham o direito de existir, sendo que a convivência social não era reconhecida como alternativa viável. Embasado nos pressupostos do cientificismo positivista, o paradigma da integração, por sua vez, constitui como fundamento a associação entre deficiência e patologia fundando redes de tratamento em hospitais psiquiátricos e asilos. No paradigma da integração possibilitou a inserção social daqueles que se aproximassem de uma suposta normalidade e adquirissem as condições para a convivência social e escolar, o que proporcionou uma rede de serviços, instituições clínico-terapêuticas e associações de característica caritativa para capacitar, habilitar e, posteriormente, oportunizar a participação (Sasaki, 1999).

Com o paradigma da integração as PcD deveriam ser inseridas na escola, sendo que esse modelo partiu de movimento iniciado na Europa, sendo que neste paradigma a pessoa com deficiência deveria se adaptar à escola, com isso não produziu mudanças na organização da escola regular. A partir de 1990 surgem discussões e inquietações quanto ao respeito às diferenças, a igualdade entre as pessoas e o combate a qualquer forma de discriminação surgindo assim um novo paradigma que emerge na perspectiva da universalização da escolarização. O paradigma da inclusão, envolveu as políticas sociais de forma geral focalizando as chamadas minorias ou grupos considerados excluídos e, no campo educacional, enfatizou os estudantes que apresentam alguma especificidade na aprendizagem,

dentre os quais aqueles com deficiência (Garcia, 2013). Dessa forma, desloca-se da lógica segregativa à inclusiva, o que propiciou destaque à discussão sobre o direito à educação nas escolas comuns da rede regular de ensino (Bueno, 2016).

Levando em consideração a proposta de atendimento às PcD nos diferentes paradigmas implantados conforme à compreensão da sociedade de cada época, pode se explicar claramente na figura a seguir:

Figura 1: Paradigmas adotados para o atendimento às PcD ao longo da história.



Fonte: Silva A. (2021).

Diante do percurso histórico de exclusão que as PcD vivenciaram se faz necessário uma educação inclusiva em que se possa respeitar as diferenças e garantir o direito à educação de forma igualitária a todas as pessoas. Diante da necessidade urgente por uma educação que atenda aos PcD, surgem definições e orientações da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da inclusão. Com essa política, define-se que a Educação Inclusiva se constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

No tópico seguinte será apresentado a educação especial no contexto atual desenvolvida conforme os preceitos da educação inclusiva.

2.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL

Após compreender o percurso do entendimento da deficiência nos diferentes momentos históricos, conhecer as lutas, a elaboração de documentos internacionais e nacionais norteadores para a inclusão e situar-se sobre o percurso da inclusão escolar através das concepções dos paradigmas adotados. Faz-se necessário compreender como a inclusão dos alunos PAEE está acontecendo na atualidade, com os pressupostos filosóficos do paradigma da educação inclusiva.

Norteadada pela perspectiva de uma educação para todos, fruto de discussões e lutas da sociedade, a educação brasileira se operacionaliza sob a orientação do paradigma da educação inclusiva em que propõe em suas ações a missão de oferecer uma educação igualitária e que valorize as diferenças. Nessa perspectiva, Acuna (2021), ressalta que a Educação Inclusiva é um conjunto de pressupostos teóricos que orientam práticas sociais e culturais em que se defende que todos os estudantes devam aprender no mesmo ambiente, apoiados por recursos físicos, humanos e pedagógicos adequados às suas especificidades de aprendizagem. Neste sentido, Alves e Filho (2020), corroboram ressaltando que a efetivação da inclusão é assegurar o direito à diferença propiciando a participação nos âmbitos da escola e da sociedade respeitando a individualidade de cada sujeito, é assegurar a igualdade na diferença.

Hoje as escolas brasileiras atendem ao que é proposto pela Constituição Federal de 1988, em que seguem as orientações de que a educação é “direito de todos” e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. A partir dessa orientação as esferas mantenedoras dos recursos destinados à educação: União, Estados e Municípios se comprometem a organizar políticas públicas e prover meios para que os sistemas de ensino estejam adequados para oferecer essa educação que é direito de todos.

Cabe também à família, o dever de zelar por essa educação, visto que esta deve realizar a matrícula do educando e fazer parte da instituição escolar, contribuindo em seu papel de responsável pelo estudante e de sociedade.

Desta forma, a família deve acompanhar e exigir dos órgãos mantenedores que as instituições de ensino estejam oferecendo uma educação de qualidade e atendendo às necessidades da comunidade escolar, sobretudo das minorias sociais incluindo as pessoas PAEE, visto que estas requerem uma escola acessível e que desenvolva adaptações necessárias para que se possa garantir a inclusão.

As instituições de ensino também estão orientadas pelo que estabelece a Carta

Magna da Educação, a LDB 9394/96 onde esta reforça o que a Constituição Federal de 1988 estabelece sobre o direito à educação e acrescenta em seus princípios, no Art. 3, Inciso I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, tornando claro que é necessário a equidade, possibilitando assim condições de igualdade para o atendimento às pessoas PAEE na escola regular.

A LDB ainda reforça no Art. 4, que o dever do Estado com a educação pública efetiva-se com a oferta de “Atendimento Educacional Especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”(Brasil, 1996, p. 2). Esse Atendimento Educacional Especializado⁵ (AEE), se faz necessário para que o aluno PAEE possa desenvolver suas habilidades, tornando possível o avanço em vários aspectos para que possa suprir as limitações que a deficiência acarreta.

Com a necessidade de se compreender como a inclusão das pessoas PAEE devem acontecer e como se caracteriza essa educação direcionada a esse público, a LDB 9394/96 apresenta no seu Art. 58, a orientação sobre a Educação Especial, a modalidade de educação destinada ao trabalho educativo com as pessoas PAEE.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (Brasil, 1996, p. 24).

Com as orientações estabelecidas no Art. 58 da LDB, pode-se compreender que a Educação Especial deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino, mas poderá acontecer em outros espaços levando em consideração as possibilidades do educando. No entanto, vale ressaltar que na escola regular existem mais possibilidades de desenvolvimento, visto que os alunos PAEE podem ter uma diversidade de interações, do que quando interagem somente com seus iguais, sendo o espaço escolar o ambiente propício para contribuir com tal desenvolvimento (Capellini e Zerbato, 2019). Quando se orienta que haverá quando necessário serviços de apoio especializado inclui os serviços que trabalham habilidades

⁵ **O atendimento educacional especializado** - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (Brasil, 2008).

básicas e também a necessidade de profissionais de apoio como cuidadores, ledores, intérpretes, dentre outros que auxiliam no processo de inclusão escolar.

Vale ressaltar que a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva redirecionou o trabalho dos professores junto aos alunos com deficiência para o atendimento especializado em contraturno ao ensino regular. Essa política responsabiliza-se de organizar, fomentar e apoiar, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em caráter complementar e/ou suplementar à sua frequência na sala de aula regular, devendo o aluno PAEE estar devidamente matriculado no AEE da própria escola de ensino regular (Brasil, 2008).

No que se refere à organização curricular, o Art. 59 da LDB 9394/96 orienta que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; intelectual ou psicomotora (Brasil, 1996, p. 24).

Conforme proposto pela Carta Magna da Educação, é necessário assegurar o currículo para atender as necessidades dos alunos PAEE, pois o processo de inclusão não se resume somente à inserção na escola regular, mas deve-se possibilitar que este aluno tenha acesso ao ensino. Neste sentido, a escola precisa se reorganizar de modo a atender as necessidades de aprendizagem de todos os alunos, variando os recursos educacionais e flexibilizando o currículo, de forma a adequá-lo às características individuais dos alunos. Partindo dessa orientação, Fabri (2023), ressalta que o currículo representa não só o simples fato de seguir uma matriz curricular pré-estabelecida, mas como um mecanismo que serve para orientar uma ação pedagógica e direcionar os objetivos educacionais para proporcionar aos alunos o seu desenvolvimento. Neste sentido, Carvalho (2008), estabelece que:

[...] não se trata de elaborar um outro currículo e sim de trabalhar com o que for adotado, fazendo nele os ajustes necessários (flexibilizações nos objetivos, conteúdos, metodologia de ensino, temporalidade, e nas práticas de avaliação da aprendizagem) de modo a oferecer a todos a verdadeira igualdade de oportunidades de construir conhecimentos (Carvalho, 2008, p.105).

No processo de inclusão escolar deve se levar em consideração a acessibilidade aos alunos PAEE nas instituições de ensino, sendo que é necessário garantir o acesso à escolarização. Essa escolarização é garantida com a oferta de vagas para esses alunos e as adaptações necessárias no ambiente escolar, visto que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), no seu Art.28, inciso II estabelece que os sistemas de ensino devem prezar pelo “

aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Brasil, 2015, p.12). Com essa orientação do EPD se faz necessário tornar o espaço escolar acessível e sem nenhuma barreira.⁶

Partindo dessa perspectiva, os sistemas de ensino devem prover acessibilidades no espaço físico: construindo rampas, alargamento de portas, instalação de pisos táteis, banheiros adaptados, etc. Acessibilidades na comunicação: disponibilizar linguagem em Libras, Braille, audiodescrição, dentre outras que facilitem a comunicação. Acessibilidades no currículo: desenvolvendo adaptações nos conteúdos, na metodologia, nas atividades, no tempo e na avaliação.

Também é necessário prover acessibilidade atitudinal que consiste nas atitudes que se desenvolvem na convivência com as pessoas PAEE, visto que estas precisam ser acolhidas e se sentirem aceitas e respeitadas pelos que fazem a escola. Bem como também, acessibilidade social: que discorrem sobre a participação igualitária no convívio entre os indivíduos e a acessibilidade metodológica e/ou instrucional, que se referem às práticas pedagógicas, englobando o ato de ensinar, o material didático e conteúdos curriculares (Brasil, 2015).

No pressuposto da necessidade da acessibilidade, Sasaki (2009), acrescenta a acessibilidade programática que constitui a ausência de barreiras no contexto das políticas públicas, legislações e normas. O autor ainda aponta a necessidade da acessibilidade instrumental que se estabelece à existência de instrumentos, ferramentas e utensílios que facilitam a participação das pessoas PAEE na sociedade.

Para que se alcance uma estrutura escolar inclusiva é importante ter a acessibilidade como prioridade neste espaço, bem como a parte pedagógica, considerada mecanismo essencial para que se possa alcançar a inclusão social. É necessário ter instituições de ensino preparadas pedagogicamente e fisicamente estruturadas para as pessoas PAEE, para garantir ensino de qualidade a todos os cidadãos. Enfatizando a importância da parte pedagógica que consiste principalmente no trabalho desenvolvido pelo professor. Este recebe na sala de aula os alunos PAEE com suas limitações e precisam acolher e desenvolver um ensino de forma a possibilitar a aprendizagem em meio a adaptações e flexibilizações que se fazem necessárias

⁶ **Barreiras:** A Lei nº 13.146/2015 define como barreiras “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (Brasil, 2015).

no atendimento a este aluno. Cabe destacar que a formação do professor na diversidade é essencial para a efetivação da inclusão.

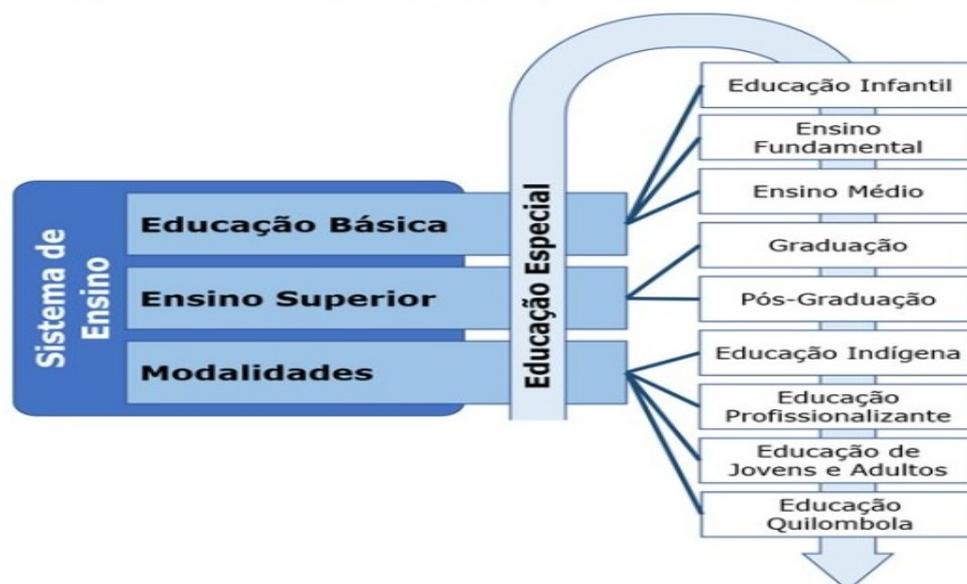
Para receber o aluno PAEE em sala de aula é necessário o sistema de ensino prover professores capacitados para que a inclusão possa acontecer. A LDB 9394/96 no inciso III do seu Art. 59 refere-se a dois perfis de professores para trabalhar com alunos PAEE: o professor da classe comum capacitado e o professor especializado⁷ em educação especial, ambos com papéis relevantes para o desenvolvimento da prática pedagógica para a inclusão escolar do aluno PAEE.

Para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva é necessário “capacitar os professores da sala regular e os professores especializados do AEE para serem capazes de desenvolverem conhecimentos com os alunos PAEE, tornando-os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem (Ribeiro e Silva, 2019). Para dar suporte ao trabalho docente é necessário também investimentos em recursos pedagógicos adaptados e serviços de apoio para que seja dada condições adequadas para concretização dos objetivos da educação especial.

Cabe ressaltar que a educação especial é realidade nas escolas e que se apresenta como modalidade de ensino transversal, pois perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, com isso necessita de investimentos para fortalecer os sistemas de ensino na estruturação e adequação para a efetivação do atendimento educacional aos alunos PAEE. Para isso, o Estado, enquanto protetor dos direitos individuais e coletivos, necessita implantar e implementar efetivamente políticas públicas inclusivas possíveis de garantir a acessibilidade e equidade em favor da qualidade do ensino e o exercício pleno da cidadania de todas as crianças, jovens e adultos (Santos, 2021).

Figura 2: A transversalidade da educação especial

⁷ **Professores capacitados** aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial **Professores especializados** aqueles que comprovem formação em educação especial ou complementação de estudos ou pós-graduação em áreas especiais da educação especial (Brasil,2001).



Fonte: Silva A. (2021).

Conforme a Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a educação do PAEE na educação básica em todas as suas etapas e modalidades, reforça o dever que os sistemas de ensino têm de garantir a matrícula de todos na sala comum do ensino regular dando condições necessárias para a qualidade educacional. Diante do exposto, compreende-se que a definição de Educação Especial circunscrita no documento como modalidade de educação escolar, sendo um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar (Brasil, 2001).

Sob essa premissa, a educação especial deixa de ser um sistema de ensino à parte e passa a ser um sistema permanente para atendimento das necessidades educacionais dos alunos PAEE. Com isso, infere-se que a educação especial deve acontecer na realidade escolar conectadamente com o professor da classe comum, sendo que esta também poderá dispor de auxílios de materiais, serviços, profissionais especializados para atender as necessidades dos alunos PAEE presentes na escola (Osório, 2022).

Embasados pelas orientações das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o sistema educacional deve prever e oferecer na organização das instituições de ensino e classes comuns, professores capacitados e especialistas para atender as necessidades do PAEE em uma proposta colaborativa de ensino; flexibilizações e diferenciações curriculares adequados ao desenvolvimento dos alunos PAEE; dentre outras

ferramentas que possibilitem a plena participação e aprendizagem desses alunos (Brasil, 2001).

Conjuntamente com a organização da escola para desenvolver a educação especial, foi implantado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), através do Decreto nº 7611 de novembro de 2011, este documento define o AEE como complementar ou suplementar à escolarização e aos demais serviços da educação especial. O Decreto orienta que o AEE deve ser compreendido como:

[...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011, p. 1).

Nas etapas e modalidades da educação básica, o AEE é organizado para dar suporte ao desenvolvimento dos alunos, pois constitui um serviço da Educação Especial de oferta obrigatória dos sistemas de ensino e que deve ser realizado no contraturno da classe comum e na própria escola. Esse atendimento consiste em um trabalho pedagógico amplo, complexo e articulado com a sala comum, mas que ocorre de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular (Osório, 2022).

O AEE é de fundamental relevância porque trabalha as reais necessidades do aluno, levando em consideração os ritmos de aprendizagem e as especificidades de cada um, facilitando a construção de conhecimentos dos alunos, desenvolvendo a autonomia além de contribuir para a compreensão de si próprio relacionados à vivência diária, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno possibilitando a aquisição de habilidades dentro do seu contexto de vida (Carneiro, 2023).

Assim, a realidade da educação especial ofertada nas escolas brasileiras está alicerçada pelo paradigma da educação inclusiva em que a escola precisa está organizada para receber os alunos PAEE de forma a criar possibilidades de aprendizagem e respeitar as diferenças. Neste sentido, a educação inclusiva se apresenta com o objetivo de “eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero, habilidade” (Ainscow, 2009, p. 10).

Percebe-se que no atendimento às pessoas PAEE aconteceram avanços quanto ao direito à educação, a forma de oferta, o apoio complementar e suplementar, a acessibilidade, a organização da escola, mas ainda apresenta desafios que precisam ser dados a devida atenção no sentido de reparar o árduo percurso histórico vivenciado pelos PAEE. Com isso se faz

necessário mais investimentos nas instituições de ensino para que elas possam se fortalecer em estrutura, material, recursos e, sobretudo, no aperfeiçoamento do professor, que é o agente transformador que é responsável por desenvolver a educação escolar para estes alunos.

Na luta de vencer os desafios é necessário sustentar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva fortalecendo o processo de inclusão em quatro pilares: o acesso, todos têm o direito a se matricular em instituições escolares; a permanência; todos precisam ter condições de frequentar regularmente o espaço escolar; a participação, a possibilidade de participarem ativamente, socialmente e politicamente no ambiente educacional; a aprendizagem, todos devem ter acesso a um currículo que considere suas especificidades e busque promover a sua aprendizagem, possibilitando o sucesso escolar (Silva A, 2021).

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E A CAPACITAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Conforme debatido no tópico anterior, a legislação orienta que os alunos PAEE devem ser matriculados na rede regular de ensino e serem atendidos na sala comum, juntamente com os demais alunos, sendo que a legislação ainda orienta que os sistemas de ensino devem prever e prover professores capacitados e especializados. Com isso é necessário se questionar o que é um professor capacitado? O que é um professor especializado? Qual a diferença entre eles? Onde e como eles adquirem a formação para ensinar o aluno PAEE? Esses questionamentos são necessários, visto que a diversidade de deficiência é enorme, constituindo-se assim um grande desafio para o professor.

Para responder a esses questionamentos é necessário buscar nas bases legais as orientações que definem como deve acontecer essa formação dos professores para desenvolver o trabalho na educação especial, com os alunos PAEE. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 02/2001 são considerados professores capacitados:

[...] aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial e desenvolvidas competências para:

- I- Perceber as necessidades específicas dos alunos;
- II- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
- III- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV- Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2001a, p.5).

Quanto aos professores especializados em educação especial são:

aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, entre outras, e que possam comprovar:

I- formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental.

II- complementação de estudos ou pós-graduação em áreas especiais da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (Brasil, 2001a, p.5).

Diante do que está orientado nas Diretrizes, o professor “capacitado” é aquele que está exercendo a docência e que recebe o aluno PAEE em sua sala de aula do ensino regular. O professor “especializado” é quem fará o atendimento a esse aluno PAEE, que está na sala regular com o professor capacitado, através do AEE, mas na SRM e no contraturno, sendo que este atuará de forma complementar ou suplementar, conforme orienta as Diretrizes do AEE. Com isso, “é necessário pensar na capacitação geral de docentes, pois toda instituição e todo curso estão sujeitos a receber alunos com deficiência”(Mafra e Kieling, 2022, p. 5).

Neste sentido, as mesmas autoras reforçam que “a formação de professores precisa receber uma atenção aprimorada e diferenciada no que diz respeito à sua preparação para trabalhar com alunos com deficiência.” (Mafra e Kieling, 2022, p. 5), visto que a formação do professor capacitado se dá quando na sua formação inicial contemplar conteúdos sobre educação especial. Nesta perspectiva, percebe-se que nos currículos dos cursos de licenciatura são disponibilizadas apenas um ou dois componentes curriculares que tratam sobre a temática da educação especial, sendo que não conseguem abarcar a complexidade que os alunos PAEE apresentam em sua diversidade. Isso torna evidente que a formação docente é um assunto complexo e, de certa maneira, uma atividade que exige contínua aprendizagem para o desenvolvimento profissional (Coelho; Borges; Alves, 2023).

Diante do limitado conhecimento proposto nos currículos dos cursos de formação inicial docente para desenvolver o trabalho de inclusão, leva-se a concluir que demonstra uma certa fragilidade curricular que repercute na preparação do professor. No entanto, Osório (2022), orienta sobre a importância de que nos curso de formação inicial, sejam eles em nível médio ou superior, ocorra a integração de conhecimentos advindos da teoria e da prática, podendo existir estágios supervisionados e orientados de observação e regência em classes com professores veteranos que ministram aulas para o PAEE. Desta forma, o futuro docente consegue conhecimentos empíricos, com a possibilidade de aplicação e aperfeiçoamento da

práxis escolar.

Corroborando com Osório (2022), Nunes *et al.* (2021), ressalta que a formação inicial docente para o ensino da diversidade deve ocorrer numa dimensão teórica-prática para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo e em equipe, essenciais para a concretização de práticas inclusivas para a inclusão de todos os estudantes. Neste sentido, torna-se relevante que os cursos de formação inicial docente proponham a vivência prática dos conhecimentos teóricos contemplados no currículo para que se fortaleça a formação docente para a educação especial. Nesta linha de pensamento, Gatti¹ (2019)⁸, orienta sobre a necessidade de oferecer uma formação inicial que se deseje superar a dicotomia existente entre a teoria e a prática e a separação entre a formação pedagógica e a formação dos saberes relacionados à prática de sala de aula.

Com a percepção da fragilidade na formação docente, torna-se visível a necessidade de fortalecer a formação do professor, sobretudo o da classe comum, com isso foram propostas metas no Plano Nacional de Educação - PNE, Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, voltadas para a formação docente em educação especial, onde foram criados os cursos de formação inicial e de pós-graduação para capacitação dos professores, pois observa-se nas vivências cotidianas, que tanto os professores especializados, como os professores das salas de ensino regular, ainda apresentam inquietações e aspirações a respeito da aplicabilidade dos currículos escolares para o público atendido na educação especial ou que apresentam necessidades educacionais especiais. Isso ocorre, principalmente, no que se relaciona às questões de abordagem e das condições específicas desse público, com o intuito de promover as suas aprendizagens diante das particularidades específicas por eles apresentadas, bem como a diversidade contida no contexto educacional especializado (Fabri, 2023).

Com o objetivo de atender a necessidade de formação docente para o trabalho de inclusão escolar, o PNE estabelece metas direcionadas a atender o princípio relacionado à valorização dos profissionais da educação:

19. incluir nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos “especiais”.

20. incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação.

⁸ Trata-se dos estudos de GATTI, B. Angelina. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

21. introduzir, dentro de três anos a contar da vigência deste plano, conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades especiais nos cursos que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento dessas necessidades, como Medicina, Enfermagem e Arquitetura, entre outras. Exigindo-se para o alcance das 3 metas a colaboração da União (Brasil, 2001b, p. 39).

Essas metas foram de grande relevância, visto que na perspectiva da educação inclusiva a capacitação pedagógica para o atendimento do aluno PAEE na sala de aula regular do ensino comum é princípio fundamental. Dessa forma, não adianta garantir a oferta de vagas e efetivar a matrícula sem investir na formação do professor que é o agente responsável por desenvolver as atividades educacionais para favorecer a aprendizagem desse público-alvo de estudantes da educação especial.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade. Sendo necessário contemplar conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No art. 2 da referida Diretriz, orienta-se que cada instituição, verifique formas diferentes de abordagem na formação de professores a fim de que, em suas atividades docentes, possam adquirir preparação para:

- I - o ensino visando a aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento de conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (Brasil, 2002, p. 1).

A preparação docente para trabalhar com a diversidade está instituída nos documentos normativos que orientam as Instituições de Ensino Superior (IES), que são responsáveis por ofertar os cursos de formação inicial e continuada de professores. Com essas orientações são pensados e construídos os currículos que devem trazer os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que atenda com segurança as exigências que o contexto das escolas regulares apresentam. Neste sentido, a formação docente apresenta-se ainda como um desafio importante no contexto do ensino brasileiro, visto que os professores frente ao tamanho desafio da inclusão não se sentem preparados para trabalhar com estudantes da educação especial, necessitando assim de uma formação que

realmente possa fortalecer a prática pedagógica. (Neta; Santos; Falcão, 2023).

É importante ressaltar que a partir dessas orientações as instituições organizam a oferta dos cursos e desenvolvem a formação de professores capacitados e especializados, neste ínterim pregam a construção de uma prática pedagógica colaborativa em que professor capacitado da sala comum e professor especializado do AEE possam trabalhar em parceria visando atender as especificidades que os alunos PAEE apresentam. Com isso fica evidente que no processo de formação docente para a educação especial o professor capacitado e o professor especializado precisam trabalhar em conjunto desenvolvendo um planejamento integrado, visto que o professor da sala comum, mesmo desenvolvendo uma prática pedagógica adaptada às necessidades educacionais dos estudantes precisará do apoio do professor especializado para trabalhar habilidades que são complementadas com o AEE na SRM.

É necessário compreender que no processo de inclusão escolar essa integração deve acontecer não só entre os docentes, mas entre toda a equipe escolar, pois na proposta de Educação Inclusiva, a escola se constitui como ambiente colaborativo em que a equipe escolar precisa estar envolvida para desenvolver o trabalho de inclusão. Vilaronga e Mendes (2014), orientam que uma escola inclusiva necessita da participação de todos os envolvidos no processo educativo (gestores, professores, profissionais especializados, família, alunos e comunidade em geral), para juntos construir uma identidade e uma cultura colaborativa para o desenvolvimento de práticas que favoreçam o acesso e o aprendizado de todos os educandos.

É perceptível que nas últimas décadas, intensificaram-se as ações educativas voltadas ao atendimento de alunos público-alvo da educação especial nas escolas regulares. Essa tendência orientou também a atenção dedicada à educação/formação dos profissionais que compõem a comunidade escolar, sobretudo os professores, justificada pelas novas exigências da sociedade contemporânea, com foco no respeito à diversidade e na crença do potencial educável deste público.

Nessa perspectiva, torna-se imperativo investir em formação para preparar criticamente o professor, propondo conhecimentos aplicáveis e coerentes com o contexto escolar, para que seja incentivada a aprendizagem na prática, com as relações com o diferente, ou seja que cada profissional se sinta importante no processo de construção do conhecimento e na transformação das práticas escolares. Além disso, é importante que o professor compreenda a importância das dimensões ética e política de sua prática pedagógica.

Neste sentido, a adaptação escolar para atender às demandas de inclusão escolar no

Brasil, deve ser feita de forma gradual, processual, coletiva e consciente, tendo em vista a qualificação do processo pedagógico. Desta forma, são necessárias ações políticas, de longo prazo, no tocante a financiamento, reforma estrutural dos sistemas de ensino e melhoria nas condições de trabalho e qualificação dos professores. Pode-se destacar, a inadiável urgência de formação profissional, tanto dos professores da sala comum, como do professor especializado, para atender as peculiaridades do aluno público da educação especial e, assim, promover a sua aprendizagem significativa (Bueno, 2016).

Na atualidade, apesar dos documentos representativos da educação especial pregarem uma perspectiva inclusiva, inúmeras barreiras comprometem a plena execução desta proposta nas escolas brasileiras, podendo destacar, notadamente, o despreparo dos professores da classe comum para educar além dos alunos com gritantes problemas de base, seja ela familiar, educacional ou econômica, também alunos público alvo da educação especial (Glat, 2003; Bueno, 1999; Artioli, 2006; Garcia, 2013).

Sabe-se que muitos são os desafios encontrados no processo de inclusão, e que é necessária a formação da equipe educativa para desenvolver o trabalho de inclusão, pois, segundo Vilaronga e Mendes (2014), a escola inclusiva precisa investir tempo e energia formando a equipe escolar e capacitando equipes educativas para tomar decisões de forma colaborativa.

Partindo da necessidade da formação para desenvolver o processo de inclusão, Castro e Alves (2018), destacam que os professores que possuem formação superior sentem-se incapacitados para desenvolverem a sua função quando se deparam com alunos com deficiência. Eles não conseguem aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sua formação inicial. Nesse sentido, Gatti (2019), ressalta que se constitui um grande desafio para os cursos de formação de professores preparar o docente para atender à diversidade de necessidades de todos os alunos e, assim, promover uma educação inclusiva, com isso se faz necessário buscar cursos de formação continuada ou aperfeiçoamento na tentativa de facilitar as suas práticas profissionais.

O que se pode perceber é que sem a formação adequada do docente ocorre o enfraquecimento da prática pedagógica do professor, sendo que ele não encontra espaços efetivos de troca e de formação, fazendo com que a política real da inclusão se torne cada vez mais distante e mais utópica nas escolas públicas do país (Zerbaldo e Mendes, 2018).

Na tentativa de mudar essa realidade, é necessário que o professor busque formação continuada para fortalecer a sua prática pedagógica, pois, conforme orienta Vilaronga e Mendes (2018), o professor precisa buscar uma formação pedagógica baseada nos

pressupostos de colaboração, tendo em vista que esta forma de capacitação influencia consideravelmente no trabalho realizado na escola. Com a discussão sobre práticas e experiências da sala de aula é possível proporcionar avanços no que se refere à prática docente.

Segundo Zerbald e Mendes (2018), uma escola inclusiva precisa unir esforços para manter uma prática de trabalho compartilhado que vise à parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados, a fim de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas.

Tendo em vista a necessidade de fortalecimento da prática pedagógica docente para desenvolver o trabalho de inclusão escolar na perspectiva da educação especial, se faz urgente e necessário esforços dos atores sociais: estados, municípios, escolas e gestores para o cumprimento da responsabilidade na formação de professores para a educação especial e da necessidade de aperfeiçoamento contínuo na temática, sendo esta responsabilidade estabelecida pelo Programa Federal Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, do Ministério da Educação, com vistas à implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

Nesse sentido, cabe enfatizar que a formação dos profissionais da educação para a educação especial, porém, de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se desenvolvido. Com isso, para fortalecer a qualidade do ensino ministrado pelos profissionais de ensino em geral, nas escolas regulares, é preciso ser dada também, atenção especial à sua formação continuada, de acordo com as exigências que a diversidade impõe. (Miranda e Filho, 2012).

Aliado-se a esse pensamento, Pimentel (2012), corrobora defendendo que além da formação inicial em quaisquer licenciaturas, é necessária a formação continuada para aperfeiçoamento de práticas pedagógicas para a inclusão, sendo que a ausência desta proporciona implicações diretas no trabalho docente desenvolvido cotidianamente nas salas comum e causa, muitas vezes, a sensação de impotência, do não saber como agir frente às necessidades educacionais dos alunos PAEE.

Em se tratando de formação continuada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional—Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, orienta que esta deve acontecer garantido a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço. Nessa proposta que esse documento normativo apresenta, fica evidente a importância de um processo de formação continuada que parta do cotidiano escolar e que tenha como

pressuposto a associação entre teoria e prática.

Partindo da orientação que a formação continuada deva partir do contexto escolar, visto que é na escola que as demandas se apresentam, com isso emerge a necessidade dos professores serem formados no próprio ambiente de trabalho, tendo como base de sua formação a própria prática docente (Garcia, 2013). Com isso, é fundamental pensar a escola como locus de formação de professores, visto ser um ambiente que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda constrói caminhos para que o professor adicione à investigação aos seus saberes e fazeres pedagógicos (Miranda e Filho, 2012).

Ainda sobre a perspectiva da LDB quanto à formação continuada, orienta-se que esta deve acontecer em serviço, possibilitando que os docentes, concomitante ao trabalho educativo possam estar participando de capacitações dentro do próprio espaço de trabalho. Nesse sentido, os docentes podem interligar as necessidades das práticas pedagógicas vivenciadas na sala de aula com os conhecimentos debatidos nas capacitações, possibilitando assim uma aprendizagem significativa envolvendo teoria e prática. Partindo da interligação da teoria com a prática, a formação continuada permitirá ao professor a reflexão das ações pedagógicas levando assim a um resignificar de sua atuação docente.

2.4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS

Partindo do princípio de que a Educação Especial é transversal e perpassa todas os níveis e modalidades de ensino, ela está presente nos Institutos Federais, sendo que estes fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que são instituições que desenvolvem a educação básica, profissional, tecnológica e superior e com isso recebem em suas unidades alunos PAEE em seus diversos cursos oferecidos.

Os Institutos Federais (IFs), foram criados mediante um novo agrupamento das escolas técnicas, agrotécnicas e centros federais de educação tecnológica, juntamente com a instituição dessa rede no âmbito do sistema federal de ensino por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, como:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008, p.1).

Nesse sentido, os IFs têm uma vasta forma de atuação educacional, proporcionando o ingresso de diferentes públicos em seus cursos. É importante ressaltar que os IFs também seguem as mesmas orientações contidas na legislação nacional quanto ao processo de inclusão escolar. No entanto, quanto à forma de ingresso dos estudantes é realizado um processo classificatório, mas com regulamentação do sistema de cotas levando em consideração “fatores como: vulnerabilidade social, deficiência e outras características que historicamente foram agentes de exclusão”(Sonza; Vilaronga; Mendes, 2020, p.6). Dessa forma, atendem à prerrogativa legal relacionada à garantia do sistema de cotas estabelecido pelo artigo 5º da Lei no 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que incluiu as pessoas com deficiências, decorrente da Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Essa ação pode ser um dos fatores desencadeadores para o acréscimo do número de matrículas de estudantes PAEE nessas instituições de ensino em todo País.

Para fortalecer o trabalho de inclusão nos IFs, o Ministério da Educação cria o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa TEC NEP), ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nas modalidades de formação inicial e continuada, técnico, tecnológico, licenciatura, bacharelado e pós-graduação, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

Este programa foi reformulado em 2010 em uma ação da SETEC/MEC, passando a ser denominado de Ação TEC NEP. O primeiro documento, de agosto de 2000, tem como meta principal preparar a Rede Federal de Educação Tecnológica para a expansão das oportunidades de Educação Profissional de Alunos/as com Necessidades Especiais, disponibilizando conceitos, legislação, políticas, diretrizes, experiências e metodologias para alcançar seu intento, além de estimular a criação e aperfeiçoamento de mecanismos que possibilitem a inserção desses alunos no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Meneses e Galasso (2022), ressaltam que o propósito do TEC NEP foi incentivar a oferta de cursos profissionalizantes para pessoas com deficiência, proporcionando base conceitual, legal e instrumental para as instituições técnicas federais e os Cefets, consolidada pelos princípios norteadores da educação inclusiva advindo da Conferência Mundial de Educação para Todos, da Conferência de Salamanca (1990), e das principais leis, resoluções e pareceres nacionais.

Nos IFs foram implementados os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas NAPNE, que é o núcleo responsável pela promoção de ações na maioria dos IFs para o atendimento dos estudantes PAEE. O NAPNE tem o objetivo de

promover ações relacionadas ao ingresso, à permanência e êxito dos estudantes público-alvo da Educação Especial, através da construção de uma cultura para convivência, do respeito à diversidade e da eliminação de barreiras estruturais, educacionais e atitudinais para a inclusão social e educacional dos estudantes (IFSP, 2021, p.2). Esse núcleo é composto por docentes, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, profissionais da saúde, intérpretes de Libras, dentre outros profissionais que integram a equipe multidisciplinar nos Campis dos IFs.

No tocante a criação dos NAPNEs, cada Instituto Federal possui sua própria Resolução que aprova o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Nesse contexto, cada rede de IF, nos estados organizam a forma de atuação e desenvolvimento, mas contendo a mesma missão que é a de realizar o trabalho de orientação e acompanhamento das ações relacionadas ao ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes público-alvo da educação especial.

No atendimento aos alunos PAEE nos IFs é garantida a oferta de vagas; é previsto o atendimento especializado conforme a especificidade da deficiência no processo de seleção; é garantido a acessibilidade arquitetônica, curricular, pedagógica e comunicacionais e acompanhamento contínuo do processo de ensino aprendizagem. Os IFs ao se responsabilizar em proporcionar uma educação de qualidade direcionada às demandas sociais e possibilitar a ações para o acesso, a permanência e o êxito educacional dos alunos PAEE reconhecem as pessoas com deficiência como cidadãos e com plenos direitos sociais, sobretudo a educação.

Na organização pedagógica do ensino os IFs contam com equipe multidisciplinar⁹ e docentes formados nas mais diversas áreas que se integram para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão aconteçam e atendam as demandas que o público escolar necessita. Como instituição pluricurricular e de referência do ensino técnico profissional estruturam seus cursos em eixos tecnológicos que partem dos arranjos produtivos locais, com isso na composição de seu quadro de docentes exigem professores licenciados, tecnólogos e bacharéis para que se possa atender a estrutura dos currículos dos cursos. Nesse contexto, nos leva a refletir sobre como a formação desses docentes atende o que é proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, no tocante à educação especial.

Nesse sentido pode se inferir que nos IFs a formação docente para a educação especial se torna ainda mais preocupante, visto que parte do corpo docente que ministram as disciplinas da base técnica profissional são tecnólogos e bacharéis que em sua formação

⁹ Trata-se de uma equipe composta por Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Docentes, Pesquisadores e Profissionais do Corpo Técnico Administrativo.

inicial não tiveram conteúdos que incluíssem conhecimentos relacionados à educação especial. Esses professores tecnólogos são direcionados para áreas profissionais, pois conforme entendimento do CNE/CP Parecer nº 29/2002:

Os cursos de graduação em tecnologia, por sua vez, são cursos regulares de educação superior, [...], com foco no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas específicas de conhecimento relacionado a uma ou mais áreas profissionais (Brasil, 2002, p.17).

Os tecnólogos e bacharéis estão apropriados de conhecimentos técnicos de uma determinada área profissional e muitas vezes quando ingressam nos IFs como professores não possuem experiência, tornando ainda mais desafiador se tornar professor no exercício da atividade da docência, pois este sofre o impacto entre o que vivenciou na formação inicial e a complexidade do contexto escolar (Sousa, 2022). Esse impacto fica ainda maior quando o docente se depara com o aluno PAEE, visto que sem a formação inicial onde contemple conteúdos relacionados à educação especial, este não pode ser considerado um professor capacitado, com isso se exige ainda mais a necessidade de uma formação continuada em inclusão escolar.

É comum nos IFs os professores externarem a dificuldade de desenvolver o trabalho de inclusão escolar e de solicitar da instituição um professor especializado para realizar o trabalho de inclusão escolar com os alunos público-alvo da educação especial. Diante dessa percepção, um dos elementos necessários a serem pensados e implementados no processo de inclusão é a formação docente. Esta deve acontecer a partir do investimento na formação inicial e continuada de professores, para que eles possam ser capacitados para desenvolverem ações que atendam às necessidades educacionais dos estudantes (Leite e Martins, 2012).

Nessa perspectiva, surge a necessidade de desenvolver uma proposta de formação continuada em inclusão escolar, em serviço, através de uma abordagem colaborativa como um caminho a ser percorrido para o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar. Essa proposta de formação colaborativa constitui objeto de pesquisa que será apresentada no último capítulo da dissertação.

2.5 A FORMAÇÃO COLABORATIVA: UM CAMINHO PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA EM INCLUSÃO ESCOLAR

Partindo da compreensão da fragilidade curricular do processo de formação inicial docente em relação ao atendimento aos alunos PAEE. Percebe-se a evidente necessidade de formação continuada demonstrada e solicitada pelos professores que recebem em suas salas

de aulas alunos PAEE. Dessa forma propõe-se a realização de uma proposta de formação continuada nos pressupostos de colaboração, envolvendo a equipe educativa de forma que o aperfeiçoamento parta da vivência do próprio contexto escolar.

A proposta de formação continuada colaborativa em inclusão escolar se apresenta como uma estratégia de aperfeiçoamento da prática docente e da equipe escolar para o trabalho de inclusão do aluno público alvo da educação especial, ou seja, alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Esta formação colaborativa apresenta-se como um momento de troca de experiências entre os pares em que os docentes e toda a equipe escolar compartilham uma mesma necessidade e um mesmo objetivo.

A formação colaborativa permite a reflexão sobre a prática pedagógica e a busca partilhada de direcionamentos para o fazer pedagógico, fortalecendo assim, o trabalho educativo desenvolvido pelo professor e toda a equipe escolar. Nessa perspectiva, Helving (2015), ressalta que a característica marcante da formação colaborativa fundamenta-se na proposta de uma construção conjunta de aprendizagem. Assim, uma vez que um grupo de professores se reúne para constituir uma reflexão sobre a prática de trabalho, a vivência diária de sala de aula, bem como estudar os elementos centrais de formalização metodológica e teórica utilizada pelo grupo, se constrói saberes que direcionam o trabalho docente a partir da prática e da experiência contextual.

Nesta perspectiva, para oferecer atualização em práticas e metodologias de ensino inclusivas, para que os professores e a equipe educativa possam desenvolver o trabalho de inclusão será desenvolvida uma formação continuada colaborativa em inclusão escolar em que se utilizará sequências formativas para possibilitar o compartilhamento de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Essas sequências formativas pretendem-se desenvolver utilizando as tecnologias digitais, visto a grande contribuição que as tecnologias proporcionam, sendo que estas possibilitam a efetivação do trabalho colaborativo.

Nesse sentido, Busarello; Biegging; Ulbricht (2015, p.8), orienta que “discutir as práticas, a formação dos professores e, especialmente, a experimentação pedagógica, tanto em sala de aula como online, são preocupações que movem a educação pelo universo tecnológico atualmente configurado”. Dessa forma, cabe ressaltar que através dos recursos das tecnologias é possível estabelecer vínculos positivos por meio da integração entre os participantes, construir um ambiente de reflexão, partilhar experiências e buscar resoluções para problemas e inquietações que impulsionam o aprendizado e o debate coletivo.

Essa proposta de formação colaborativa buscará atender uma grande necessidade dos

docentes e da equipe escolar, visto que atualmente, um dos grandes desafios da formação inicial diz respeito a implementação de atividades educacionais que respeitem a diversidade e promovam verdadeiramente a inclusão de alunos com deficiência (Mendes, 2017). Nesse sentido, é importante ressaltar que uma formação continuada em inclusão escolar de forma colaborativa permitirá o fortalecimento das práticas inclusivas. Aliado a esse pensamento Rabelo (2012), esclarece que:

[...] modelos colaborativos na formação do professor e para a construção de práticas pedagógicas inclusivas enriquece as análises sobre o potencial e aplicabilidade desses modelos no desenvolvimento acadêmico dos alunos com NEEs e pode contribuir com a proposta de formação continuada de professores para a educação inclusiva (Rabelo, 2012, p.60).

Partindo dessa orientação de Rabelo, torna-se evidente a viabilidade de uma proposta de formação colaborativa em inclusão escolar, pois esta poderá contribuir para a preparação dos professores e a equipe escolar já que cotidianamente escuta-se professores externarem que não se sentem preparados para trabalhar com alunos com deficiência (Castro e Alves, 2018). Diante dessa realidade, a formação continuada colaborativa vem com o objetivo de possibilitar a preparação para desenvolver o trabalho de inclusão escolar, visto o crescente ingresso dos alunos PAEE na escola.

Com o crescente número de alunos PAEE chegando nas escolas torna-se urgente a necessidade de mudanças para promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes da educação especial, sendo que essas mudanças exigem decisões nas várias ações do sistema de ensino e perpassa, sobretudo, pela formação da equipe escolar. (Neta; Santos; Falcão; 2023).

Partindo da necessidade de formação que é visivelmente identificada pelas realidades vivenciadas nas escolas no contexto das ações educativas com o atendimento à diversidade de necessidades especiais apresentadas pelo aluno PAEE, exige-se que essa formação continuada seja centrada nos problemas que a escola vivencia. Tendo como ponto de partida essa compreensão, Day (2001), Fullan e Hargreaves (2001), Snoek (2008), revelam que a preparação/capacitação do professor deve dialogar com a concepção de formação continuada centrada na escola, pois concebe-se que a escola é o lugar onde emergem as atividades de formação de seus profissionais. Nessa perspectiva, Silva. M. (2020), revela que a escola é concebida como um espaço de potencial formativo e contexto que possibilita reflexão-ação para resolver problemas concretos para assim causar impacto na qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os educandos.

A formação continuada centrada nos problemas da escola, vai ao encontro dos

pressupostos de colaboração, pois com a partilha e a integração da equipe escolar em construir coletivamente práticas de ensino que tragam soluções para os problemas da escola, essa sim impacta positivamente no fortalecimento da prática pedagógica. Dessa forma, Porto (2000), e Machado (2005), enfatizam que a formação continuada e a prática pedagógica são atividades interligadas, intercomunicativas, conectadas ao cotidiano dos professores e das escolas, intervindo e sendo passível de intervenção, podendo transformar e transformar-se, devendo suscitar o docente num processo permanente e renovador de autoformação.

Neste sentido, percebe-se que o diálogo construído entre a equipe escolar em relação a um determinado problema, em uma proposta de formação colaborativa possibilita a reflexão da própria prática. Corroborando com essa proposta de formação colaborativa, Zabotti e Justina (2023), esclarecem que:

A perspectiva colaborativa na formação continuada de professores proporciona discussões e diálogos, reflexão da própria prática e sua aproximação com a teoria. Dessa forma, se caracteriza por um processo contínuo, no qual a investigação-ação é pautada na ideia de que a constituição do sujeito ocorre de forma autônoma e crítica, a partir da análise e reflexão da própria prática (Zabotti e Justina, 2023, p.3).

Na perspectiva da formação colaborativa, possibilitar o diálogo e a construção coletiva de conhecimentos traz resultados bastante positivos. Nesse direcionamento, Nóvoa (1992), chama a atenção para uma nova cultura de formação de professores ao enfatizar o diálogo e a interação com seus pares, como forma de potencializar as aprendizagens, pois o diálogo concede sobre questões teóricas e metodológicas derivadas dos anseios do grupo. Com isso, o docente adquire saberes para pensar sobre o educando e sobre suas práticas na sala de aula, o que contribui para o desenvolvimento de sua profissão.

Nessa propositura da formação colaborativa para o aperfeiçoamento da ação docente, no contexto da diversidade, faz-se necessário buscar redes de encontros. Encontros de saberes, fazeres, reflexões, metodologias, estratégias de ensino, recursos, perspectivas avaliativas, pois com essa proposta, a equipe educativa se constitui em sujeitos coletivos. (Santos, 2007). Neste contexto, Zabotti e Justina (2023), orientam que a colaboração entre docentes pode ser uma ferramenta importante para o crescimento profissional em seus diversos aspectos: resolução de problemas coletivos, fortalecimento da prática, diálogo entre os pares, dentre outros. Com isso, se faz necessário investir na formação continuada que supere não apenas a atualização de conhecimentos, mas que proporcione a participação e a reflexão no contexto de grupo, de forma que venha possibilitar aos cidadãos uma educação democrática e transformadora.

A formação colaborativa impulsiona a construção coletiva, de forma que venha a buscar soluções em conjunto para o processo de ensino, possibilitando assim, a reflexão e a ressignificação das práticas pedagógicas. Nesse sentido, Bastos; Anacleto; Henrique (2018), reforçam que:

a colaboração pode promover novas aprendizagens e a ressignificação de práticas docentes, visto que as interações realizadas nos níveis interpsicológicos e intrapsicológicos se tornam possíveis graças à contextualização da temática proposta, suas limitações, possibilidades de (re)construção e desenvolvimento de novos conhecimentos conectados com as necessidades de cada sujeito (Bastos; Anacleto; Henrique, 2018, p.2).

Levando em consideração que a formação colaborativa permite o crescimento profissional, impulsionando o sujeito a (re)fazer seus conhecimentos e conseqüentemente tornar a sua prática mais efetiva. Nesse pensamento, ainda sob a ótica de Bastos; Anacleto e Henrique (2018, p.2), ressaltam que “quando o professor integra o saber pesquisado/compartilhado com a sua prática, interioriza outra lógica e o saber-fazer docente ganha mais significado”. Corroborando com esse pensamento, Silva M. (2020), enfatiza que essa perspectiva de formação continuada tende a ser vista como um processo que interliga percurso pessoal e trajetória profissional, que não se resume a uma simples acumulação de conhecimentos, cursos e técnicas.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que o trabalho em conjunto/colaborativo resulta em interdependências mais significativas, na assunção de corresponsabilidades, empenhos e no crescimento profissional coletivo, além de uma maior viabilidade para participar na revisão e crítica do trabalho realizado. (Silva M, 2020). Dito isso, pode-se compreender que na proposta de formação continuada colaborativa, o ato de partilhar responsabilidades para construir práticas educativas, na perspectiva da educação inclusiva, possibilita a criação de um espaço único de produtividade e exercício profissional (Rabelo, 2012).

Corroborando com Silva M. (2020), e Rabelo (2012), Pereira e Henrique (2016), esclarece que esse tipo de formação possibilita a estruturação de processos que valorizam a construção dos saberes próprios, a capacidade para transformar a experiência em conhecimento e a formalização de um saber profissional de referência.

Após esse diálogo consolidado dos teóricos evidenciando que a formação continuada nos pressupostos de colaboração possibilita a ressignificação da prática através do próprio contexto vivenciado, e da integração e fortalecimento do trabalho educativo realizado em parceria com os pares. Elaborou-se o curso de formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas para ser desenvolvido com os docentes e membros das equipes do NAPNEs do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. O curso de formação continuada colaborativa será apresentado no próximo capítulo descrevendo planejamento, execução e avaliação da proposta de formação colaborativa.

3. A PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR.

3.1 O PLANEJAMENTO DO CURSO DE EXTENSÃO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR

A proposta do curso de extensão foi pensada para que pudesse atender uma necessidade de formação continuada em inclusão escolar dos docentes e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI. A ideia do curso era a de compartilhar práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas em uma proposta colaborativa, possibilitando que os docentes e membros das equipes dos NAPNEs pudessem partilhar as práticas pedagógicas e metodologias de ensino em um ambiente virtual de aprendizagem. No entanto, seria oportuno que também tivesse um momento ao vivo para que os participantes pudessem trocar experiências e interagir de forma colaborativa.

Com esse pensamento, o pesquisador levou a proposta do curso de extensão para ser discutida com a equipe do NAPNE do IFPI Campus Picos, local onde o pesquisador trabalha como pedagogo e faz parte da equipe do NAPNE. O projeto foi socializado com a equipe, sendo que esta pôde fazer as análises, realizar proposições e de forma coletiva definir as temáticas a serem trabalhadas no curso, que levou em consideração a realidade vivenciada no contexto do IFPI. Nesse sentido, a equipe uniu-se à proposta e deu sugestões que vieram a somar com as ideias já pré-estabelecidas.

Com a avaliação da equipe do NAPNE, aprimorou-se o projeto e partiu-se para o cadastro do curso na coordenação de extensão do Campus. O curso atendeu aos pré-requisitos do edital de fluxo contínuo de projetos de extensão. O projeto foi avaliado e aprovado pela coordenação de extensão.

Ao submeter o projeto, convidou-se uma discente do curso de licenciatura plena em Química do Campus para exercer a função de monitoria voluntária, sendo essa monitoria de grande importância para a aluna. A experiência como monitora contaria como carga horária extra-curricular, necessárias para as atividades complementares dos cursos superiores, Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (ATPA).

No cadastro do curso de extensão Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na coordenação de extensão, através do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP -IFPI, sistema utilizado pelo IFPI para cadastro das atividades administrativas, delineou-se o seguinte cronograma:

Quadro 04 - Cronograma de planejamento do curso de extensão Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusiva.

Quadro 4: Etapas do planejamento do curso de extensão.

ATIVIDADE	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Planejamento e seleção do material teórico a ser disponibilizado nos módulos do curso	15 à 30/03	Coordenador do curso
Definição da sequência dos módulos do curso	28 a 29/03	Coordenador do curso e equipe do NAPNE do IFPI Campus Picos
Convite aos professores e membros das equipes dos NAPNEs para partilhar as práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas nos encontros virtuais dos módulos do curso	29 à 30/03	Coordenador do curso
Elaboração do material de divulgação e do formulário de inscrição no <i>google forms</i>	03 à 07/04	Coordenador do curso, monitora e membros do NAPNE do IFPI Campus Picos
Organização e postagem do material didático na plataforma Campus <i>On-line</i>	10 à 25/04	Coordenador do curso
Divulgação do curso e realização das inscrições	10 à 22/04	Coordenador do curso e os membros do NAPNE do IFPI Campus Picos
Cadastro dos cursistas na plataforma	23 à 25/04	Equipe da EaD da Reitoria do IFPI
Desenvolvimento do curso	26/04 à 25/05	Coordenador, professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI e os cursistas

Fonte: elaborado pelo autor

3.1.1 O MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO

A seleção do material didático a ser utilizado no curso de extensão pensou-se nos seguintes critérios de seleção: objetividade, clareza e que evidenciasse a prática pedagógica em inclusão escolar, sobretudo que fosse voltada para a realidade da educação básica, técnica e profissional nos IFs. A pretensão era que o material didático pudesse dar suporte teórico aos temas a serem discutidos em cada módulo, mas que fosse objetivo, claro e direcionado, para que as leituras dos materiais fossem leves, visto que a capacitação seria em serviço, já que os

participantes estariam no meio do semestre letivo, desenvolvendo suas atividades de trabalho e não teriam tempo para se debruçar em fundamentações teóricas longas que exigissem um tempo maior de aprofundamento.

Definidos os critérios para seleção dos materiais, optou-se pela escolha de guias e cartilhas de orientações, visto que estes caracterizam-se por possuírem estrutura objetiva e direta das informações, indo ao encontro à proposta do curso. As fontes de pesquisa para seleção dos guias e orientações foram o reservatório do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT e os Núcleos e Departamentos de Inclusão de Instituições de Ensino Superior.

No reservatório do ProfEPT encontrou-se 95% do material didático dos módulos do curso, sendo produtos educacionais elaborados pelos egressos do programa e que contemplam a realidade dos IFs, tornando-se assim totalmente direcionado à realidade dos participantes do curso.

3.1.2 A PLATAFORMA PARA DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Para desenvolver o curso optou-se pela forma virtual, visto o leque de possibilidades que um ambiente virtual de aprendizagem pode oferecer: 1 possibilitar a participação de servidores dos diversos Campi do IFPI, 2 permitir a organização de material de ensino-aprendizagem (conteúdos, atividades, avaliações), 3 registro, acompanhamento das atividades e sobretudo a interação entre os participantes. Nesse sentido, Busarello; Bieging; Ulbricht (2015), afirmam que:

tecnologias avançadas de informação e comunicação, pode propiciar novas relações entre pessoas, novas formas de interação, de construção, de conhecimentos, sendo esse um espaço virtual de trocas, socializações, em que é possível se aprender juntos e democraticamente (Busarello; Bieging; Ulbricht 2015, p. 29).

Como o foco do curso foi a interação, a partilha e a construção coletiva, buscou-se um ambiente de aprendizagem que realmente pudesse atender essa necessidade. Com isso, foi escolhido o ambiente virtual de aprendizagem do IFPI, a plataforma Campus *On-line*, Ambiente virtual de apoio à educação a distância do IFPI. É um espaço interativo baseado na plataforma de aprendizagem *Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)*, gerido pela equipe da Educação à Distância - EaD do IFPI.

Imagem 1: Ambiente virtual de aprendizagem Campus *On-line*



Fonte: arquivo do autor

A plataforma *Campus On-line* dispõe de vários recursos que contribuíram para o desenvolvimento da proposta do curso, sendo que foi possível disponibilizar ao coordenador do curso de extensão, o acesso de administrador para que este pudesse fazer a postagem de material, cadastrar atividades, fóruns, *chats* e realizar avaliações. Aos cursistas permitiu o acesso ao material postado, resolução de atividades, participação em fóruns e *chats* de discussões. Para o envio de atividades, a plataforma possibilita inserir arquivos em PDF, fotos e vídeos de forma diversificada para que pudesse dinamizar a aprendizagem no ambiente virtual.

3.1.3 ORGANIZAÇÃO DO CURSO NA PLATAFORMA

Na plataforma *Campus On-line* foi possível organizar o curso em módulos, postar material, cadastrar fóruns e *chats* de discussões, atividades avaliativas e jogos interativos. Com os recursos disponíveis na plataforma, permitiu-se realizar a organização do curso em 4 módulos, sendo estes distribuídos conforme a programação, em semanas. Em cada módulo foi postado: material didático contendo os conteúdos da temática do módulo, atividades gamificadas contemplando os conteúdos trabalhados e fóruns de discussões para partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas.

Outro recurso que a plataforma *Campus On-line* permite é a forma de programar os módulos de acordo com a sequência do planejamento, sendo que os cursistas vão tendo acesso aos módulos de forma gradativa, bem como os materiais e atividades. Vale ressaltar que a plataforma só permite avançar quando o participante realiza a sequência de materiais e atividades postadas.

Com a possibilidade do coordenador do curso de extensão ter acesso de administrador, possibilitou a organização do curso de forma a seguir o planejamento pré-estabelecido e a oportunidade de construir e deixar o curso ao seu desejo. Essa possibilidade permitiu que o coordenador vivenciasse as expectativas e a percepção do papel

de tutor e de professor formador que são sujeitos do processo de ensino à distância.

Imagem 2: A organização do curso em módulo na plataforma



Fonte: arquivo do autor

A organização do curso em módulo deixou o ambiente virtual de aprendizagem bem didático, permitindo assim um melhor acompanhamento pelos cursistas.

Quadro 5: Organização dos módulos do curso na plataforma Campus *On-line*

Semana 1 - (26/04 à 02/05)		
Módulo I - Acolhida dos estudantes PAEE ao ingressarem no IFPI		
Material didático	Atividade de aprendizagem	Fóruns de discussões
Vídeo e guias de orientações	Atividade interativa com jogos	Fórum 1-apresentação dos cursistas Fórum 2 - Partilhas de práticas de acolhida aos alunos PAEE no IFPI
Semana 2 - (03/05 à 09/05)		
Módulo II - Inclusão de aluno autista na Educação Profissional e Tecnológica		
Material didático	Atividade de aprendizagem	Fóruns de discussões
Cartilha e guias de orientações	Atividades interativas com jogos	Fórum de partilha de atividades adaptadas e de práticas pedagógicas inclusivas
Semana 3 - (10 à 16/05)		

Módulo III - Inclusão de aluno cego ou baixa visão na Educação Profissional e Tecnológica		
Material didático	Atividade de aprendizagem	Fóruns de discussões
Guia, cartilha e <i>e-book</i>	Atividade interativa com jogos	Fórum de partilha de atividades adaptadas e práticas pedagógicas inclusivas
Semana 4 - (17 à 25/05)		
Módulo IV - Inclusão de aluno com deficiência auditiva na Educação Profissional e Tecnológica		
Material didático	Atividade de aprendizagem	fóruns de discussões
cartilhas	atividades interativas com jogos	Fórum de partilhas de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas

Fonte: elaborado pelo autor

3.1.4 A DEFINIÇÃO DE VAGAS E DOS PARTICIPANTES

Ao planejar o curso de extensão *Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas*, projetou-se ofertar 40 vagas, visto que atenderia um bom número de participantes e contribuiria com a formação continuada em inclusão escolar, tendo em vista a evidente necessidade identificada.

Conforme planejamento conjunto com a equipe do NAPNE do IFPI Campus Picos, definiu-se que o curso seria destinado para professores que tivessem alunos PAEE em sua sala de aula ou que já tivessem trabalhado, e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI. Sendo que esses participantes, na proposta de formação colaborativa trariam as suas experiências e partilhariam com os pares dentro do curso de extensão.

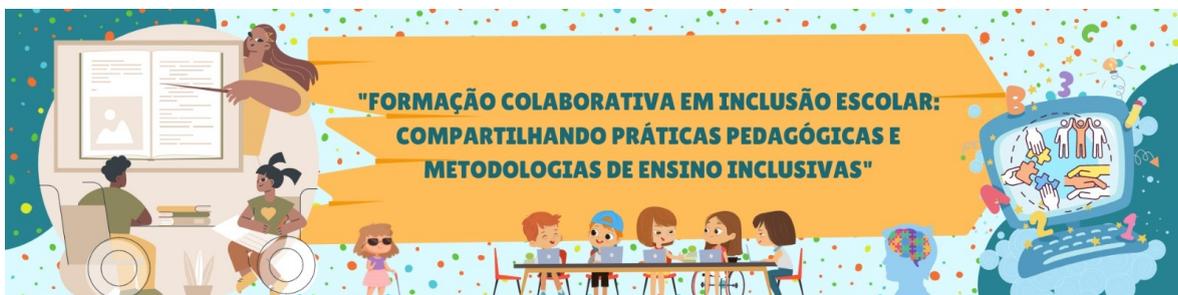
3.1.5 A DIVULGAÇÃO DO CURSO E REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Para realizar a divulgação do curso foi elaborada uma arte digital que se tornou a marca registrada do curso, sendo esta colocada em todos os materiais utilizados na atividade. Com essa arte foi produzido um vídeo contendo as informações sobre o curso, público-alvo, orientações e o *link* para realizar a inscrição. O vídeo foi disponibilizado em grupos de *whatsapp* de docentes, técnicos administrativos e das coordenações dos NAPNEs do IFPI.

Link do vídeo de divulgação do curso:

<https://drive.google.com/file/d/18CdVaC8Iov4mXEhK44G3vurpNUh4h7NT/view?usp=sharing>.

Imagem 3: Arte digital de divulgação que se tornou logomarca do curso.



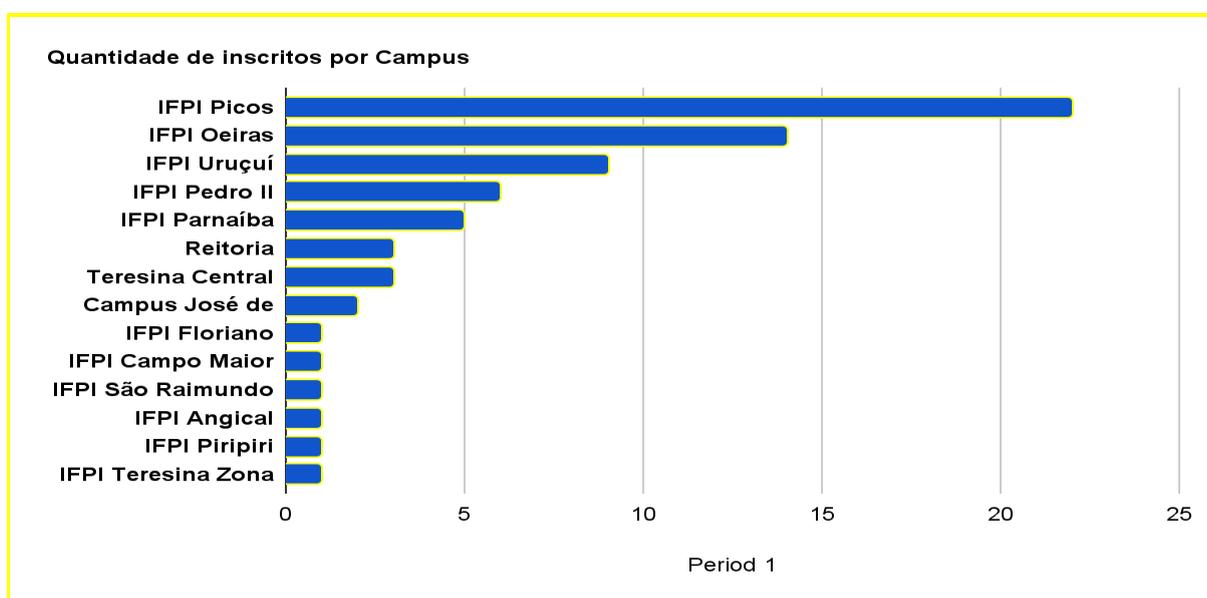
Fonte: Arquivo do autor

Seguindo a formalidade institucional foi enviado e-mail para os docentes do Campus proponente do curso e para as coordenações dos NAPNEs dos 20 Campi do IFPI, sendo que estas coordenações ficaram responsáveis de divulgar nos seus respectivos Campi.

Foi disponibilizado um período de divulgação de 12 dias, dando tempo hábil das coordenações dos NAPNEs realizarem a divulgação do curso nos Campi, em reuniões ou atividades desenvolvidas pelos NAPNE.

A divulgação foi muito precisa e as inscrições superaram o número de vagas, chegando ao quantitativo de 70 inscritos. Tendo em vista o interesse do público para participar do curso, decidiu-se realizar a matrícula de todos que realizaram a inscrição, possibilitando assim, um maior número de professores e membros das equipes dos NAPNEs de participarem desse momento de formação continuada.

Gráfico 1: Quantidade de inscritos por Campus

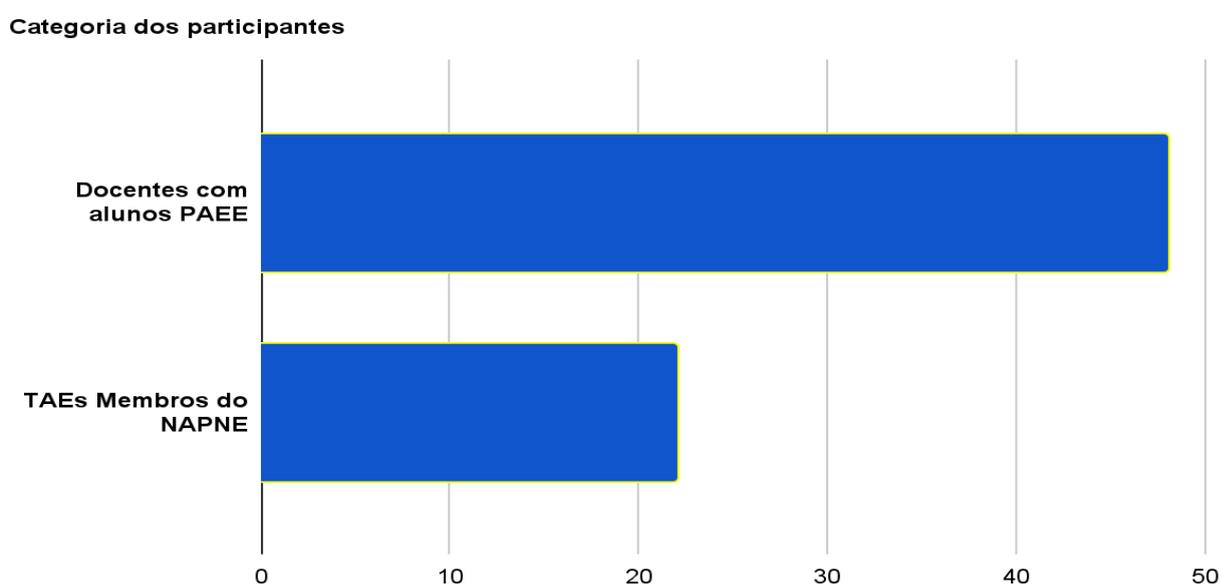


Fonte: elaborado pelo autor

Conforme os dados apresentados no gráfico, o curso recebeu inscrições de 13 Campi e da Reitoria, mostrando que a divulgação realizada atingiu ao público esperado, visto que a participação de servidores de vários Campi favorecem as trocas de experiências de práticas de inclusão vivenciadas em diferentes contextos, mas na perspectiva de uma só rede de ensino.

Com a abrangência de servidores de 13 Campi e da Reitoria, foi importante detalhar o perfil de categoria para a qual o curso foi pensado e destinado. Com isso obteve-se o seguinte resultado expresso no gráfico 2.

Gráfico 2: Categoria dos participantes



Fonte: elaborado pelo autor

Encerrando o processo de inscrição, enviou-se a relação com os nomes dos inscritos para a equipe da EaD do IFPI para realização do cadastro na plataforma Campus *On-line*. Após o cadastro dos cursistas na plataforma, realizou-se as orientações sobre o curso e o acesso à plataforma através de e-mail.

Para facilitar a comunicação e possibilitar o repasse de informações mais rápidas com e entre os participantes foi criado um grupo do *whatsapp* que intitulou de “ Formação colaborativa em inclusão escolar”, sendo este recurso muito utilizado e com um potencial enorme de ferramenta colaborativa de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas.

3.2 A PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO



Período de desenvolvimento do curso: 26/04 à 25/05

Metodologia do curso: O curso será online, com momentos síncronos e assíncronos na plataforma *Campus On-line* do IFPI, onde será disponibilizado material teórico/prático, atividades e fóruns para aprofundamentos dos temas desenvolvidos nos módulos. Também serão desenvolvidos 4 momentos ao vivo pelo *Google Meet*, nas quartas-feiras, no horário das 16:00 às 17:30hs para abertura de cada módulo e partilhas de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas.

Participantes do curso: Equipes do NAPNE e docentes do IFPI

O Curso está organizado em Módulos

A) Módulo I - Acolhida dos estudantes PAEE (Público Alvo da Educação Especial) ao ingressarem no IFPI (26/04 à 02/05)

1 - Momento de partilha de práticas de acolhimento: (ao vivo pelo *Google Meet* 26/04 às 16 horas) (partilha dos Campi Pedro II, Parnaíba e Picos) com interação dos participantes

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em *fóruns* para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma *Campus On-line*.

B) Módulo II - Inclusão de aluno autista na Educação Profissional e Tecnológica (03 à 09/05)

1 - Momento de partilha de práticas pedagógicas na inclusão do aluno autista: (ao vivo pelo *Google Meet* 03/05 às 16 horas) (partilha dos Campi Cocal e Oeiras) com interação dos participantes.

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em fóruns para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma *Campus On-line*.

C) Módulo III - Inclusão de aluno cego ou baixa visão na Educação Profissional e Tecnológica (10 à 16/05)

1- Momento de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino com aluno cego ou baixa visão: (ao vivo pelo *Google Meet*, 10/05 às 16 horas) (partilha dos Campi Piripiri, Picos e Oeiras) com interação dos participantes.

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em *fóruns* para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma *Campus On-line*.

D) Módulo IV - Inclusão de aluno com deficiência auditiva na Educação Profissional e Tecnológica (17 à 25/05)

1- Momento de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino com alunos com deficiência auditiva - (ao vivo pelo *Google Meet*, 10/05 às 16 horas) (partilha dos Campi Picos, Oeiras e Teresina Zona Sul) com interação dos participantes.

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em *fóruns* para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma *Campus On-line*.

3.3 O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Depois de executar todo o planejamento de preparação para desenvolvimento do curso, cumprindo todas as etapas definidas: construção coletiva do projeto com a equipe do NAPNE, cadastro do projeto na extensão, definição de público-alvo e de vagas, seleção de material didático, definição de ambiente virtual de aprendizagem, organização do curso na plataforma, realização de divulgação, inscrição e cadastro dos cursistas na plataforma. Chega o momento de execução do curso.

Ao realizar o cadastro dos cursistas na plataforma pela equipe da EaD do IFPI, procedeu-se com as orientações sobre a metodologia do curso e o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, que foram realizadas através de e-mail e de mensagens no grupo do *whatsapp*.

O curso apresentou uma metodologia baseada em sequências formativas colaborativas que foi desenvolvida em todos os módulos:

Sequência Formativa Colaborativa 1: consiste em um encontro virtual ao vivo pelo *Meet* em que o coordenador do curso de extensão faz a apresentação da temática a ser desenvolvida no módulo durante a semana e conduz um momento de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas por professores e membros das equipes dos

NAPNEs do IFPI. Estes colaboradores pertencem a Campus diferentes o que possibilita a partilha de experiências de realidades diferentes.

Sequência Formativa Colaborativa 2: consiste na leitura do material didático que está disponibilizado na plataforma Campus *On-line*, sendo este material um vídeo, guia ou cartilha de orientação para o trabalho de inclusão escolar. Estes materiais constituem assim uma partilha colaborativa, visto que o material foi partilhado por outra instituição (IFs e IES de outros estados) para aprofundamento da temática do módulo.

Sequência Formativa Colaborativa 3: consiste na realização de atividades interativas gamificadas elaboradas a partir do material didático disponível no módulo. Essas atividades têm o objetivo de facilitar a compreensão e a fixação da aprendizagem dos conteúdos.

Sequência Formativa Colaborativa 4: consiste na participação nos fóruns de discussões no ambiente virtual partilhando as experiências em inclusão com alunos PAEE, (práticas pedagógicas, metodologias de ensino, atividades adaptadas, recursos didáticos, dentre outros), bem como realizar interações com os demais colegas comentando as partilhas já postadas no referido fórum.

3.3.1 O PRIMEIRO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

O curso de extensão Formação colaborativa: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusiva inciou-se no dia 26 de abril de 2023, conforme planejado e divulgado para os cursistas. Iniciou conforme a metodologia proposta seguindo a sequência formativa colaborativa 1, sendo de forma ao vivo pelo *meet*. Realizou-se a abertura mostrando o objetivo do curso, sendo este fruto de um produto educacional do ProfEPT do IF-Sertão Pernambucano Campus Salgueiro.

Nas primeiras palavras de abertura foram expostos os agradecimentos do coordenador aos participantes, por terem dado o sim a essa proposta de formação continuada em inclusão escolar. Nesse sentido, durante sua fala foi enfatizado que o curso conforme proposta metodológica apresentada estava incompleto e que todos os participantes do curso seriam responsáveis de completar o curso, através da contribuição de cada um, partilhando suas práticas pedagógicas e metodologias de ensino desenvolvidas com alunos PAEE em seus diferentes Campi do IFPI.

Após esse chamamento aos cursistas foi apresentado a temática do módulo I **Acolhida dos estudantes PAEE ao ingressarem no IFPI**, em que foi orientado sobre o material didático, atividades e fóruns de discussões que fazem parte das sequências

formativas. Dando continuidade ao 1ª Encontro de Formação Colaborativa, seguindo a metodologia proposta, iniciou-se as partilhas de práticas inclusivas.

Quadro 6: Sequência formativa colaborativa do módulo I

Módulo I - Acolhida dos estudantes PAEE ao ingressarem no IFPI (26/04 à 02/05)
<p>Sequência Formativa colaborativa 1</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Este encontro teve como tema: Acolhida aos alunos PAEE no IFPI que contou com a partilha das práticas de acolhida dos Campi: Pedro II, Picos e Parnaíba. No referido encontro as coordenadoras dos NAPNEs dos respectivos Campi puderam mostrar as práticas de acolhida que cada Campus realiza para desenvolver o trabalho de inclusão com os alunos PAEE. ● As discussões foram muito ricas possibilitando a troca de experiências vivenciadas nos diferentes campi, com isso surgiram durante as partilhas muitos questionamentos, inferências e motivação para partilha dos demais participantes. ● Vale ressaltar que neste encontro a servidora, membro do NAPNE do Campus Pedro II, partilhou sobre o Guia de Orientação do AEE na Educação Profissional e Tecnológica que é um produto educacional de sua autoria, sendo este partilhado como material didático para o Módulo I do curso. Sendo essa partilha muito significativa, visto que era um material construído pela própria cursista e que seria partilhado para toda a rede do IFPI, através do curso de extensão.
<p>Sequência Formativa Colaborativa 2</p> <p>Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo I foi disponibilizado na plataforma: 1 vídeo e 2 guias de orientações.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Vídeo - Produto educacional: Esse vídeo visa esclarecer sobre o conceito de acessibilidade atitudinal e conscientizar as pessoas sobre a importância das atitudes em prol da inclusão da pessoa com deficiência e da pessoa com necessidades educacionais específicas. De autoria de Luciana Nishioka. (Material partilhado pelo IFPR Campus Curitiba), disponível no reservatório do ProfEPT. https://profapt.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais. ● Guia Orientador do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica: As recomendações deste guia buscam focar nas adequações a serem realizadas na escola, não no estudante com deficiência, propondo o AEE sob uma perspectiva ampliada, envolvendo toda a comunidade escolar, reinterpretando as diretrizes e resoluções que versam sobre esse atendimento. De autoria de Natércia Ribeiro. (Material partilhado pelo IFPI Campus Pedro II)Disponível no reservatório do ProfEPT. http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1607. ● Orientações Práticas sobre Inclusão Escolar. Esse guia foi criado pelas Profa. Ma. Patricia Zutião e Profa. Dra. Ana Paula Zerbato que, atuam no Atendimento Educacional

Especializado – AEE dos campus de Serrinha e Uruçuca, com o intuito de auxiliar no cotidiano com os alunos Público-Alvo da Educação Especial - PAEE. (Partilha do IF Baiano). Disponível em:
<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/urucuca/files/2018/02/Orienta%C3%A7%C3%B5es-pr%C3%A1ticas-para-a-inclus%C3%A3o-escolar-1.pdf>.

Sequência Formativa Colaborativa 3

Foram disponibilizadas atividades gamificadas envolvendo os conteúdos trabalhados nos materiais didáticos compartilhados na plataforma Campus On-line, possibilitando ao cursista de forma divertida fixar o conteúdo discutido no módulo.

- **Atividade 1:** <https://learningapps.org/watch?v=peg7g2xan23>
- **Atividade 2:** <https://learningapps.org/watch?v=ps8nxw64523>
- **Atividade 3:** <https://learningapps.org/watch?v=peg7g2xan23>
- **Atividade 4:** <https://learningapps.org/watch?v=pzwer71kk23>
- **Atividade 5:** <https://learningapps.org/watch?v=p4o5dq1en23>

Sequência Formativa Colaborativa 4

No módulo I foram disponibilizados 2 fóruns de discussões:

- **Fórum de Apresentação:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas realizassem a sua apresentação e relatasse suas expectativas em relação ao curso "Formação Colaborativa em Inclusão Escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de Ensino Inclusivas"
- **Fórum 1:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas partilhassem as práticas de acolhimento com os alunos PAEE.

Fonte: elaborado pelo autor

3.3.2 O SEGUNDO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

Após uma semana de curso em que foram intensificadas as informações no grupo do *whatsapp*. Realizou-se atendimento aos cursistas com dificuldade de acesso à plataforma e interação com os cursistas, percebendo a motivação deles em participar do curso através das discussões no fórum de apresentação, bem como nos fóruns de partilhas de práticas de acolhidas do aluno PAEE. Divulgou-se o *post* informativo do segundo encontro de formação colaborativa que aconteceria no dia 03 de maio, conforme programação.

O *post* informativo era disponibilizado no grupo do *whatsapp* com 3 dias de antecedência para que fosse gerando expectativas para o encontro. Com isso, já era programada a reunião no *meet* e enviado convite para o e-mail de cada cursista. Neste percurso, aderiu-se a mais uma ferramenta disponível no sistema SUAP do IFPI, o modo evento.

O sistema SUAP permite a criação de eventos englobando as mais variadas formas de atividades, no caso o “2º Encontro de Formação Colaborativa” caracterizando-se conforme o sistema como atividades sociais/educacionais - videoconferência ou teleconferência;

localização - local e especialidades - multicampi e evento virtual. Nesse sentido, possibilitou realizar o cadastro do evento no sistema. Com o cadastro do encontro no modo evento, este recebe a validação pela coordenação de extensão, que gera um link para inscrição, onde o coordenador pode enviar esse *link* para que possa ser direcionado ao público que deseja atingir.

Ao realizar a inscrição pelo *link*, o coordenador tem a possibilidade de confirmar a inscrição, confirmar presença e depois gerar certificado para os participantes. Com isso os participantes do curso também puderam ser certificados a cada encontro referente à sequência formativa colaborativa 1.

Quadro 7: Sequência formativa colaborativa do módulo II

<p>Módulo II - Inclusão de aluno autista na Educação Profissional e Tecnológica (03 à 09/05)</p>
<p>Sequência formativa colaborativa 1</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolveu-se o 2º Encontro de Formação colaborativa com o tema “ A inclusão de aluno autista na educação profissional e tecnológica”. O encontro contou com a partilha de um professor de biologia do IFPI Campus Oeiras e de uma professora de História do IFPI Campus Cocal. ● O professor do Campus Oeiras relatou sobre as práticas pedagógicas e metodologias de ensino vivenciadas por ele com uma aluna autista do curso Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária. Durante a exposição do professor, outros professores do referido Campus também mostraram atividades adaptadas para atender a aluna autista, vivenciando assim um verdadeiro momento de formação colaborativa. ● A professora de História do Campus Cocal, partilhou a experiência que teve com alunos autistas, em que ela construiu um PEI para cada aluno, com isso ela compartilhou as orientações de como elaborar um PEI para atender os alunos autistas. ● O encontro foi bem dinâmico e envolveu os participantes fortalecendo assim uma rede de formação colaborativa. O encontro contou com 38 participantes.
<p>Sequência formativa colaborativa 2</p> <p>Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo II foram disponibilizados na plataforma: 2 cartilhas e 2 Guias de orientações para inclusão de aluno autista.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Cartilha - Transtorno do Espectro Autista: quando você conhece e apoia, as peças se encaixam. Essa cartilha tem o objetivo de oferecer informações e esclarecimentos sobre o TEA, Inclusão escolar e documentos importantes sobre a inclusão de estudantes autistas. A cartilha é de autoria de Maria José Batista, (sendo uma partilha do IF Sudeste de MG Campus Juiz de Fora). Disponível no reservatório do ProfEPT. https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601196?mode=full. ● Cartilha - Orientações Pedagógicas e Técnicas para o relacionamento com as Pessoas com Transtorno do Espectro Autistas - Volume 4. Essa cartilha tem o objetivo de auxiliar professores e discentes sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com TEA. São orientações que trazem informações sobre características, comportamentos, habilidades e orientações pedagógicas sobre o processo de inclusão do

aluno autista. Essa cartilha é de autoria da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA. Disponível na base de dados da UFPA. <https://saest.ufpa.br/documentos/Vol.4.CARTILHA.TEA.pdf>.

- **Guia de Orientação sobre o Espectro do Autismo.** Esse tem o objetivo de trazer informações sobre o TEA e orientações sobre as necessidades desses alunos, bem como estratégias e orientações a professores, gestores e estudantes sobre os alunos com TEA. Esse guia é de autoria da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) da UNESP. Disponível na base de dados da UNESP. <https://educadiversidade.unesp.br/midias/pdf/guia-tea/tea-pdf-1.pdf>.
- **Cartilha - Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado -PEI:** Essa cartilha tem o objetivo de oferecer subsídios para uma reflexão acerca da elaboração e implementação do PEI, podendo assim contribuir para os trabalhos relativos à inclusão dos estudantes que, em razão de alguma necessidade educacional especial, necessitem de um planejamento educacional individualizado. De autoria de Vânia Benvenuti (partilha do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba). Disponível no reservatório do ProfEPT. <https://profepi.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>.

Sequência formativa colaborativa 3

Foram disponibilizadas atividades gamificadas envolvendo os conteúdos trabalhados nos materiais didáticos partilhados na plataforma Campus *On-line* possibilitando ao cursista de forma divertida fixar o conteúdo discutido no módulo.

Atividade interativa - <https://wordwall.net/play/55211/343/361>

Sequência formativa colaborativa 4

No módulo II foi disponibilizado 1 fórum de discussão:

- **Fórum 1:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas partilhassem atividades adaptadas para alunos autistas.

Fonte: elaborado pelo autor

3.3.3 O TERCEIRO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

No decorrer da segunda semana, as motivações para a participação nas sequências formativas intensificaram. Buscou-se fazer uma busca ativa dos cursistas que não tinham acessado a plataforma, continuou-se as interações nos fóruns de discussões incentivando a partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas.

Planejou-se o 3º Encontro de Formação Colaborativa, organizou-se o *post* informativo e seguiu com a divulgação. Agendou-se o encontro no *meet* e realizou-se o cadastro do evento no SUAP para certificação dos momentos formativos relacionados à sequência formativa colaborativa 1, que se constituía como momento de partilha de inclusão desenvolvidas nos diferentes Campi do IFPI.

A cada encontro realizado percebia-se o envolvimento de grande parte dos cursistas, embora em serviço e tendo que conciliar com as atividades do semestre letivo. No entanto,

muitos docentes justificaram que não conseguiram acompanhar o curso e estavam conscientes que estavam perdendo um momento muito rico de partilha de experiências exitosas.

Realizou-se então, o 3º Encontro de formação colaborativa com a partilha dos Campi: Floriano, Picos e Piripiri, com a temática: Inclusão do aluno com deficiência visual na educação profissional e tecnológica.

Quadro 8: Sequência formativa colaborativa do Módulo III

Módulo III - Inclusão de aluno cego ou baixa visão na Educação Profissional e Tecnológica (10 à 16/05)

Sequência formativa colaborativa 1

Esse encontro teve como tema: Inclusão do aluno com deficiência visual na educação profissional e tecnológica. Foram compartilhadas experiências de práticas pedagógicas e metodologias de ensino de um professor de informática do **IFPI Campus Floriano**, uma professora de biologia do **IFPI Campus Picos** e uma professora de Disciplinas Pedagógicas do **IFPI Campus Piripiri**.

- A partilha iniciou pela experiência do professor do Campus Floriano que relatou sobre suas práticas de inclusão desenvolvidas com um aluno cego do curso de informática, acrescentando às suas experiências ele externou sobre a contribuição das tecnologias digitais que contribuíram para o êxito de sua prática e para a aprendizagem do aluno.
- A professora do Campus Piripiri relatou as práticas que ela desenvolveu com uma aluna cega do curso de Bacharelado em Administração. Também relatou sobre a inclusão de um aluno que ficou cego no período que estava fazendo o 3º ano do ensino médio integrado em informática, no referido Campus. Na oportunidade, um professor de informática do Campus Piripiri mostrou atividades e recursos didáticos que foram elaborados e adaptados para incluir o aluno cego.
- E por último, a professora de biologia do Campus Picos relatou suas práticas pedagógicas e metodologias de ensino desenvolvidas para atender uma aluna cega do curso de administração integrado ao ensino médio. A professora mostrou durante o momento de partilha as atividades adaptadas e os recursos pedagógicos para incluir a aluna.
- A partilha foi muito rica e trouxe muitas contribuições para os participantes do curso, podendo assim compreender que é possível desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão de alunos cegos na sala de aula regular.

Sequência formativa colaborativa 2

Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo III foram disponibilizados na plataforma: 1 cartilha, 2 Guias de orientações e 1 ebook que trazem orientações para a inclusão de alunos com deficiência visual.

- **Guia - Proposta Institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual.** Este guia orienta sobre a deficiência visual, traz informações sobre o papel dos gestores no processo inclusivo e orientações aos NAPNEs e professores quanto às metodologias de inclusão. De autoria de Antonia Diniz | Cesar Gomes de Freitas (partilha do IFAC Campus Rio Branco). Disponível no reservatório do ProfEPT.
https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/602331/2/Produto_Antonia_v.%20final.pdf.
- **Guia de Orientação para Inclusão de Alunos com Deficiência Visual.** Esse guia traz orientações sobre a inclusão de alunos com deficiência visual na Educação Profissional,

ênfatisando que através de informações sobre os tipos de deficiência visual é possível escolher estratégias mais adequadas à construção do conhecimento. De autoria de Denise Aparecida Vechani Godoy (partilha do IFSC). Disponível no reservatório do ProfEPT.
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/704831>.

- **Cartilha - Orientações Pedagógicas e Técnicas para o relacionamento com as pessoas com deficiência visual - Volume 3.** Essa cartilha tem o objetivo de auxiliar professores e discentes sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com deficiência visual. São orientações que trazem informações sobre características da deficiência visual, propõe orientações para o convívio com a pessoa cega, orientações para a inclusão na sala de aula e sobre tecnologias assistivas. Essa cartilha é de autoria da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA. Disponível na base de dados da UFPA.
<https://saest.ufpa.br/documentos/Vol.3.CARTILHA.DEF.VISUAL.pdf>.
- Ebook - BORBOLINDA: uma história de inclusão. Este ebook é um estudo de caso que traz a história de uma aluna com deficiência visual do curso do ensino médio integrado do IF- Sul- Rio-grandense Campus Charqueadas. Disponível no reservatório do ProfEPT.
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/598474/2/Pessel%20e%20Prates.%20Produto%20final%20Educapes.pdf>.

Sequência formativa colaborativa 3

Foram disponibilizadas atividades gamificadas envolvendo os conteúdos trabalhados nos materiais didáticos partilhados na plataforma Campus On-line possibilitando ao cursista de forma divertida fixar o conteúdo discutido no módulo.

Atividade interativa 1:

<https://wordwall.net/pt/resource/31074638/sistema-braille-de-leitura-e-escrita>

Sequência formativa colaborativa 4

No módulo III foi disponibilizado 1 fórum de discussão:

- **Fórum 1:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas partilhassem metodologias de ensino adaptadas e práticas pedagógicas inclusivas para alunos cegos ou com baixa visão.

Fonte: elaborado pelo autor

3.3.4 O QUARTO ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

Durante a 3ª semana manteve-se todo o cuidado das interações na plataforma, comentando as práticas pedagógicas, metodologias de ensino e atividades adaptadas que os cursistas partilhavam nos fóruns de discussões. Concomitante às interações, mantinha-se a motivação aos cursistas que ainda não haviam feito as suas partilhas, visando assim potencializar a colaboração entre os participantes da atividade formativa.

Intensificou-se também as partilhas no grupo do *whatsapp*, visto ser uma ferramenta mais instantânea e que também estava contribuindo para a proposta formativa colaborativa. Embora essa ferramenta não tenha sido mencionada no projeto do curso, mas estava constituindo-se como ferramenta indispensável à proposta do curso.

Realizou-se todas as etapas de planejamento para o 4º e último encontro de formação

colaborativa que aconteceria no dia 18 de maio. Divulgou-se o *post* com as informações para o último encontro, gerando assim muitas expectativas.

No último encontro, uma professora de disciplinas pedagógicas do IFPI Corrente, que estava participando do curso de extensão e que no semestre letivo estava ministrando a disciplina de Fundamentos da Educação Especial, no curso de Licenciatura Plena em Física, fez a solicitação para que os alunos dessa disciplina pudessem participar do 4º Encontro de Formação Colaborativa. Com isso foi enviado o *link* do evento gerado no SUAP para que os alunos da professora cursista pudessem realizar a inscrição e participarem do momento formativo referente a sequência formativa colaborativa 1.

Realizou-se o 4º e último encontro do curso de extensão de formação colaborativa, com sala cheia, contando com a presença de 58 participantes. Para o coordenador a sensação de dever cumprido, mas já com saudades dos momentos de partilha.

Quadro 9: Sequência de formação colaborativa do módulo IV.

Módulo IV - Inclusão de aluno com deficiência auditiva na Educação Profissional e Tecnológica (17 à 25/05)

Sequência formativa colaborativa 1

Esse 4º Encontro de Formação Colaborativa teve como tema: “ Inclusão do aluno surdo na educação profissional e tecnológica”. Foram partilhadas práticas pedagógicas e metodologias de ensino de uma professora de disciplinas pedagógicas/Libras do **IFPI Campus Picos**, de uma intérprete de Libras e coordenadora do NAPNE do **IFPI Campus Teresina Zona Sul** e um professor de física do **IFPI Campus Oeiras**.

- As partilhas iniciaram pela professora de disciplinas pedagógicas/Libras do IFPI Campus Picos, ela relatou sobre suas práticas pedagógicas realizadas para a inclusão dos alunos surdos. Na oportunidade, ela partilhou um livro em Libras, de sua autoria, que deixou os participantes encantados . Também relatou sua experiência como intérprete de Libras no IF Baiano, em que mostrou várias atividades inclusivas para acolhidas de alunos surdos.
- Depois da partilha do IFPI Campus Picos, foi a vez da coordenadora do NAPNE do Campus Teresina Zona Sul, sendo que ela compartilhou sobre as práticas do trabalho de intérprete, atividades adaptadas pelos professores para atender às necessidades dos alunos surdos, sendo que no referido Campus tem 6 alunos surdos matriculados, em turmas e cursos diferentes.
- Por último, o professor de física do IFPI Campus Oeiras partilhou as práticas pedagógicas, metodologias e recursos didáticos adaptados para a inclusão do aluno surdo. O professor relatou a experiência de uma disciplina de Projeto Integrador ministrada no curso de Licenciatura em Física, sendo que ele propôs nesta disciplina a elaboração de jogos e recursos didáticos para a inclusão do aluno surdo. Ele mostrou os jogos e recursos didáticos que foram criados pelos graduandos de física, sendo esses jogos e materiais bastante significativos para a adaptação de conteúdos de física. A experiência foi fantástica, pois motivou bastante os alunos do curso de Física do IFPI Campus Corrente que estavam na sala do meet do encontro de formação.
- As partilhas foram motivadoras, possibilitaram discussões e interações importantes, marcando assim o encerramento dos Encontros de Formação Colaborativa.

Sequência formativa colaborativa 2

Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo IV foram disponibilizados na plataforma: 3 cartilhas que trazem orientações para a inclusão de alunos com deficiência auditiva.

- **Cartilha - comunicação/interação: A gênese para a formação omnilateral de surdos e deficientes auditivos do Campus Barbacena.** Essa cartilha contém algumas dicas e orientações básicas de comunicação/interação que poderão ser usadas entre os ouvintes e os surdos ou deficientes auditivos dentro do ambiente escolar, trazendo também a compreensão de alguns conceitos, algumas legislações e curiosidades que ajudarão no dia a dia das pessoas. De autoria de Aurora Maria Baptsta da Silva (partilha do IF Sudeste de Minas Gerais Campus Barbacena). Disponível no reservatório do ProfEPT. <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701298/1/Cartilha%20Inclus%C3%A3o%20de%20Surdos%20e%20Deficientes%20Auditivos%20-%20Campus%20Barbacena.pdf>.
- **Cartilha - Minimanual de acessibilidade comunicacional:** Essa cartilha contém práticas de acessibilidade comunicacional, tendo a intenção de construir um olhar apurado e reflexivo sobre as práticas da mídia com base em princípios da educomunicação, a partir do planejamento e da implantação de ações que visem à aquisição de competências e de habilidades de educação midiática no acesso a notícias, usos e leituras críticas da televisão, cinema, internet, mídias sociais, publicidade, entre outras mídias. De autoria do Núcleo de Acessibilidade da UFSM (Partilha da Universidade Federal de Santa Maria). Disponível no banco de dados da UFSM. <https://ufsm.br/r-391-3058>.
- **Cartilha - Educação para Surdos: Um olhar sobre as estratégias metodológicas para o ensino dos alunos surdos do IF Sertão-PE.** O objetivo dessa cartilha é possibilitar a criação de novos olhares sobre as estratégias de ensino para os alunos surdos e apresentar sugestões metodológicas que podem ser utilizadas em todas as áreas, de forma que as aulas ministradas respeitem as singularidades de apreensão e construção de sentidos dos estudantes surdos. De autoria de Neri da Silva Xavier (partilha do IF Sertão Campus Salgueiro). Disponível no reservatório do ProfEPT. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572392?mode=full>.

Sequência formativa colaborativa 3

Neste módulo, também foram disponibilizadas atividades gamificadas a partir dos conteúdos trabalhados nos materiais didáticos partilhados na plataforma Campus On-line proporcionando aos participantes a fixação do conteúdo discutido no módulo.

Atividade 1: <https://wordwall.net/resource/28584407>

Atividade 2: <https://wordwall.net/resource/33851183>

Atividade 3: <https://learningapps.org/watch?v=p6jk9b3qk23>

Sequência formativa colaborativa 4

No módulo IV foi disponibilizado 1 fórum de discussão para partilha de práticas pedagógicas inclusivas fortalecendo assim o aspecto colaborativo da formação continuada.

- **Fórum 1** - Partilha de práticas pedagógicas e recursos didáticos para inclusão de alunos com deficiência auditiva.

Fonte: elaborado pelo autor

3.4 OS RECURSOS DIGITAIS DE APOIO

Ao realizar o planejamento do curso de extensão não foi mencionado o uso do recurso digital de comunicação o *whatsapp*. No decorrer dos encontros percebeu-se que este era um recurso indispensável, não só pela facilidade da comunicação entre coordenador/tutor e cursistas, mas também como um recurso de desenvolvimento de formação colaborativa.

Como recurso de formação colaborativa, o *whatsapp* possibilitou partilhar práticas pedagógicas, metodologias de ensino, livros, materiais e atividades adaptadas, jogos, editais de eventos, dentre outros que contribuíram para a formação em inclusão escolar.

Durante o período de desenvolvimento do curso, mantinha-se uma interação constante no grupo do *whatsapp* “ Formação colaborativa em inclusão escolar”. A cada temática discutida nos módulos eram partilhados materiais adicionais que complementavam o que era discutido nos encontros de formação colaborativa, nos materiais didáticos e nos fóruns de discussões. Pela dinamicidade do *whatsapp* e pela abrangência de recursos disponíveis facilitou a postagem de mídias digitais como: áudios, vídeos, arquivos, fotos, *links*, dentre outros que favoreciam a instantaneidade das informações. Para tanto, “o Whatsapp é uma ferramenta educacional que favorece o processo de ensino e aprendizagem, promove a imersão neste contexto digital e tecnológico” (Busarello; Bieging; Ulbricht, 2015, p. 304).

Outra contribuição que o *whatsapp* possibilitou foi a postagem do “cinema inclusivo”. O cinema inclusivo, caracteriza-se pelas dicas de filmes que era repassada no grupo “formação colaborativa em inclusão escolar”, nos 4 sábados do período do desenvolvimento do curso. As dicas de filmes aconteciam sempre no sábado à tarde e estavam ligadas às temáticas trabalhadas nos módulos.

A proposta do cinema inclusivo também não estava prevista no planejamento do curso, foi um recurso que contribuiu para o fortalecimento da proposta de formação continuada em inclusão escolar. Este foi um recurso que despertou reflexões e partilhas, pois os filmes indicados traziam a realidade da vivência das deficiências, das lutas pela inclusão, das práticas pedagógicas que causavam exclusão e as que possibilitam a inclusão, dentre outras discussões que contribuem para a reflexão e compreensão da necessidade da inclusão das pessoas com deficiência. Nesse pensamento, (Busarello; Bieging; Ulbricht, (2015, p. 195), afirma que “o cinema enquanto recurso midiático, ajuda a constituir o tecido da vida cotidiana, modelando opiniões e fornecendo materiais para que as pessoas pensem sobre as suas identidades”.

A implementação do cinema inclusivo aos sábados possibilitou as partilhas de indicações de filmes, pois sempre que era postado uma dica de filme havia a interação

daqueles que já tinham assistido motivando os demais a assistirem, bem como também os próprios cursistas, davam dicas de outros filmes que retratavam a temática trabalhada.

Ao assistirem aos filmes haviam os comentários no grupo, solicitações dos filmes em português e partilhas de trabalhos e atividades que já se haviam desenvolvido a partir dos filmes indicados. Sem contar os comentários de emoção ao assistirem aos filmes, pois estes sensibilizam e levam o telespectador à reflexão.

Nesse sentido, a proposta do cinema que discute a temática da inclusão também contribuiu para a formação colaborativa, pois foi perceptível a partilha coletiva de compreensão, de sensibilização e interligação com as vivências do contexto escolar. Os filmes partilhados apresentavam em seus enredos a realidade da inclusão escolar, da percepção das famílias na aceitação ao trabalho de inclusão, as dificuldades, mas também as potencialidades que as pessoas com deficiência podem apresentar.

Quadro 10: Dicas de filmes repassadas no cinema inclusivo

<p>Sábado 29/04 Tema: Acolhida ao aluno PAEE na escola</p>	<p>Sábado 06/05 Tema: Autismo</p>	<p>Sábado 13/05 Tema: Deficiência visual</p>	<p>Sábado 20/05 Tema: Deficiência auditiva</p>
	 <p>The Good Doctor Um jovem médico com autismo começa a trabalhar em um famoso hospital. Além dos desafios da profissão, ele tem também que provar sua capacidade a seus colegas e superiores.</p>		
<p>Filme: como estrelas na terra. Mostra a história de um garoto com dislexia que não é compreendido pelos professores e seus pais, mas a partir do contato com um professor substituto de arte ele passa a ser compreendido, sendo que a prática pedagógica do professor faz toda a diferença.</p>	<p>Série: The Good Doctor. Mostra a história de um jovem médico com autismo que começa a trabalhar em um famoso hospital. Além do desafio da profissão, ele terá também que provar sua capacidade a seus colegas e superiores.</p>	<p>Filme: O Milagre de Anna Sullivan. Mostra a história da incansável professora Anne Sullivan que tenta fazer com que Helen Keller, uma garota cega, surda e muda, se adapte e entenda o mundo que a cerca. Para isso, entra em confronto com os pais da menina que, por piedade, a tratam de forma mimada.</p>	<p>Filme: E seu nome é Jonas. Mostra a história de Jonah que é um garoto surdo que recebe um diagnóstico errado de retardo mental e leva uma vida repleta de frustrações, até que seus talentos são reconhecidos.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

3.5 AVALIAÇÃO DO CURSO PELOS PARTICIPANTES

Com a conclusão do curso de extensão após o cumprimento de todas as etapas de formação continuada colaborativa em inclusão escolar proposta no curso de extensão, chega-se ao momento de avaliar a proposta de formação continuada colaborativa.

O percurso de desenvolvimento do curso foi de aproximadamente 40 dias. Neste percurso realizou-se atividades formativas que visaram fortalecer o trabalho de inclusão escolar através da partilha de experiências vivenciadas pelos cursistas. Estas vivências dos cursistas se constituíram como material compositivo para o constructo do curso, visto que este iniciou com a necessidade de completude pelos participantes

Nas orientações repassadas no último encontro de formação colaborativa, informou-se aos cursistas que seria disponibilizada uma avaliação sobre a proposta do curso de formação. Sendo que esta avaliação só seria realizada pelos cursistas que cumprissem todas as etapas de colaboração propostas. Dessa forma a avaliação seria enviada por e-mail aos cursistas concluintes.

Findando o prazo para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas nos fóruns da sequência formativa colaborativa 4, realizou-se a verificação dos cursistas que conseguiram cumprir todas as etapas de formação, para então enviar o e-mail com a avaliação final do curso.

Após a verificação do cumprimento de todas as etapas formativas, constatou-se que dos 70 participantes que se inscreveram, apenas 29 conseguiram finalizar o curso e estarem aptos a realizarem a avaliação final, para posteriormente serem certificados. Com a identificação dos cursistas concluintes, enviou-se o e-mail com o link do formulário de avaliação, com um prazo de 3 dias para preenchimento.

Na avaliação proposta, buscou-se identificar o perfil de formação, o tempo de serviço dos cursistas concluintes e o grau de contribuição que a proposta de formação continuada possibilitou. Esta avaliação também buscou perceber o grau de satisfação dos cursistas em relação aos recursos tecnológicos e os materiais didáticos utilizados, bem como a organização e desenvoltura do curso.

Conforme prazo estabelecido aos cursistas, obteve-se o preenchimento do formulário avaliativo de todos os 29 concluintes. A partir daí pôde-se fazer as análises dos dados e perceber através das respostas ¹⁰dos cursistas suas impressões sobre a proposta de formação

¹⁰ Os gráficos e tabelas apresentados a seguir foram elaborados pelo autor da pesquisa com base nos **dados coletados** com os cursistas que finalizaram o curso de extensão. Lembrando que o estudo realizado por lidar com representações de pessoas foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do IF Sertão Pernambucano.

continuada colaborativa.

Para apresentar os dados da avaliação serão usadas 2 categorias: a categoria perfil dos cursistas concluintes e a categoria avaliação da proposta colaborativa. A categoria perfil dos concluintes contempla as questões de 1 a 9 do formulário de avaliação, já a categoria avaliação da proposta colaborativa contempla as questões de 10 a 24.

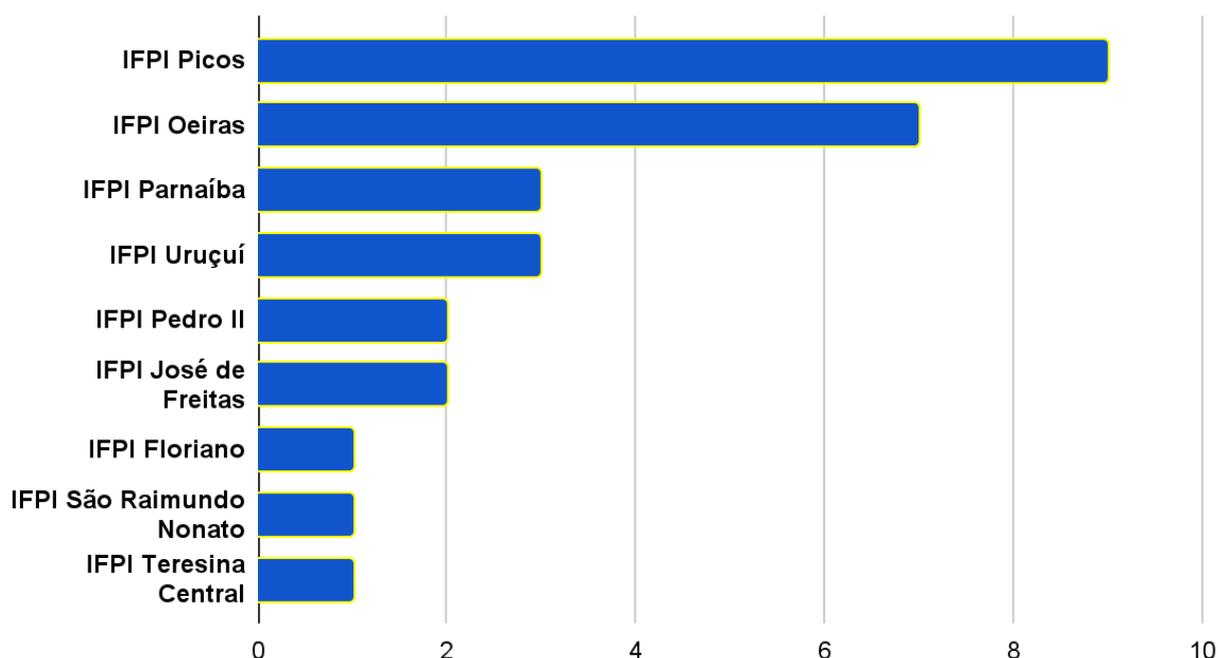
3.5.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS CURSISTAS CONCLUINTES

Conforme planejamento apresentado, a proposta de formação colaborativa em inclusão escolar, se deu através de um curso de extensão em que foram direcionadas vagas para todos os Campi do IFPI, sendo que no processo de inscrição atingiu 70 participantes, contemplando 13 Campi e a Reitoria. Partindo desses dados iniciais do curso, faz-se necessário saber quantos no universo dos 29 cursistas concluintes a quais Campi estão lotados, visto que estes poderão ser multiplicadores dos conhecimentos adquiridos com a formação colaborativa.

Dessa forma, na **questão 1**, buscou-se saber qual o Campus de lotação dos cursistas que finalizam o curso. De acordo com as respostas dos cursistas, percebe-se que servidores de 9 Campi conseguiram concluir o curso.

Gráfico 3: Campus de lotação dos cursistas que finalizaram o curso.

Campus de lotação dos cursistas que finalizaram o curso



Fonte: elaborado pelo autor

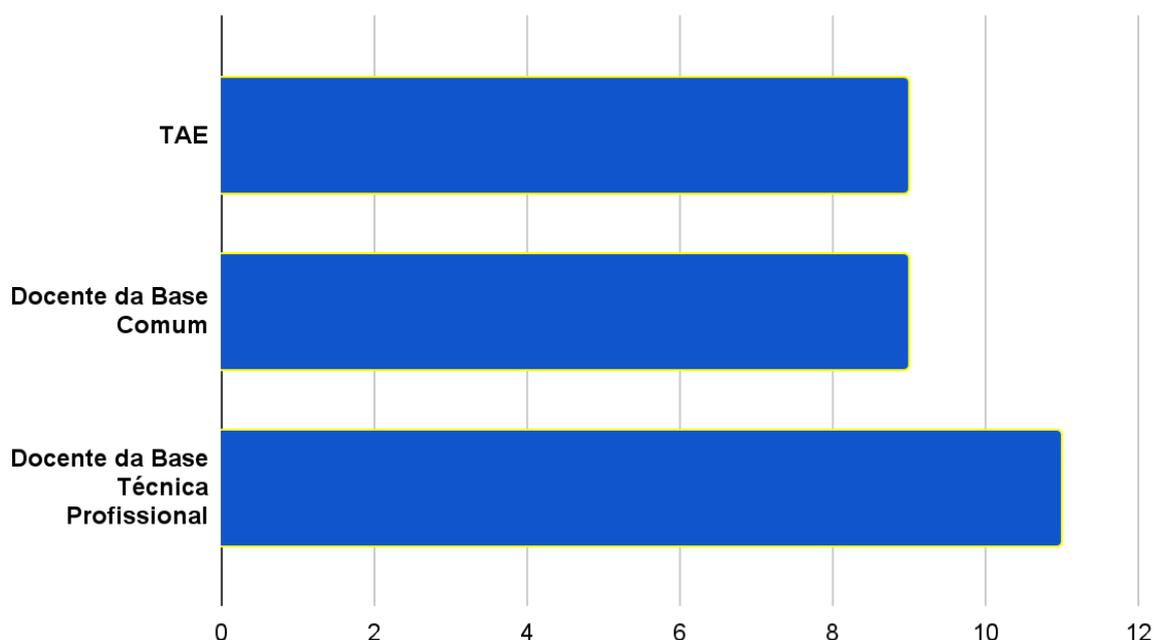
Esses dados são bastante significativos, visto que mostram que o curso alcançou servidores de 9 Campi, possibilitando assim o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar na rede. Os dados ainda mostram, que o Campus de origem do curso, foi o que teve maior número de concluintes, isso mostra o apoio e adesão à proposta de formação colaborativa.

Partindo da compreensão de quais Campi estão lotados os cursistas concluintes, foi importante conhecer a área de atuação desses servidores para compreender como eles desenvolvem o trabalho educativo dentro do IFPI. Nessa perspectiva, na **questão 2**, buscou-se identificar onde o cursista atuava, colocando assim três segmentos: TAE, docente da base comum ou docente da base técnica profissional. Identificar onde atua o cursista nesses segmentos propostos, ainda possibilita compreender de que forma eles estão em contato com os alunos PAEE e refletir como a formação colaborativa ora desenvolvida poderá influenciar no seu trabalho educativo.

Conforme os dados obtidos na avaliação, foi possível verificar a realidade expressa no gráfico abaixo.

Gráfico 4: Atuação dos cursistas conforme os segmentos TAE, docente da base comum e docente da base técnica profissional.

Atuação dos cursistas conforme segmento



Fonte: elaborado pelo autor

Conforme os dados do gráfico, percebe-se que dos 29 cursistas que terminaram o

curso, 20 são docentes, constituindo assim o maior percentual. Isso mostra que os docentes estão em busca da formação continuada em inclusão escolar.

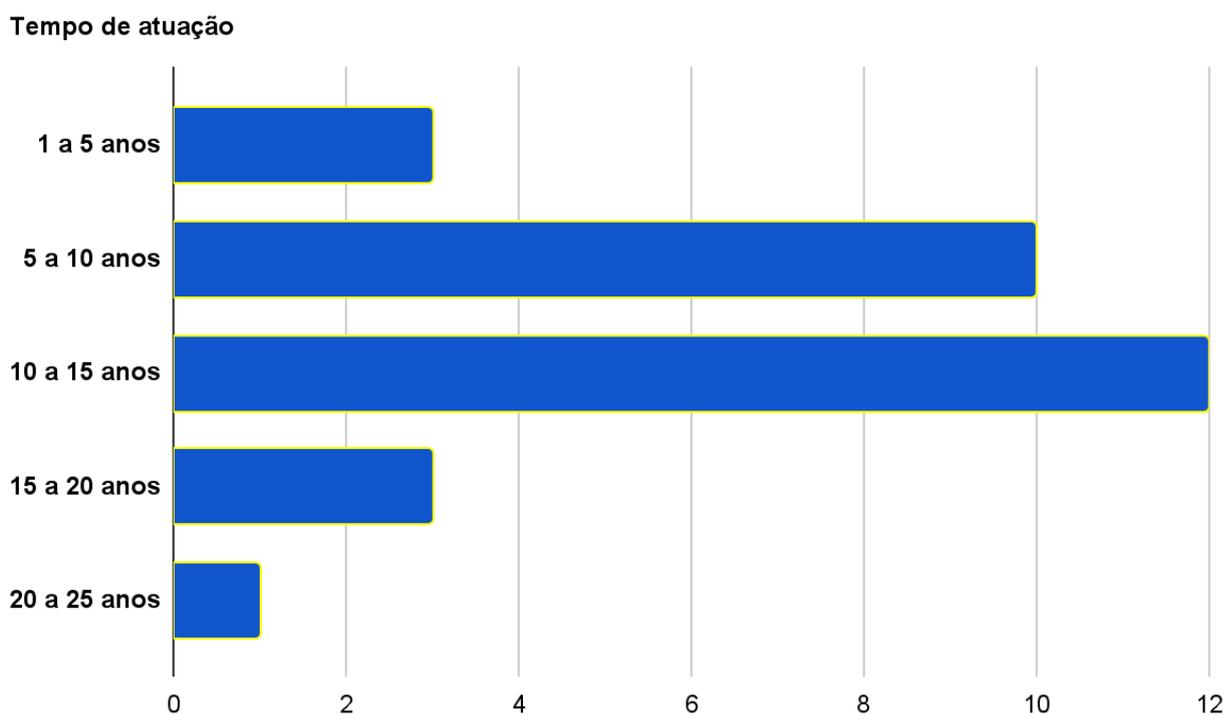
Outro dado relevante expresso no gráfico, diz respeito ao maior número de professores da base técnica profissional que concluíram o curso, até mesmo entre o quantitativo de docentes. Esses resultados confirmam que esses docentes estão abertos à formação continuada em áreas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem e que buscam suprir os conhecimentos que a formação inicial não contemplou, sendo que sentem a necessidade no desenvolvimento da prática pedagógica.

Também buscou-se identificar o tempo de atuação desses cursistas em relação ao trabalho com a educação, visto que a partir dessa informação pode-se inferir se quem tem mais tempo de serviço já participou de formações como a proposta desenvolvida no curso. Se as partilhas das práticas agregaram conhecimentos às suas, bem como identificar se a oportunidade de relatar suas práticas foi importante para a construção formativa.

Cabe ainda ressaltar, que conhecer esse dado em relação aos que têm pouco tempo de serviço é também bastante relevante, visto que viabiliza compreender como essa formação irá fortalecer a sua prática docente a partir das experiências partilhadas e o reconhecimento de que a formação continuada é necessária à sua atuação docente.

Nessa perspectiva, **na questão 3**, buscou-se conhecer sobre o tempo de atuação na área da educação, dos cursistas que integralizaram o curso.

Gráfico 5: Tempo de atuação na área da educação



Fonte: elaborado pelo autor

Pode-se perceber que o curso contemplou participantes das 4 categorias elencadas quanto ao tempo de atuação, tanto àqueles considerados iniciantes, como àqueles considerados veteranos. A partir desses dados, infere-se que as trocas de práticas entre esses profissionais com diferentes experiências enriqueceram o espaço de formação, possibilitando a (re)construção de saberes.

Aliados a esses dados já identificados foi necessário identificar o tipo formação inicial dos cursistas, visto que conhecer esta formação norteia a compreensão das necessidades de formação continuada, principalmente em relação à inclusão escolar. No contexto dos IFs, se torna ainda mais necessário conhecer esse perfil de formação, pois para os docentes da base técnica profissional é no exercício da prática docente que constroem a sua formação de professor.

Para identificar o tipo e a área de formação dos cursistas, **as questões 4 e 5**, contidas no formulário da avaliação final, possibilitaram revelar os importantes dados que apresentam-se no quadro abaixo.

Quadro 11: Tipo e área de formação dos cursistas que finalizaram o curso

Tipo de formação	Quantidade	Área de formação
Licenciatura	16	Pedagogia, Biologia, Letras Espanhol, Música, Letras Português, Matemática, Computação, Educação Física,

Bacharelado	11	Direito, Engenharia Civil, Engenharia Agrônômica, Zootecnia, Nutrição, Administração, Enfermagem, Psicologia
Tecnólogo	02	Analista e desenvolvedor de Sistemas

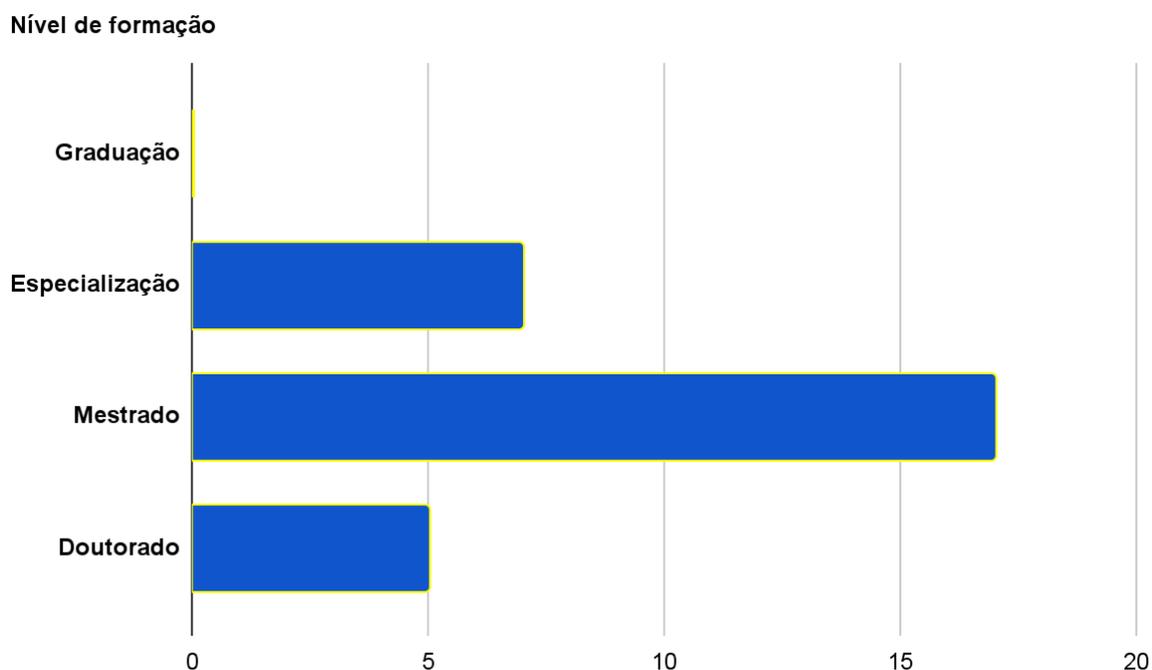
Fonte: elaborada pelo autor

Os dados contidos no quadro 11, revelam a realidade expressa nos IFs, professores bacharéis e tecnólogos que em sua formação inicial não tiveram componentes curriculares que discutissem conteúdos relacionados à educação especial. Isso torna evidente a necessidade de formação continuada em inclusão escolar.

Percebe-se que quase 50% dos cursistas concluintes são bacharéis e tecnólogos. Isso mostra que o curso chamou a atenção desse público e pôde contribuir com a formação continuada a partir de práticas e vivências do contexto dos IFs. Nessa perspectiva é importante ressaltar que a busca desses professores pela formação continuada vai ao encontro ao pensamento de Imbernón. Este enfatiza que os professores buscam não só uma formação continuada para o domínio de suas disciplinas, mas uma formação relacionada às necessidades do contexto escolar para que esta proporcione uma maior qualidade da prática e do ensino (Imbernón, 2011).

Ainda na caracterização do perfil dos concluintes, preocupou-se em conhecer o nível de formação dos cursistas, visto que essa informação é extremamente necessária, pois esse nível de formação revela a valorização dos cursistas quanto à formação continuada. Nesse sentido, **a questão 6** do formulário, busca obter as informações sobre o nível de formação dos cursistas.

Gráfico 6: Nível de formação dos cursistas concluintes



Fonte: elaborado pelo autor

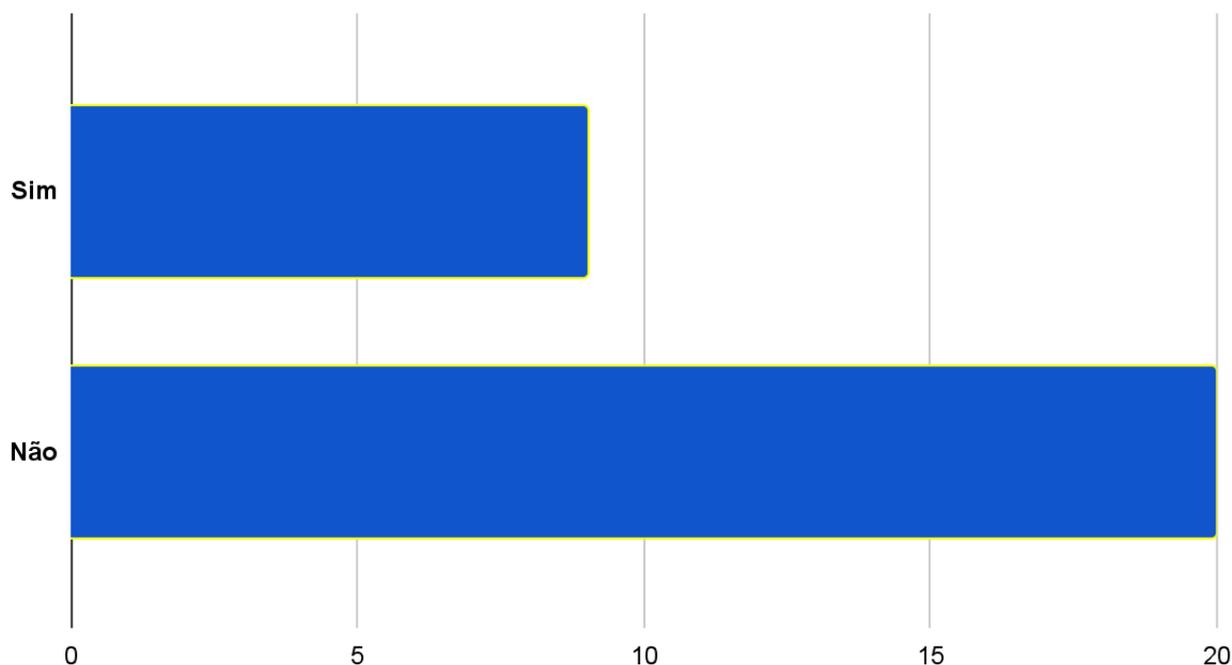
Percebe-se que todos os participantes não pararam na formação inicial, buscaram elevar o nível de formação através da formação continuada. Isso mostra que participar do curso de extensão formação colaborativa em inclusão escolar é valorizar essa formação que é necessária à prática educativa. Nesse sentido, segundo Lemos (2023, p.2) ressalta que a formação continuada “se refere a um conjunto de práticas e processos que buscam à atualização e ao aperfeiçoamento constante do conhecimento e das habilidades ao longo da carreira”.

Conforme já debatido sobre a necessidade de buscar a formação continuada, principalmente em relação à inclusão escolar, visto que a educação especial perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, se fez necessário saber se os cursistas já haviam participado de formação continuada na referida área. Dessa forma, **a questão 7** do formulário, questiona aos cursistas se estes já haviam participado de algum curso de formação continuada em inclusão escolar.

Os dados obtidos foram impactantes e revelam que o curso de extensão em inclusão escolar foi extremamente necessário, possibilitando assim o fortalecimento da formação continuada.

Gráfico 07: Quantidade de cursistas que já haviam participado de algum curso de formação continuada em inclusão escolar.

Quantidade de cursistas que já haviam participado de algum curso em inclusão escolar



Fonte: elaborado pelo autor

Conforme os dados expressos no gráfico acima, percebe-se que dos 29 cursistas concluintes, apenas 9 já haviam feito algum curso de formação continuada em inclusão escolar. Isso reflete a necessidade de um planejamento de formação continuada dentro da rede, para oportunizar a qualificação dos servidores em sua prática educativa.

A partir desses resultados impulsiona-se a continuidade dessa proposta de formação colaborativa, pois conforme orienta Silva.M. (2020), a formação continuada de professores e profissionais da escola é o contexto ideal para a prática da formação colaborativa.

Com base nos dados apontados no gráfico 7, faz-se necessário conhecer quais foram os cursos de formação continuada em inclusão escolar que os 9 cursistas realizaram, visto que dentro da educação especial, tem um leque de áreas de conhecimento, visto à grande diversidade do público da educação especial.

Nesse sentido, segue abaixo as informações referentes à **questão 8**.

Quadro 12: Cursos de formação continuada em inclusão escolar realizados pelos cursistas concluintes.

Cursos de formação continuada em inclusão escolar realizado pelos cursistas
<ul style="list-style-type: none"> ● Como tornar um currículo acessível para os estudantes com deficiência; ● E o aluno com deficiência em sala de aula como colaborar na sua inclusão? ● Inclusão escolar: Desafios entre o real e o ideal;

- **Transtornos de aprendizagem: Diagnóstico e tratamento;**
- **Tecnologias Assistivas;**
- **Transtorno do Espectro do Autismo;**
- **Atendimento Educacional Especializado;**
- **Libras**

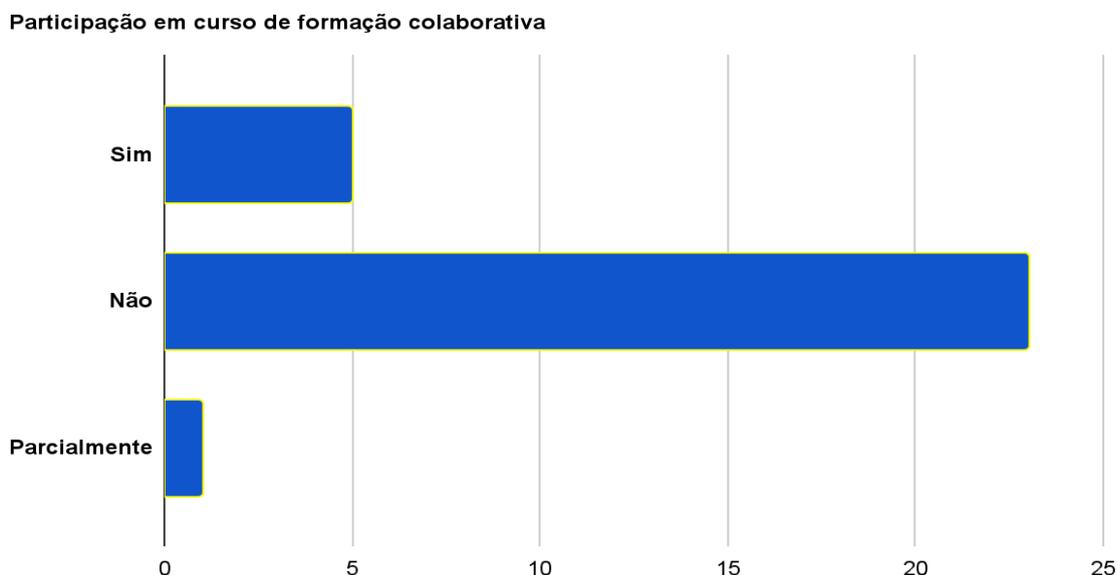
Fonte: elaborado pelo autor

Conforme as informações prestadas pelos cursistas sobre os cursos de formação em inclusão escolar já cursados, mostra que tiveram a oportunidade de capacitação na área, sendo as temáticas abordadas bastante relevantes para o aperfeiçoamento da prática educativa como os alunos PAEE.

Nesse diagnóstico sobre participação em formação continuada, **na questão 9** do formulário, questionou-se aos cursistas se eles já haviam participado de algum curso de formação colaborativa em que os pares trocam experiências (em qualquer área). Buscou-se obter esse diagnóstico porque na proposta de formação colaborativa os sujeitos interagem coletivamente e constroem aprendizagens na partilha de saberes entre pares, ou seja, aprendem em cooperação e produzem avanços como grupo (Lustosa, 2014).

Ao analisar as respostas constatou-se que apenas 5 participantes já haviam participado de formação continuada nos pressupostos de colaboração.

Gráfico 8: Participação dos cursistas em cursos de formação colaborativa



Fonte: elaborado pelo autor

Analisando o gráfico, percebe-se que o maior percentual dos cursistas não haviam participado de formação colaborativa. Isso mostra que a proposta de colaboração foi algo

novo para eles, possibilitando assim uma vivência diferenciada através da partilha de conhecimentos entre seus companheiros de instituição, sendo que estes compartilham os mesmos desafios em relação ao processo de inclusão dos alunos PAEE. Com certeza esses cursistas que não conheciam a proposta de formação colaborativa terão muito a contribuir na categoria de avaliação do curso.

Findada as análises sobre a categoria perfil dos cursistas concluintes, tendo assim compreendido os dados relativos ao local de lotação, área de atuação, formação, tempo de serviço, participação em formação em inclusão escolar e em curso envolvendo a proposta de colaboração, direcionou-se para a análise da categoria avaliação da proposta de formação colaborativa.

3.5.2 ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

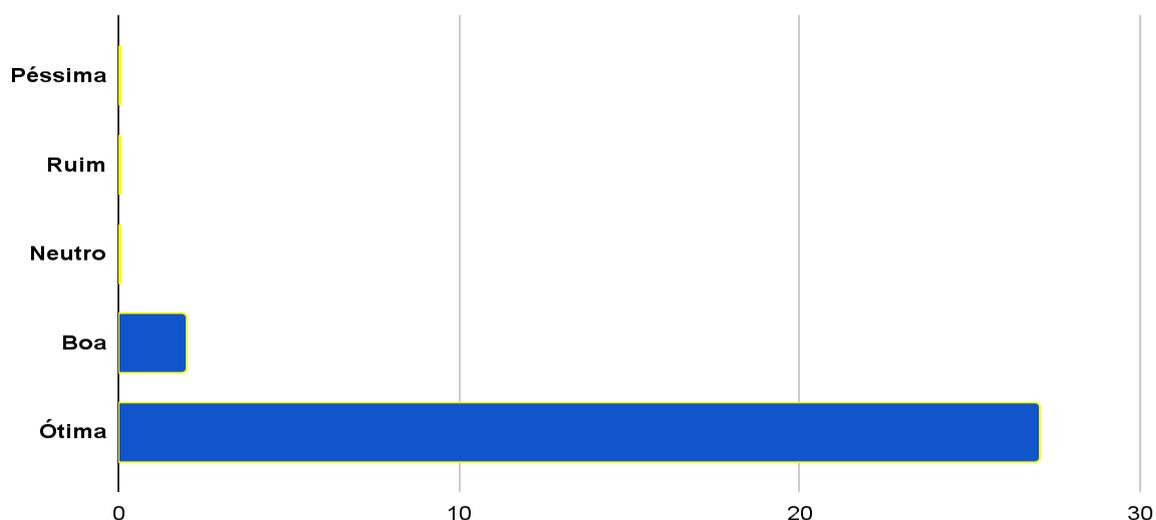
A proposta de formação colaborativa vivenciada no curso de extensão para os docentes e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI, teve como estratégia metodológica a partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Essas práticas foram compartilhadas entre os participantes, seguindo o direcionamento de uma sequência formativa colaborativa.

Nessa perspectiva, indagou-se aos cursistas que concluíram o curso, como eles avaliavam a proposta metodológica da atividade extensionista que se caracterizou pela partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas entre professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI. Esse questionamento foi apresentado na **questão 10**, do formulário da avaliação.

Esse questionamento se fez necessário, visto que no levantamento do perfil dos cursistas identificou-se que a maioria deles não havia participado de nenhum curso de formação envolvendo o pressuposto de colaboração. Em relação a esse questionamento obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 9: Avaliação da proposta metodológica do curso pelos cursistas.

Avaliação da proposta metodológica do curso pelos cursistas.



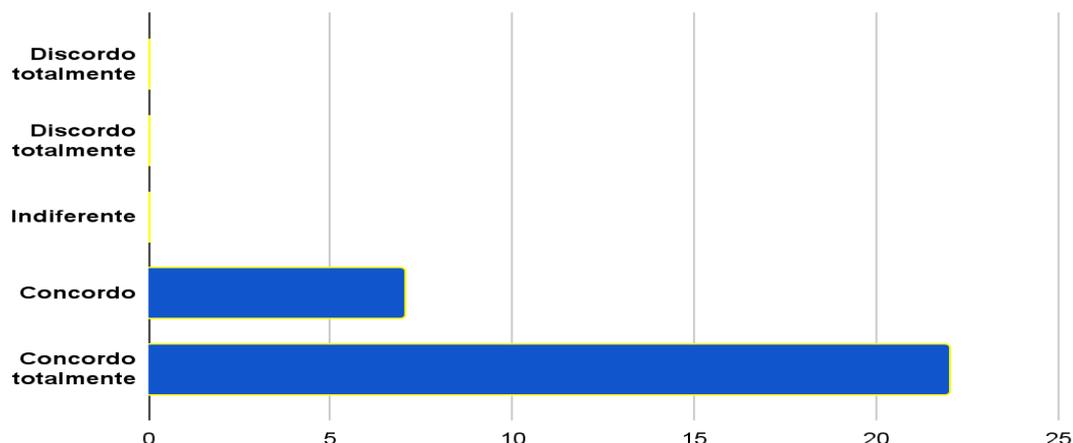
Fonte: elaborado pelo autor

Conforme as respostas dos cursistas, a proposta metodológica da formação colaborativa foi muito positiva, em que 27 participantes avaliaram como ótima a proposta de partilhar práticas pedagógicas e metodologias de ensino entre os pares. Essa avaliação positiva da metodologia confirma que é uma ação que merece ser intensificada no planejamento de programas de formação continuada.

Conforme orienta Lustosa (2014), a formação colaborativa possibilita a construção de aprendizagens na partilha de saberes entre pares, ou seja, aprender em cooperação produz avanços como grupo profissional. Nesse sentido, fez-se necessário saber dos cursistas se a possibilidade deles partilharem as suas experiências e conhecerem outras práticas pedagógicas partilhadas por seus pares, tornou o curso mais significativo. Essa indagação foi realizada na **questão 11**, e obteve o seguinte resultado.

Gráfico 10: A partilha de práticas pedagógicas entre os participantes tornou o curso mais significativo.

A partilha de práticas pedagógicas tornou o curso significativo



Fonte: elaborado pelo autor

Os dados do gráfico mostram que o maior percentual dos cursistas revelaram que a possibilidade de trocas de experiências tornou o curso mais significativo. Isso mostra que ao partilhar as práticas eles se tornam ativos e protagonistas, visto que estão contribuindo com o processo de formação, mas ao mesmo tempo recebem partilhas de conhecimento de seus pares e incorporam à sua prática, tornando assim um processo de ação/reflexão.

Nessa perspectiva, Nunes (2021), orienta que a colaboração instituída nos momentos de formação continuada:

Torna o professor capaz de refletir sobre o processo de ensinar e aprender, no qual está inserido, tornando-o a um só tempo agente e pesquisador de sua própria prática, na sua sala de aula, desempenhando comprometidamente o papel de investigador, que prevê seu agir como uma hipótese da ação, a qual servirá como ponto de partida para sua reflexão (Nunes, 2021,p.21).

Continuando as indagações sobre a proposta de partilhar práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Na **questão 12** do formulário, foi solicitado aos cursistas para que eles descrevessem o que achavam da referida proposta metodológica. Os relatos foram bastante positivos, conforme pode ser observado nas falas dos cursistas (C) abaixo.

C1- As experiências compartilhadas nos proporcionam o conhecimento de práticas de outros professores que deram certas e ainda possibilita uma auto reflexão de nossas práticas.

C2- Achei muito pertinente, visto que cada campus apresenta uma realidade diferente e compartilhando as experiências pudemos vivenciar as diferentes propostas de inclusão.

C3- O curso foi excelente. Aprender visualizando as experiências que outros agentes da educação utilizaram para incluir o aluno é a melhor forma, pois vendo as experiências dos outros podemos fazer e adaptar as nossas.

C4- Considero uma proposta que viabilizou trocas de experiências e muito aprendizado sobre práticas inclusivas. Conteúdos que muitas vezes não temos na formação inicial.

C5- Excelente. Principalmente por se tratar de experiências no nosso

contexto da educação profissional e tecnológica e também da realidade do IFPI.

C6- Achei importante saber o que ocorre em outros Campi e poder compartilhar também minhas práticas. Compartilhar com o NAPNE e equipe pedagógica do campus é uma experiência maravilhosa e construtiva, mas enxergar o "todo", tendo esta amplitude do que ocorre no IFPI foi muito enriquecedor.

Através das falas dos cursistas, percebe-se que o curso trouxe uma metodologia diferente. A proposta de colaboração, sendo esta bem aceita, visto a possibilidade de construção de conhecimentos a partir do contexto vivenciado na rede de ensino. Os cursistas compreenderam que à medida que eles partilham as práticas pedagógicas, eles fortalecem seus conhecimentos e proporcionam a formação para outros colegas que vivenciam o mesmo desafio. Nessa perspectiva, Busarello; Biegging; Ulbricht (2015), ressaltam que a aprendizagem em colaboração permite a aproximação dos sujeitos através de seus interesses comuns, sendo que os envolvidos no processo não passam sozinhos, mas juntos com as interações que o ambiente virtual de aprendizagem promove.

Percebe-se também a satisfação dos cursistas pelas práticas partilhadas envolverem a Educação Profissional e Tecnológica e a realidade do IFPI, permitindo uma maior familiaridade entre os cursistas e a motivação de construir conhecimentos que atendessem às necessidades vivenciadas na prática.

Constata-se que a formação por envolver a realidade dos cursistas, tornou-se mais atrativa. Nesse sentido, Urzetta e Cunha (2013, p.3) enfatiza que a formação continuada “deve se contextualizar no local de trabalho do docente – a escola –, e que contribui para o desenvolvimento das suas competências profissionais por meio de experiências de diferentes características, tanto formais como informais”.

Ainda no sentido de verificar a proposta metodológica do curso de extensão, visto ser importante essa avaliação para que se possa direcionar a rede de ensino na elaboração de novas formações e possibilitar uma formação mais significativa. Buscou-se na **questão 13**, saber dos cursistas se as práticas pedagógicas e metodologias de ensino partilhadas no curso contribuíram para fortalecer a sua prática pedagógica docente para trabalhar com alunos com deficiência.

Ao analisar as respostas dos cursistas, fica evidente que as partilhas das experiências inclusivas vivenciadas pelos pares contribuíram para fortalecer o trabalho de inclusão com os alunos PAEE. Isso fundamenta o que defendido por Lustosa (2014), sendo que este esclarece que:

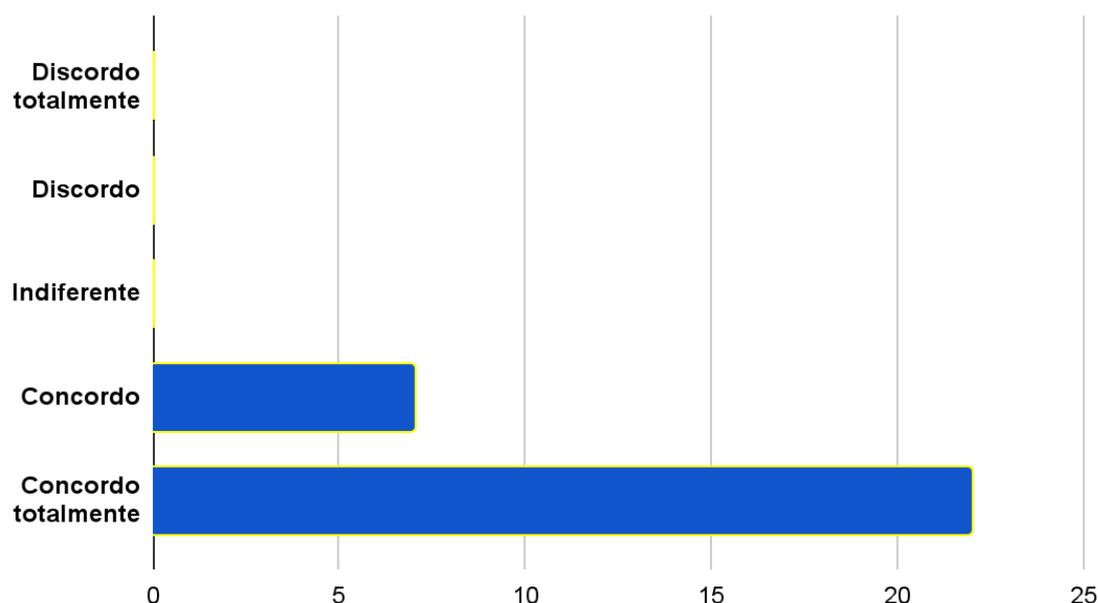
[...] a preparação da escola para a inclusão tem mais chances de ocorrer de

forma sistematizada frente a processos formativos mais significativos, tomando a prática como referência, quando podem atribuir mais sentidos aos eventos e situações que a eles se apresentam (Lustosa, 2014, p.16).

Essa percepção de que a formação colaborativa partilhando práticas pedagógicas inclusivas foi significativa para os participantes e que contribuiu para fortalecer a prática de inclusão está revelada no gráfico abaixo.

Gráfico 11: A partilha de práticas pedagógicas inclusivas no curso fortaleceu a prática docente para trabalhar com alunos PAEE.

A partilha de práticas pedagógicas inclusivas no curso fortaleceu a prática docente para trabalhar com alunos PAEE.



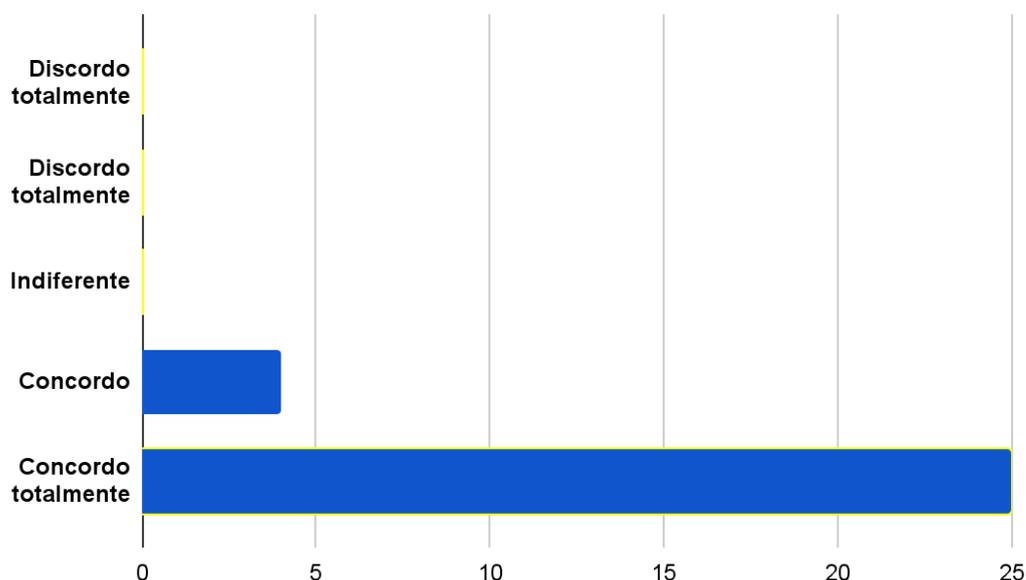
Fonte: elaborado pelo autor

Os dados evidenciados no gráfico anterior, reforçam que o curso de extensão ao possibilitar a partilha das práticas pedagógicas contribuiu para alcançar os objetivos propostos que era o de fortalecer o trabalho de inclusão escolar.

Nesse sentido, **na questão 14**, ao questionar os cursistas sobre a relevância da formação colaborativa para a formação continuada docente, sobretudo no que se refere à inclusão escolar, 25 dos 29 cursistas que finalizaram o curso, externaram que concordam totalmente que a proposta colaborativa, que envolve a partilha coletiva de experiências é relevante para a formação continuada em inclusão escolar.

Gráfico 12: A relevância da formação colaborativa para a formação continuada em inclusão escolar.

Relevância da formação colaborativa para a formação em inclusão escolar conforme avaliação dos cursistas



Fonte: elaborado pelo autor

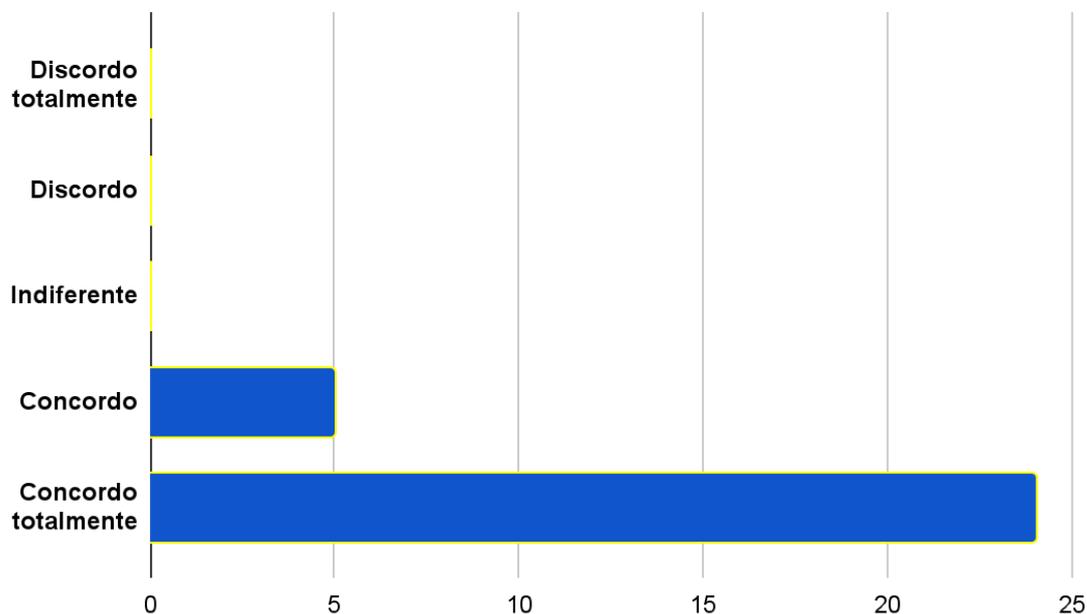
Ao analisar o gráfico, com a concordância dos cursistas sobre a relevância da formação colaborativa, percebe-se que a formação continuada nestes pressupostos de colaboração se torna pertinente, pois contribui para uma formação continuada significativa, visto que parte da realidade do ambiente escolar.

Partindo do pressuposto de que uma formação continuada deve partir do contexto vivenciado e da real necessidade do espaço escolar, buscou-se saber dos cursistas, através da **questão 15**, se a formação colaborativa desenvolvida no curso de extensão, a partir das experiências vividas na realidade do IFPI despertou maior interesse em desenvolver uma formação continuada, na área da inclusão escolar.

Os dados contidos no gráfico abaixo mostram que a maior parte dos cursistas que finalizaram o curso concordam totalmente que tiveram mais interesse em participar do curso de formação em inclusão escolar por ter partido da realidade vivenciada no IFPI.

Gráfico 13: Maior interesse dos cursistas em participarem do curso por envolver as experiências vivenciadas no IFPI.

Maior interesse dos cursistas em participarem do curso por envolver as experiências vivenciadas no IFPI



Fonte: elaborado pelo autor

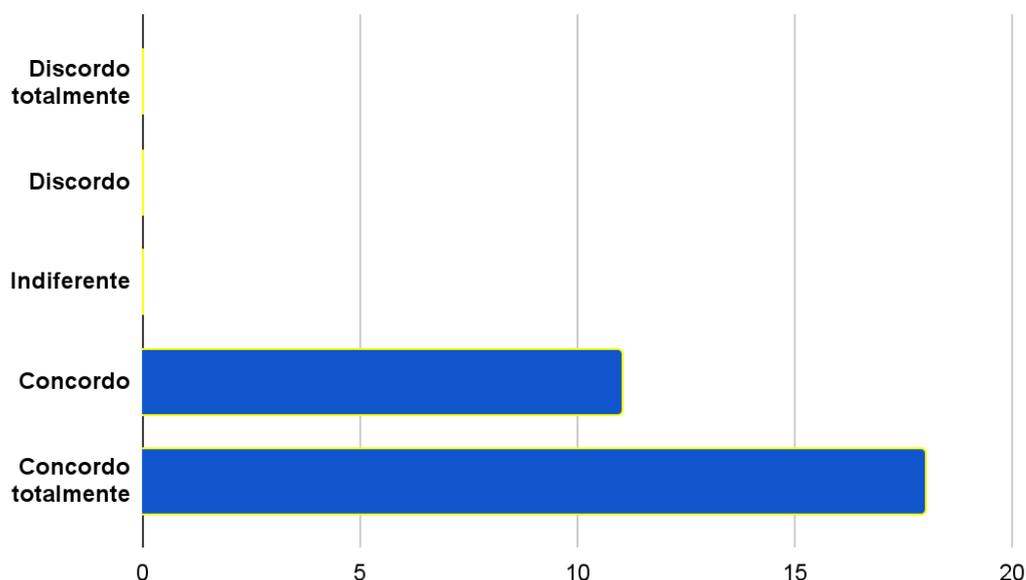
Percebe-se que o fato da formação desenvolvida ter sido realizada discutindo a realidade do IFPI, possibilitou aos cursistas uma maior compreensão dos desafios da rede em desenvolver o trabalho de inclusão, e ao mesmo tempo conhecer as ações educativas exitosas que acontecem e que são importantes serem compartilhadas.

Com a compreensão da própria realidade da inclusão escolar no IFPI, os cursistas tiveram a oportunidade de refletir sobre o contexto escolar vivenciado, podendo assim “integrar o saber pesquisado/compartilhado com a sua prática, interiorizando outra lógica e o saber-fazer pedagógico ganha mais significado”(Bastos; Anacleto; Henrique, 2018, p.2).

Conforme mencionado anteriormente sobre os recursos tecnológicos que contribuíram para o desenvolvimento do curso de extensão, foi relatado que o *Whatsapp* não estava previsto como ferramenta colaborativa para o curso. No entanto, devido à sua grande dinamicidade e facilidade de comunicação instantânea, contribuiu muito para o desenvolvimento das atividades do curso. Nesse sentido, na **questão 16** do formulário, foi perguntado aos cursistas se o recurso virtual do grupo do *whatsapp* contribuiu com a proposta de formação colaborativa do curso de extensão. Os resultados estão no gráfico 14.

Gráfico 14: Confirmação dos cursistas que o grupo do *whatsapp* contribuiu com a proposta de formação colaborativa.

Confirmação dos cursistas que o grupo do whatsapp contribuiu com a proposta de formação colaborativa



Fonte: elaborado pelo autor

Os dados contidos no gráfico mostram que os cursistas confirmam que o grupo do whatsapp contribuiu como ferramenta de colaboração, visto que durante o curso foi utilizado com bastante frequência para partilha de materiais didáticos, livros, dicas de filmes, vídeos, fotos, dentre outros materiais que favoreceram a formação em inclusão escolar. Confirmando essa contribuição do *whatsapp* Busarello; Bieging; Ulbricht (2015, p. 306) afirmam que através do *whatsapp* “ a interatividade de material e troca de conhecimento é maior devido às mídias trocadas como: áudio, fotos, imagens, reportagens e vídeos. Os participantes têm acesso com muita facilidade”.

Tendo em vista, a dinamicidade e a constante utilização do *whatsapp* durante o desenvolvimento do curso, solicitou-se aos cursistas na **questão 17**, que comentassem sobre o recurso virtual do grupo do *whatsapp*.

Percebeu-se pelas falas dos cursistas que foi uma ferramenta que contribuiu bastante para a proposta colaborativa de formação, isso se revela claramente nos relatos apresentados abaixo.

C1- Excelente abordagem, facilita nossa comunicação e nos ajuda sempre a estar informados de forma mais ágil, além de permitir também o compartilhamento de informações, conhecimentos, trocas entre os participantes.

C2- A ferramenta permitiu o "encontro", a partilha de diversas experiências e conhecimento. O grupo do *whatsapp* mostrou que é possível o compartilhamento de conhecimentos relevantes, ricos e de qualidade.

C3- É muito importante por ser uma ferramenta de fácil acesso e que foi

utilizada para realizar uma interação bastante proveitosa, como relembrar as atividades do curso, compartilhar *links*, dicas de filmes, séries, práticas inclusivas, entre outras informações relevantes.

C4- O grupo de whatsapp facilitou a comunicação entre os integrantes do grupo e contribuiu bastante para a partilha de experiências. A cada encontro, dicas de filmes eram partilhadas, áudios com relatos de experiências de professores, pais... Foi uma ferramenta complementar ao curso que acrescentou bastantes informações e ampliou o leque de abrangência do curso.

C5- Oportunizou momentos interativos, facilita a comunicação e troca de informações e experiências. Além de ser o espaço de divulgação dos eventos da formação.

C6- Excelente recurso, por sua dinamicidade, possibilidade de reunir todos os membros do grupo, permite uma discussão em tempo real mas também àquele(a) que não pode participar no momento pode acessar as mensagens no seu tempo, além de ser um ambiente que permite envio de arquivos importantes para aprimorar os estudos.

Conforme os relatos dos cursistas percebe-se que a ferramenta do grupo do *whatsapp* contribuiu consideravelmente como espaço de colaboração, visto que além de facilitar a comunicação, possibilitou desenvolver a partilha de materiais que vieram a complementar o que era proposto nas sequências formativas colaborativas.

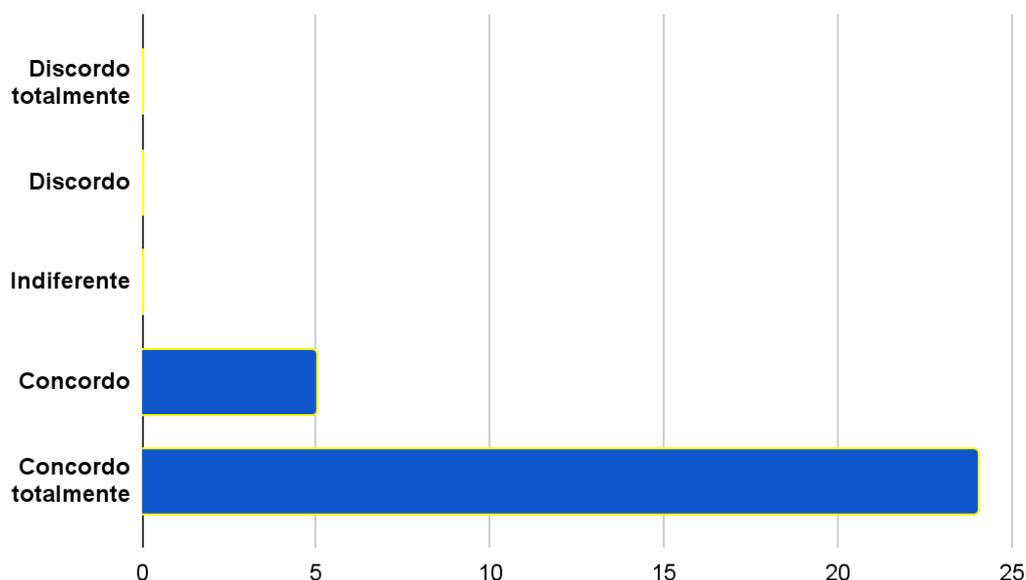
Ressalta-se ainda no relato dos cursistas, as dicas de filmes que eram repassadas aos finais de semana, sendo estas dicas intituladas de “cinema inclusivo” propagada pela ferramenta colaborativa do *whatsapp*.

Outra ferramenta que possibilitou as interações entre os cursistas foi o *Google Meet*, sendo esta ferramenta extremamente necessária para o desenvolvimento da sequência formativa colaborativa 1, que consistia na realização de um encontro virtual ao vivo para partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas por professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI.

Nesse sentido, buscou-se verificar junto aos cursistas, na **questão 18** do formulário, se a partilha das práticas pedagógicas utilizando a ferramenta virtual *Google Meet* contribuiu com a proposta de formação colaborativa do curso de extensão.

Gráfico 15: Confirmação de que as práticas pedagógicas partilhadas pelo *Google Meet* contribuíram com a proposta de formação colaborativa.

Confirmação dos cursistas que as práticas pedagógicas partilhadas pelo Google Meet contribuíram com a proposta de formação colaborativa.



Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar o gráfico com a confirmação dos cursistas, fica perceptível de que a partilha das práticas utilizando a ferramenta do *Google Meet* contribuiu para que se concretizasse a proposta colaborativa, visto que o *Meet* dispõe da transmissão ao vivo, possibilita interação por *chat*, permite compartilhar telas com apresentações, dentre outras funcionalidades que tornam dinâmica as interações.

Diante da grande relevância do *Google Meet* para o desenvolvimento do curso de extensão, solicitou-se aos cursistas finalistas, na **questão 19** do formulário, que estes pudessem comentar sobre a partilha das práticas pedagógicas utilizando a ferramenta virtual *Google Meet*.

Os comentários foram surpreendentes, pois mostram um elevado grau de satisfação dos cursistas em relação à ferramenta do *Google Meet* para a partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino entre os pares. Essa satisfação pode ser comprovada nos relatos expressos abaixo.

C1- Superando a expectativa e o pensamento de que para se fazer formação continuada, para iniciar ações de conscientização e mudanças não precisa somente do espaço presencial. Que máximo juntar pessoas de diferentes lugares, realidades, experiência e culminar na riqueza que foi os encontros.

C2- As atividades via *Google meet* permitem uma maior participação dos agentes de educação. Vieram professores e técnicos de vários campi e isso enriquece a partilha de experiências. Foi muito bom!

C3- O *Google Meet* que teve seu uso mais intensificado na pandemia da COVID-19 pra mim teve grande relevância neste curso. Imaginem colegas de diferentes cidades poderem compartilhar suas experiências, explanarem

com detalhes as ações executadas, a possibilidade de mesmo fisicamente distantes estarmos próximos e nos conhecermos pelo uso das câmeras de imagem e ver em cada rosto, as reações durante as palestras, isso é incrível! A possibilidade do chat para mensagens, dúvidas e discussões também teve seu diferencial.

C4- As partilhas das práticas através dos encontros virtuais do Google foram excelentes e, na minha opinião, o ponto mais relevante do curso.

C5- O Google Meet deu "vida" ao curso e proporcionou momentos riquíssimos de partilha de experiências, gerando muito aprendizado. Foi uma excelente estratégia para iniciar os módulos e despertar o interesse pelo conteúdo que seria abordado.

C6- Esta ferramenta proporcionou uma interação muito sólida entre os participantes.

C7- Primeira vez que vivi esta experiência e achei dinâmica e integradora, como era de forma virtual propiciou a participação de diversos profissionais de várias localidades.

Conforme os relatos, percebe-se que o *Google Meet* superou as expectativas, tornando-se o recurso mais relevante para o desenvolvimento da proposta de formação colaborativa, visto que proporcionou unir pessoas dos vários Campi do IFPI para participarem de uma formação em que o objetivo maior era a interação através da partilha de experiências.

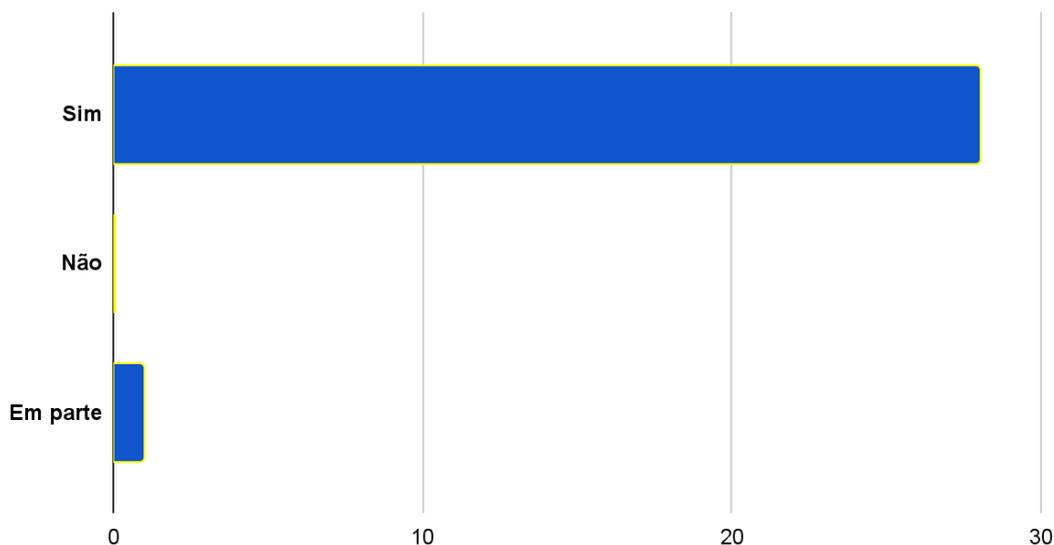
Nota-se na fala dos cursistas, que a proposta foi inovadora e que despertou a motivação dos participantes, visto que a instantaneidade da ferramenta possibilitou diálogo, interações, bate-papos, dentre outras funções que enriqueceram o momento formativo.

Dando continuidade à avaliação das ferramentas tecnológicas utilizadas no curso de extensão, questionou-se aos cursistas, na **questão 20** do formulário, se o ambiente virtual de aprendizagem (Campus *On-line*), em que o curso foi desenvolvido, se havia atendido ao objetivo do curso. Cabe ressaltar que foi na plataforma Campus *On-line* que foram desenvolvidas as sequências formativas colaborativas 2, 3 e 4 do curso.

Os cursistas revelaram que a plataforma atendeu os objetivos propostos no curso, sendo que dos 29 cursistas que finalizam o curso, 28 expuseram que sim, conforme mostra os dados no gráfico abaixo.

Gráfico 16: Confirmação dos cursistas de que o ambiente virtual de aprendizagem atendeu aos objetivos do curso.

Confirmação dos cursistas de que o ambiente virtual de aprendizagem atendeu aos objetivos do curso.



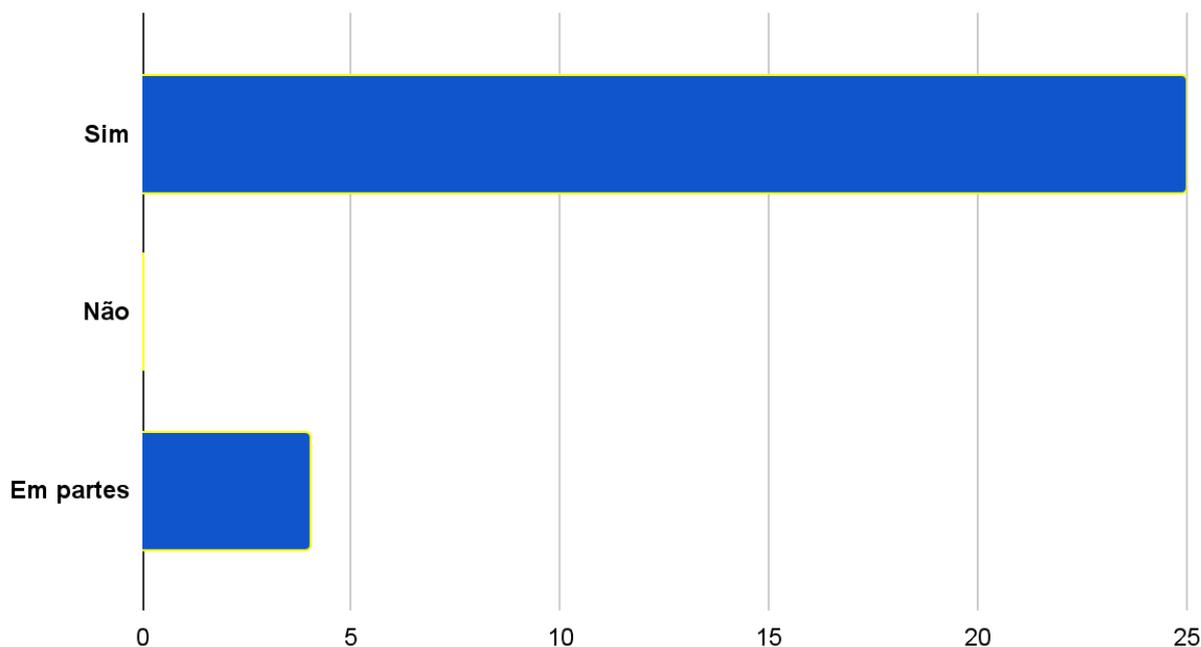
Fonte: elaborado pelo autor

Essa confirmação dos cursistas, mostra que o ambiente virtual de aprendizagem foi uma ferramenta necessária, pois com as possibilidades que ele oferece permitiu o desenvolvimento das atividades propostas pelo curso. O referido ambiente virtual, possibilitou a hospedagem de materiais didáticos, atividades e fóruns de discussões, favorecendo assim a proposta de formação colaborativa.

Nesse sentido, também questionou-se aos cursistas, **na questão 21** do formulário, se o ambiente virtual de aprendizagem permitiu a interação entre os participantes. Os contidos no gráfico abaixo mostram que os cursistas confirmaram que a plataforma Campus On-line permitiu a interação, sendo esta necessária na proposta colaborativa de formação.

Gráfico 17: Confirmação dos cursistas que o ambiente virtual possibilitou a interação entre os participantes.

Confirmação dos cursistas que o ambiente virtual possibilitou a interação entre os participantes.



Fonte: elaborado pelo autor

A interação entre os participantes como característica necessária na proposta formativa colaborativa, foi confirmada nos fóruns de discussões desenvolvidos dentro da plataforma *Campus On-line*, onde se pode comprovar através da imagem abaixo.

Imagem 04: Interação dos cursistas nos fóruns de discussões no ambiente virtual de aprendizagem.

Fonte: arquivo do autor

As interações nos fóruns permitiram a troca de experiências vivenciadas pelos cursistas. Essas trocas entre os pares confirmam a metodologia da formação colaborativa, muito bem desenvolvida no ambiente virtual de aprendizagem e durante todas as sequências

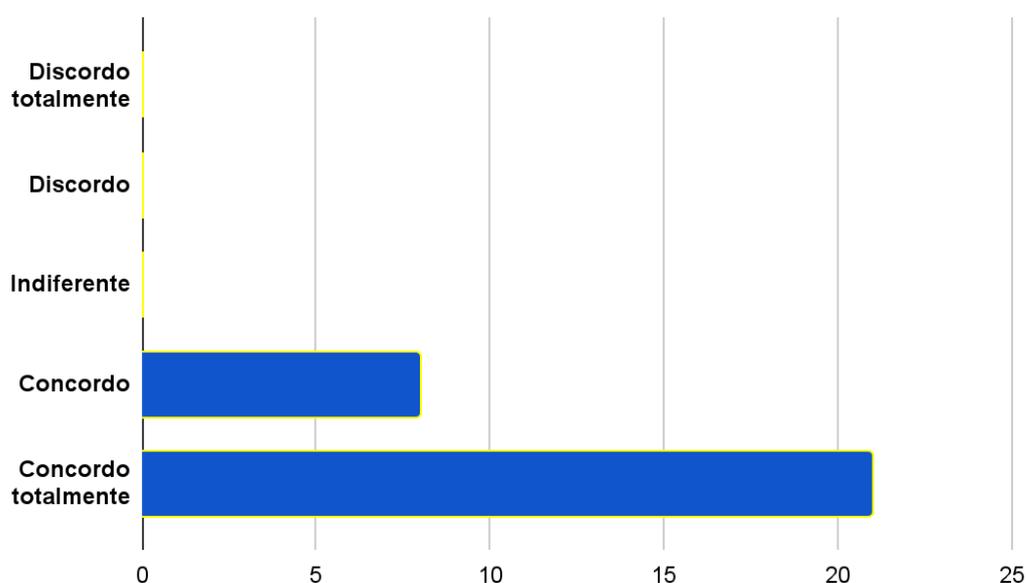
formativas do curso.

Ainda sobre o ambiente virtual de aprendizagem, tornou-se necessário saber dos cursistas sobre a organização do curso dentro da plataforma (materiais didáticos, atividades gamificadas, vídeos, fóruns), se estavam expostos de forma atrativa e de fácil compreensão para possibilitar o bom desenvolvimento do curso. Esse questionamento foi realizado na **questão 22** do formulário de avaliação.

Sobre esse questionamento, foi possível identificar que o maior percentual dos cursistas concordaram totalmente que a organização dos materiais didáticos dentro da plataforma possibilitou o bom desenvolvimento do curso. Essa confirmação pode ser observada conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 18: Confirmação dos cursistas que a organização dos materiais didáticos dentro da plataforma possibilitou o bom desenvolvimento do curso.

Confirmação dos cursistas que a organização dos materiais didáticos dentro da plataforma possibilitou o bom desenvolvimento do curso.



Fonte: elaborado pelo autor

Complementando o objetivo da questão 22, foi solicitado aos cursistas, na **questão 23** do formulário, que comentassem sobre a organização do curso. Estes fizeram comentários relevantes sobre a organização, tornando assim perceptível em suas falas que o curso se tornou leve, dinâmico e muito significativo. Nesse sentido, segue abaixo o relato dos cursistas confirmando a satisfação em relação ao curso.

C1- Excelente, de forma bem didática e leve. A forma trabalhada não tornou o curso cansativo e teórico, mas dinâmico e inovador.

C2- O curso foi muito bem pensado e organizado. Curso leve, motivador. A

forma com que foi organizado a partilha das experiências, as informações gerais na plataforma passou a sensação de um ambiente amigável. "Um grupo de colegas tomando um café e partilhando suas experiências".

C3- Inicialmente gostaria de dizer que a proposta e implementação do curso foram enriquecedoras demais. Em cada módulo consegui vivenciar as temáticas e aprender muito. Achei muito organizado e dinâmico.

C4- O Curso foi muito bem programado e executado, os recursos utilizados se complementaram muito bem, o curso proporcionou muito conhecimento de uma forma leve, totalmente viável.

C5- Achei de fácil acesso e compreensão. Com atividades dinâmicas, divertidas e rápidas e muitos materiais sugeridos.

C6- As ações foram bem planejadas, seguiram um cronograma flexível, mantiveram os ambientes virtuais acolhedores e uso de materiais visuais objetivos e esclarecedores.

C7- O curso foi bem planejado e organizado. O material disponibilizado foi de excelente qualidade, bem didático, interativo e dinâmico. Superou as minhas expectativas de aprendizagem. As partilhas de experiências foram valiosíssimas. Parabéns ao organizador.

Ao analisar os relatos dos cursistas constata-se que a proposta do curso de extensão em formação colaborativa em inclusão escolar foi bem avaliada pelos participantes. Ficando evidente as contribuições das ferramentas tecnológicas utilizadas para desenvolver a dinâmica necessária para os objetivos do curso, bem como a sequência didática da formação que possibilitou a motivação e o interesse dos participantes.

Após essa avaliação do ambiente virtual de aprendizagem, fez-se necessário questionar aos cursistas finalistas, na **questão 24** do formulário, sobre o que eles achavam da proposta do ambiente virtual em que foi desenvolvido o curso, tornar-se um ambiente permanente de formação continuada colaborativa em que os participantes do curso poderão estar em constante colaboração.

Essa proposta se tornou bem aceita pelos participantes, sendo que em suas falas puderam externar a relevância da continuidade da proposta de formação colaborativa. Esse desejo de continuidade, revela-se nos relatos dos cursistas que se apresentam abaixo.

C1- A ideia é de suma importância ao ponto que todas as pessoas envolvidas no processo educativo terão uma ferramenta em suas mãos a qualquer hora e em qualquer local.

C2- Excelente ideia! Pois a formação em educação inclusiva é algo inacabável e que precisa sempre de discussões e trocas de experiências.

C3- Estou de acordo, uma vez que as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas nos Campi possam ser partilhadas continuamente na plataforma.

C4- Sensacional, precisamos de espaços interativos e compartilhar nossos aprendizados e absorver conhecimentos. uma troca positiva que liga teoria, prática e experiência colaborativa.

C5- Acho ótimo, assim se surgirem dúvidas com relação às demandas desses alunos poderemos recorrer à plataforma e verificar as experiências dos docentes e assim nortear nossa prática.

Nas falas dos cursistas, percebe-se o desejo de que a proposta de formação colaborativa continue. Dessa forma a ideia do ambiente virtual de aprendizagem tornar-se um ambiente de formação permanente em inclusão escolar, constitui-se uma proposta bastante válida, visto que a formação continuada em inclusão escolar precisa ser fortalecida constantemente.

3.6 A CERTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Conforme o planejamento realizado, todas as etapas do curso foram concluídas pelos cursistas, findando com a avaliação final enviada via e-mail aos participantes que integralizaram o curso.

Findada a avaliação final, a coordenação do curso de extensão *Formação Colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas* realizou o relatório final do curso no sistema SUAP, direcionando à coordenação de extensão para análise e validação. Após validação da coordenação de extensão procedeu-se com a certificação dos cursistas finalistas.

Os certificados foram elaborados pelo sistema SUAP e enviados aos cursistas pelo e-mail institucional, realizando assim a certificação dos 29 concluintes, do coordenador do projeto e da aluna monitora. Após a certificação, foi postado no grupo do whatsapp um vídeo contendo a retrospectiva de todos os momentos vivenciados no curso, realizando assim os agradecimentos a todos os cursistas que participaram do curso, visto que eles contribuíram para a construção, desenvolvimento e concretização da ideia de formação continuada colaborativa em inclusão escolar.

Link do vídeo de retrospectiva do curso.

<https://drive.google.com/file/d/1LHATj7OUDx5t3g5WqmV2mK4eY8X7CUgY/view?usp=drivesdk>.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou esse texto dissertativo colocou-se em evidência as inquietações dos professores que se sentem despreparados para desenvolver o trabalho de inclusão escolar com os alunos PAEE. Conforme apontado pela literatura, esse despreparo justifica-se pela fragilidade na formação inicial docente que não consegue abarcar a complexidade que o processo de ensino aprendizagem que esse público necessita. Diante dessa fragilidade na formação docente se propôs a realização de uma formação continuada colaborativa em inclusão escolar para o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar dos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral desenvolver uma formação colaborativa em inclusão escolar para professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI, através do compartilhamento de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Nesse sentido, constata-se que esse objetivo geral foi atingido, visto que foi realizada uma formação continuada em inclusão escolar de forma colaborativa, onde aconteceu a partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusiva entre os participantes da pesquisa, constituindo-se assim um momento de fortalecimento do trabalho de inclusão escolar.

Como primeiro objetivo específico, propôs-se realizar um curso de extensão de formação colaborativa com professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI que trabalham com alunos com deficiência, em que utilizaria como metodologia a partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, verificou-se que esse objetivo foi plenamente atingido, visto que foi realizado o curso de extensão intitulado de Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas que envolveu os professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI, contemplando servidores de 13 campis e teve como metodologia a partilha de práticas pedagógicas inclusiva entre os participantes, possibilitando assim uma verdadeira interação.

No segundo objetivo específico, buscou-se construir através do apoio de recursos tecnológicos um ambiente permanente de formação continuada colaborativa para partilhamento de práticas pedagógicas inclusivas. Pode-se comprovar que esse objetivo foi atingido, visto que o curso de extensão foi desenvolvido utilizando ferramentas tecnológicas para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. Após finalizar o curso, o ambiente virtual onde foi desenvolvido o curso foi transformado em um ambiente permanente de formação colaborativa onde os participantes poderão constantemente acessar e partilhar suas experiências.

Outro objetivo proposto foi analisar as contribuições da formação colaborativa na perspectiva dos integrantes do ambiente colaborativo. Constatou-se também, que esse objetivo foi atingido, visto que ao final do curso foi realizada uma avaliação através da aplicação de questionário com os cursistas finalistas para verificar as contribuições que a formação colaborativa proporcionou para o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar.

A pesquisa partiu da hipótese de que a formação colaborativa em inclusão escolar se apresenta como uma estratégia de aperfeiçoamento da prática docente para o trabalho de inclusão do aluno PAEE, caracterizando-se como um momento de troca de experiências entre os pares, em que os docentes e os membros da equipe dos NAPNEs do IFPI compartilhariam uma mesma necessidade e um mesmo objetivo, visto que este tipo de formação possibilita a reflexão sobre a prática pedagógica e a busca partilhada de direcionamentos para o fazer pedagógico, fortalecendo assim, o trabalho educativo desenvolvido pelo professor.

Durante a realização da pesquisa constatou-se que a hipótese foi confirmada, pois na fala dos cursistas percebeu-se que a formação colaborativa foi bastante significativa para o fortalecimento da formação docente para desenvolver o trabalho de inclusão escolar, sendo que esta partiu do compartilhamento de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, a partir de vivências da própria realidade do IFPI.

Nesse sentido, pode-se perceber através dos resultados da pesquisa que a questão problema: como uma formação continuada colaborativa em inclusão escolar contribui para o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar dos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI? Foi respondida, visto que constatou-se que uma formação continuada nos pressupostos de colaboração onde os participantes interagem e partilham experiências do próprio contexto escolar e constroem conhecimentos de forma coletiva, contribui sim, para o aperfeiçoamento da prática docente.

Com os resultados obtidos com a pesquisa observa-se que a proposta de formação colaborativa é bastante viável para desenvolver formação continuada em inclusão escolar e em qualquer outra área, visto a dinamicidade da estratégia metodológica utilizada.

Na metodologia utilizada para realizar a pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa e baseada nos pressupostos da pesquisa-ação, sendo que houve a busca pela solução de um problema coletivo e centrou-se no agir participativo e na ideologia de ação coletiva em que o pesquisador participou ativamente, junto aos sujeitos da pesquisa, em busca da solução de um problema. Dessa forma, ao participar da pesquisa o pesquisador vivenciou todas etapas da formação colaborativa que iniciou com o planejamento do curso, organização em módulo, sequências formativas, execução e avaliação, constituindo-se assim um momento

de ação e reflexão.

Após o desenvolvimento do curso de extensão foi realizada uma avaliação com os 29 cursistas que integralizaram todas as etapas formativas do curso. Nessa avaliação foi aplicado um questionário do google forms com 24 questões, buscando avaliar as contribuições da formação continuada colaborativa para o fortalecimento do trabalho de inclusão escolar.

Concluída a avaliação pelos cursistas, fez-se a análise dos resultados, sendo que estes comprovaram que a proposta de formação colaborativa em inclusão escolar foi significativa, visto que contemplou a realidade de inclusão escolar vivenciada no IFPI através de uma metodologia alicerçada pelas ferramentas tecnológicas em que possibilitou a partilha colaborativa entre os pares.

Depois de cumprir todas as etapas da pesquisa e obter os resultados, percebe-se que em meio a este percurso encontrou-se limitações que são necessárias apontar, visto que identificá-las possibilitam o redirecionamento do planejamento em uma outra oportunidade de se desenvolver uma formação continuada nos moldes de colaboração. Percebeu-se que um dos fatores que deixou a desejar foi o tempo, visto que o curso aconteceu em curto período de tempo, com um espaço apenas de uma semana para cumprir as sequências de formação colaborativa previstas na metodologia de cada módulo.

Outro fator que proporcionou limitações, foi o período em que o curso foi desenvolvido, sendo que este aconteceu no meio do semestre letivo dificultando assim os campi de organizar dentro dos horários de aula um momento de formação para os docentes. Outra limitação que merece ser apontada é a de que o curso não contemplou outras deficiências que mereceriam ser abordadas e trabalhadas em mais 2 módulos, possibilitando assim mais partilhas de experiências exitosas de outros campi do IFPI.

Embora apresentando limitações, a pesquisa apresenta resultados que merecem ser observados e potencializados, visto que ela alcançou os objetivos propostos que era o de fortalecer a formação continuada docente para a inclusão dos alunos PAEE.

Depois de todo o percurso desenvolvido com a pesquisa pode se afirmar que é uma proposta viável para realizar formação continuada para a equipe escolar e principalmente na área da educação especial.

Diante dos resultados obtidos, confirmados através da fala dos cursistas que demonstraram satisfação e envolvimento nas sequências formativas, a proposta de formação colaborativa é recomendada para desenvolver formação continuada em qualquer área do conhecimento, visto que ela se apresenta com uma metodologia dinâmica, interativa e reflexiva, pois ela permite a aproximação entre os pares, a reflexão sobre a prática educativa e

a construção coletiva de conhecimentos.

Recomenda-se essa formação para os IFs dentro de uma rede estadual, assim como aconteceu a pesquisa realizada no IFPI; para as universidades Federais e estaduais dentro de seus estados; para escolas da rede estadual; para escolas da rede municipal de ensino; salas de recursos multifuncionais que desenvolvem o AEE; dentre outras instituições que possam de forma colaborativa partilhar experiências em relação a uma determinação necessidade de formação continuada.

REFERÊNCIAS

- ACUNA, José Tadeu. Inclusão no Ensino Superior: revisão sobre as condições de acessibilidade vivenciadas pelo Público-Alvo da Educação Especial. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.18, p.56, p.88-106. 2021. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/6821/47968191>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O.; FERREIRA, W. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: MEC/Unesco, 2009.
- ALVES, Maria Dolores Fortes; FILHO, Adalberto Duarte Pereira. Complexidade e Inclusão: Caminhos, História e Tessitura. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v.23, n.1, jan-jun.2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/10753/7373>. Acesso em: 03 de jun. 2023.
- ARTIOLI, A. L. A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor. **Psic. da Educ.**, São Paulo, v. 23, p. 102-121, jul./dez. 2006.
- BUSARELLO, Raul Inácio; BIEGING, Patrícia; ULBRICHT, Vânia Ribas. **Sobre Educação e Tecnologia: processos e aprendizagem**. Organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2015. 327p.
- BASTOS, Fábio Bernardo; ANACLETO, Francis Natally; HENRIQUE, José. Formação Colaborativa de professores de educação física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 2, abr./jun. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Henrique/publication/328432930_FORMACAO_CONTINUADA_COLABORATIVA_DE_PROFESSORES_DE_EDUCACAO_FISICA/links/5bce2c2d4585152b144ea74b/FORMACAO-CONTINUADA-COLABORATIVA-DE-PROFESSORES-DE-EDUCACAO-FISICA.pdf. Acesso em 18 de jul. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9.394**. Brasília, 1996
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial, na Educação Básica**. Brasília, 2001a.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001**. Brasília: MEC, 2001b.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico**. CNE/CP Parecer nº 29/2002. Aprovado em 03/12/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>. Acesso em 15 de agos de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **revista da educação especial**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun.2008.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 15 ago. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, Editora UNIMEP, v. 3, n. 5, p. 7-26, set. 1999.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade**. São Paulo: EDUC, 2016.

BUENO, J. G. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) como programa nuclear das políticas de educação especial para a inclusão escolar. **Tópicos Educacionais**, Recife, v.22, n.1, p. 68-87, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/viewFile/22433/18624>. Acesso em: 30 de jun. 2023.

CARNEIRO, Rafael Jacson da Silva. Considerações acerca do Atendimento Educacional Especializado - AEE. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.). **Ensino e Educação: contextos e vivências**. Campina Grande: Licuri, 2023, p.215-227. v.1.

CAPELLINI, Vera L. Messias Fialho. **O que é o ensino colaborativo**/Vera L. Messias Fialho Capellini, Ana Paula Zerbado. -1. ed. - São Paulo: Edicon, 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: A reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CASTRO, P. A.; ALVES, C. de O.S. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. Revista **e-Mosaicos** V.7 – N.16 – dezembro 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/38786/28362>>. Acesso em [30.ago.2020](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/38786/28362)

COELHO, Gisllayne Rayanne Borges; BORGES, Jéssica de Oliveira Andrade; ALVES, Ana Cláudia Tasinaffo. Formação Inicial de professores: Desafios de estudantes dos cursos de licenciatura do IFMT Campus Confresa. **Revista Triângulo**, Brasil, v.16, n.1, mai. 2023. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/6179/6747>.

Acesso em: 29 de jun. 2023.

FABRI, Lucineia Teresinha Colecha. O Currículo e as Práticas Pedagógicas nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial: Reflexões Pertinentes. **Revista Apae Ciência**, Brasil, v. 19 n°. 1 - jan/jun - 2023. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/343>. Acesso em 02 de jul.2023

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, jan.-mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4cwH7NndqZDYRSjCjmDkWWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 de jul. 2023.

GARLLET, Claudia; PERTILE, Eliane. Decreto nº 10.502/2020: a “nova” política de Educação Especial. **Revista de Educação Pública**, Brasil, v.31, p. 1-22, jan. 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12764/11554>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GATTI, B. Angelina. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B. A. Barreto, E. S. S. André, M. (2010) **Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos**. Estudos e pesquisas educacionais, 1, 95-138.

GLAT, R; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **COMUNICAÇÕES**- caderno do programa de pós-graduação em Educação. Ano 10, n. 1, p. 134-141, junho, 2003.

GUIJARRO, M. R. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In.: SORRI-BRASIL (org.). **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, 2005. p. 7-14.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo Cortez, 2011

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Resolução nº 137, de 04 de novembro de 2014**. Aprova o Regulamento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). São Paulo, 2014a. Disponível em: . Acesso em: 16 de jul. 2023.

LE MOS, Adna dos Santos. A importância da formação continuada dos professores e a busca pela autonomia do processo de ensino e aprendizagem. In: MEDEIROS, Janiara de Lima (Org.) Ensino e Educação: contextos e vivências. Campina Grande: Licuri, 2023, p.149-164. v.2. Disponível em <http://editorallicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/169/111>. Acesso em 28 de jul. 2023

LUSTOSA, Francisca Geny. Inclusão: o movimento da mudança e a transformação das práticas pedagógicas no contexto de uma pesquisa-formação colaborativa. **Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 2, p. 471-494. Dezembro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54576>. Acesso em: 27 de jul. 2023

MACHADO, M. A. de J. **A avaliação docente como processo de formação contínua em serviço**. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005

MAFRA, Samantha Marina; KIELING, Sueli Farias: Preparação do professor para o ensino de alunos com deficiência: Estudo de caso em uma instituição federal de ensino. **Revista de Iniciação à Docência**, v.7, n1, jul.2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/10315/6939>. Acesso em 09 de jul. 2023.
MEINERZ, C. B. Grupos de Discussão: uma opção metodológica na pesquisa em educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 485-504, maio/ago. 2011.

MENDES, M. E. Formação inicial de professores em educação especial. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, p. 11-18, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2018.v4n1.02.p11>

MENESES, Soraya Pacheco de; GALASSO, Bruno: O desafio da implementação da educação profissional e tecnológica inclusiva para surdos: o percurso do Instituto Federal de Sergipe. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.35, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/49648/49426>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Galvão Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador-BA, EDUFBA, 2012. 491 p.: il.

MONICO, P. A.; MORGADO, L. A. S.; ORLANDO, R. M. Formação inicial de professores na perspectiva inclusiva: levantamento de produções. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Número Especial, 2018: 41-48. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/040>

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. O corcunda de Notre-Dame; grotesco, sublime e deficiência na Idade Média. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.199-210, jun.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639588>. Acesso em 12 de ago 2023.

NUNES, Débora Regina de Paula et al. **Educação Inclusiva: Conjuntura, síntese e perspectivas**. Ed.24. Marília-RJ: Editora ABPEE, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 13 ago 2023.

OSÓRIO, Jacyara Caroline da Costa. **A política de inclusão escolar no Brasil: o que dizem os professores os professores da classe comum**/ Jacyara Caroline da Costa Osório - 1.ed - Curitiba: Editorial Casa, 2022. 240p.:il.;23cm.

PAIXÃO, Maria do Socorro Leal. **Fundamentos da educação especial**/ Maria do Socorro Leal Paixão. - Teresina: EDUFPI/CEAD, 2013. 86p.

PEREIRA, S. A. M.; HENRIQUE, J. A formação inicial na licenciatura em educação física: a prática como núcleo de formação e de unidade teoria-prática. In: HENRIQUE, J; ANACLETO, F. N. A.; PEREIRA, S. A. M. (Org.). **Desenvolvimento Profissional de Professores de Educação Física**. Curitiba: CRV, 2016. p. 45-70

PIMENTEL, S.C. (2012). **Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos**. IN:Miranda, T. G. & Galvão Filho, T.A.(Orgs.): Formação, práticas e lugares.Salvador: EDUFBA, 2012.

PORTO, Y. da S. Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, Alda Junqueira. (Org.). **Educação continuada: reflexões, alternativa**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 11-37.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**/ Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo - São Carlos: UFSCar, 2012, 200f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3103/4352.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18 de jul. 2023.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do Ideau**, Rio Grande do Sul. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010. Disponível em: https://www.passofundo.ideau.com.br/wp-content/files_mf/eca97c3f3c5bda644479e4c6a858f556168_1.pdf. Acesso em 12 de ago 2023.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009.

SANTOS, Sebastiana, Gama dos. Desafios para a Educação Inclusiva: Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial. **Revista Triângulo**, Brasil, v.14, n.12, set. 2021. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5111/5751>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SILVA, A. W. (Des)encontros entre a educação especial e a educação inclusiva: distinções e entrelaces teóricos. **Educação Básica em Foco**, v.2, n.2, abr./jun.2021. Disponível em: https://educacaobasicaemfoco.net.br/05/Artigos/4-REFLEX0ES-SOBRE-INCLUSAO/Desencontros_entre_a_educacao_especial_e_a_educaco_inclusiva_SILVA-A-W.pdf. Acesso em 01 de jul. 2023.

SILVA, Maria do Carmo Lobato da. Culturas Colaborativas em inclusão escolar: limites e potencialidades de uma formação continuada centrada na escola/ Maria do Carmo Lobato Silva - 2020. 282f. Disponível em:https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/13428/SILVA%20_%20Maria%20do%20Carmo%20Lobato%20da_2020.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em, 18 de jul. 2023.

SONZA, A. P. ; VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Os Napnes e o Planejamento Educacional Individualizado nos Institutos Federais de Educação. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.33, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em 16 de jul. 2023.

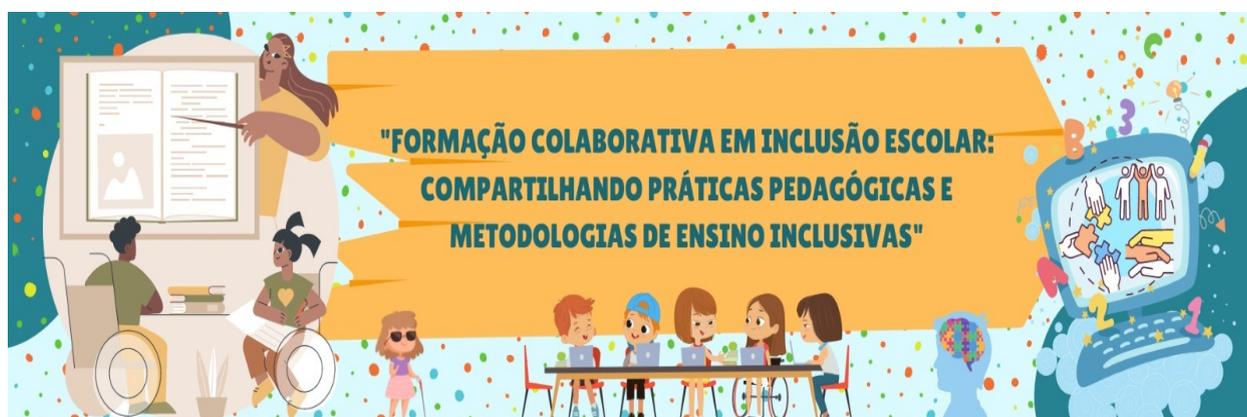
SOUSA, Laura Maria Andrade de. **Formação e desenvolvimento profissional do tecnólogo-professor : saberes articulados à prática docente**/ Laura Maria Andrade de Sousa -1.ed. -Curitiba: Editorial Casa, 2022. 146p.;23cm

VILARONGA, C.A.R.; MENDES, E. G.. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. bras. Estud. pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>>. Acesso em 30 de ago de 2020

URZETTA, Fabiana Cardoso, CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Análise de uma proposta colaborativa de formação continuada de professores de ciências na perspectiva do desenvolvimento profissional docente. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 19, n. 4, p. 841-858, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/8fb87xt4k7R4CYHs4JYL5XS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 de jul. 2023

ZABOTTI, Kamilla; JUSTINA, Lourdes Aparecida Della. Formação Continuada na perspectiva de um Grupo Colaborativo: Compreensões emergentes no discurso de Professores de Biologia. **Revista Insignare Scientia**, v.06, n.3. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/13671/8873>. Acesso em 18 de jul. 2023.

ZERBATO, A.P.; MENDES, E. G.. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação **Unisinos** 22(2):147-155, abril-junho 2018 Unisinos. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>>. Acesso em 30.ago.2020



José Francisco da Silva Filho
José Aldo Camurça de Araújo Neto





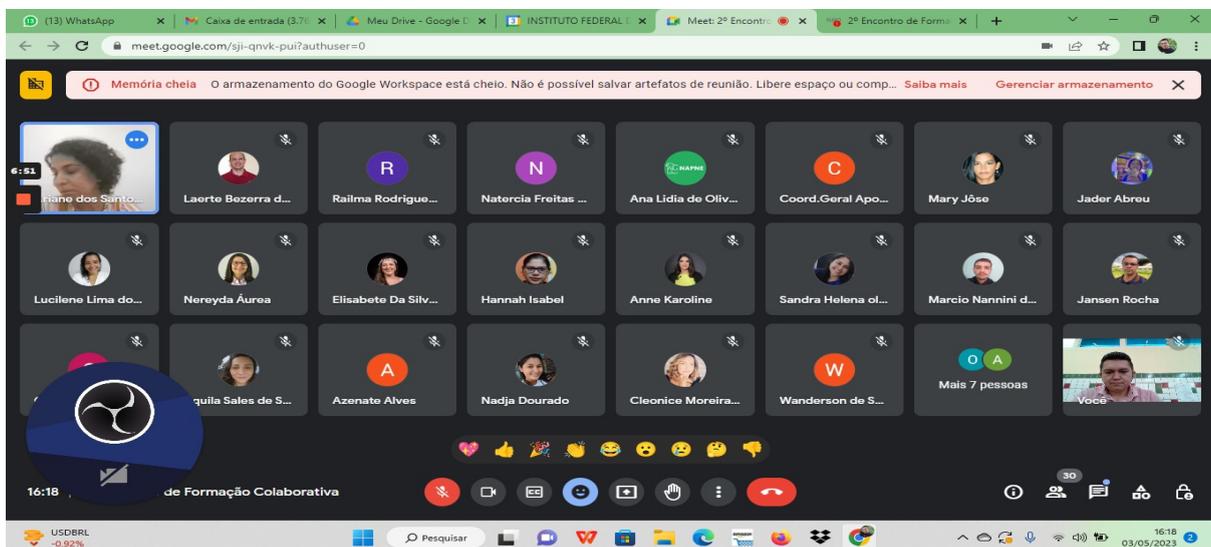
**"FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR:
COMPARTILHANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E
METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS"**

APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Mediador,

Este material tem o objetivo de apresentar uma proposta de formação continuada colaborativa em inclusão escolar através de um curso de extensão destinado aos professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI. O curso foi desenvolvido através de um ambiente virtual de aprendizagem e com apoio de tecnologias digitais que possibilitaram a implementação da metodologia colaborativa de partilhamento de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas.

O curso de extensão “Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas” é um produto educacional decorrente de pesquisa aplicada do Mestrado Profissional em Educação Profissional em rede nacional – ProfEPT, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano IF-Sertão PE, *Campus Salgueiro*.



Fonte: arquivo do autor



SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO.....	5
3. PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO.....	6
4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA DO CURSO DE EXTENSÃO.....	7
5. DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE EXTENSÃO	8
6. REGISTROS DOS MOMENTOS DE PARTILHA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS.....	24
7. RECURSOS DE APOIO AO CURSO DE EXTENSÃO.....	32
REFERÊNCIAS	34



1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este trabalho está inserido dentro da linha de pesquisa “Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Esta linha de pesquisa aborda os fundamentos das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na Educação Profissional e Tecnológica, em suas diversas formas de oferta, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Em seu macroprojeto “Inclusão e Diversidade em Espaços Formais e Não Formais de Ensino na EPT”, abriga projetos que trabalham as principais questões de ensino e aprendizagem na EPT, no que se refere às questões relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação e relações étnico-raciais, Educação Quilombola, Educação do Campo, Questões de Gênero e Educação para pessoas com Deficiência (PcD), e sua relação com as diversas práticas do mundo do trabalho e com processos educacionais na EPT.



Fonte: arquivo do autor



2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO

Título: Formação colaborativa em inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas

Eixo Temático: Educação Especial

Modalidade: Formação continuada

Carga horária: 60 horas/aula

Público-alvo: Equipes do NAPNE e docentes do IFPI

Período de inscrições: 10 à 22/04

Quantidade de vagas: 40

Organização Curricular: 4 módulos

Forma de Ensino: EaD (Plataforma *Moodle*)

Período de desenvolvimento: 26/04 à 05/06 de 2023

Avaliação: Análise da participação nas sequências formativas colaborativas propostas e aplicação de questionário ao final do curso.

Certificação: Após a conclusão do curso, cada participante receberá seu certificado digital por e-mail. Ressalta-se que o curso só será considerado concluído com a participação dos cursistas em todas as sequências formativas colaborativas e a avaliação final, que deverá ser realizada pelos participantes após a conclusão das sequências formativas.



3. PROGRAMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO

Módulo I - Acolhida dos estudantes PAEE ao ingressarem no IFPI (26/04 à 02/05)

1 - Momento de partilha de práticas de acolhimento: (ao vivo pelo Google Meet 26/04 às 16 horas) (partilha dos Campi Pedro II, Parnaíba e Picos) com interação dos participantes

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em fóruns para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma Campus *On-line*.

Módulo II - Inclusão de aluno autista na Educação Profissional e Tecnológica (03 à 09/05)

1 - Momento de partilha de práticas pedagógicas na inclusão do aluno autista: (ao vivo pelo *Google Meet* 03/05 às 16 horas) (partilha dos Campi Cocal e Oeiras) com interação dos participantes.

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em fóruns para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma Campus *On-line*.

Módulo III - Inclusão de aluno cego ou baixa visão na Educação Profissional e Tecnológica (10 à 16/05)

1- Momento de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino com aluno cego ou baixa visão: (ao vivo pelo *Google Meet*, 10/05 às 16 horas) (partilha dos Campi Piripiri, Picos e Oeiras) com interação dos participantes.

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em fóruns para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma Campus *On-line*.

Módulo IV - Inclusão de aluno com deficiência auditiva na Educação Profissional e Tecnológica (17 à 25/05)

1- Momento de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino com alunos com deficiência auditiva - (ao vivo pelo *Google Meet*, 10/05 às 16 horas) (partilha dos Campi Picos, Oeiras e Teresina Zona Sul) com interação dos participantes.

2 - Aprofundamento com leituras de materiais didáticos, resolução de atividades gamificadas e discussões em fóruns para partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas, na plataforma Campus *On-line*.



4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA DO CURSO DE EXTENSÃO

O curso de extensão Formação Colaborativa em Inclusão escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas apresentou uma metodologia baseada em sequências formativas colaborativas.

Para desenvolver a temática de cada módulo foram vivenciadas 4 sequências formativas colaborativas:

Sequência Formativa Colaborativa 1: consiste em um encontro virtual ao vivo pelo Google Meet em que o coordenador do curso de extensão faz a apresentação da temática a ser desenvolvida no módulo durante a semana e conduz um momento de partilha de práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas por professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI, sendo estes colaboradores de Campus diferentes, possibilitando a partilha de experiências de realidades diferentes.

Sequência Formativa Colaborativa 2: consiste na leitura do material didático que está disponibilizado na plataforma Campus On-line, sendo este material um vídeo, guia ou cartilha de orientação para o trabalho de inclusão escolar, constituindo assim uma partilha colaborativa, visto que o material foi compartilhado por outra instituição (IFs e IES de outros estados) para aprofundamento da temática do módulo.

Sequência Formativa Colaborativa 3: consiste na realização de atividades interativas gamificadas elaboradas a partir do material didático disponível no módulo. Essas atividades têm o objetivo de facilitar a compreensão e a fixação da aprendizagem dos conteúdos.

Sequência Formativa Colaborativa 4: consiste na participação nos fóruns de discussões no ambiente virtual compartilhando as experiências em inclusão com alunos PAEE, (práticas pedagógicas, metodologias de ensino, atividades adaptadas, recursos didáticos, dentre outros), bem como realizar interações com os demais colegas comentando as postagens já postadas no referido fórum.



5. DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE EXTENSÃO

Para iniciar as temáticas dos módulos, realizou-se a divulgação dos encontros de formação colaborativa sempre com 3 dias antes do evento, através de arte elaborada para post no whatsapp com as temáticas de cada módulo e com os palestrantes (professores e membros das equipes dos NAPNEs do IFPI), que iriam realizar a partilha das práticas pedagógicas e metodologias de ensino inclusivas. O coordenador do curso realizava o agendamento da reunião no Google Meet e enviava o link para o e-mail dos cursistas. Sendo também realizado cadastro do encontro no modo evento no sistema SUAP do IFPI para certificação dos cursistas nos encontros de formação colaborativa referente a sequência formativa colaborativa 1.

Segue a orientação sobre as sequências formativas colaborativas de cada módulo.

Quadro 1 - Organização das sequências formativas colaborativas do Módulo I.

Módulo I - Acolhida dos estudantes PAEE ao ingressarem no IFPI (26/04 à 02/05)
<p>Sequência Formativa colaborativa 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Este encontro teve como tema: Acolhida aos alunos PAEE no IFPI que contou com a partilha das práticas de acolhida dos Campus: Pedro II, Picos e Parnaíba. No referido encontro as coordenadoras dos NAPNEs dos respectivos Campi puderam mostrar as práticas de acolhida que cada Campus realiza para desenvolver o trabalho de inclusão com os alunos PAEE.



**"FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR:
COMPARTILHANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E
METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS"**

**1º ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA
ACOLHIDA DO ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO IFPI**

NATÉRCIA RIBEIRO
SERVIDORA DO IFPI CAMPUS PEDRO II
AUTORA DO GUIA ORIENTADOR PARA O
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

LAÍSE LEAL
COORDENADORA DO NAPNE
DO IFPI CAMPUS PICOS

NÁDJA
COORDENADORA DO NAPNE
DO IFPI CAMPUS PARNAÍBA

INSTITUTO FEDERAL
Piauí
Campus Picos

**26/04/2023
ÀS 16H**

Fonte: arquivo do autor

- As discussões foram muito ricas possibilitando a troca de experiências vivenciadas nos diferentes campi, com isso surgiram durante as partilhas muitos questionamentos, inferências e motivação para partilha dos demais participantes.
- Vale ressaltar que neste encontro a servidora, membro do NAPNE do Campus Pedro II, partilhou sobre o Guia de Orientação do AEE na Educação Profissional e Tecnológica que é um produto educacional de sua autoria, sendo este partilhado como material didático para o Módulo I do curso. Sendo essa partilha muito significativa, visto que era um material construído pela própria cursista e que seria partilhado para toda a rede do IFPI, através do curso de extensão.

Sequência Formativa Colaborativa 2

Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo I foi disponibilizado na plataforma: 1 vídeo e 2 guias de orientações.





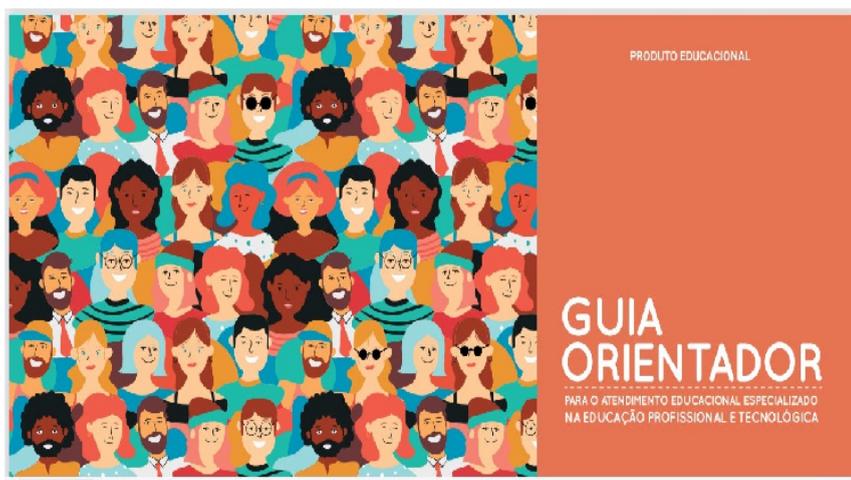
Olá, me chamo Luciana e sou aluna no curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFPR Campus Curitiba.

O objetivo deste Produto Educacional, é de esclarecer sobre o conceito de acessibilidade atitudinal e conscientizar as pessoas da importância das nossas atitudes em prol da inclusão da pessoa com deficiência e da pessoa com necessidades educacionais específicas.

Orientadoras:
 Profª. Drª. Elisângela Valevein Rodrigues
 Profª. Drª. Mércia Freire Rocha Cordeiro

Fonte: arquivo do autor

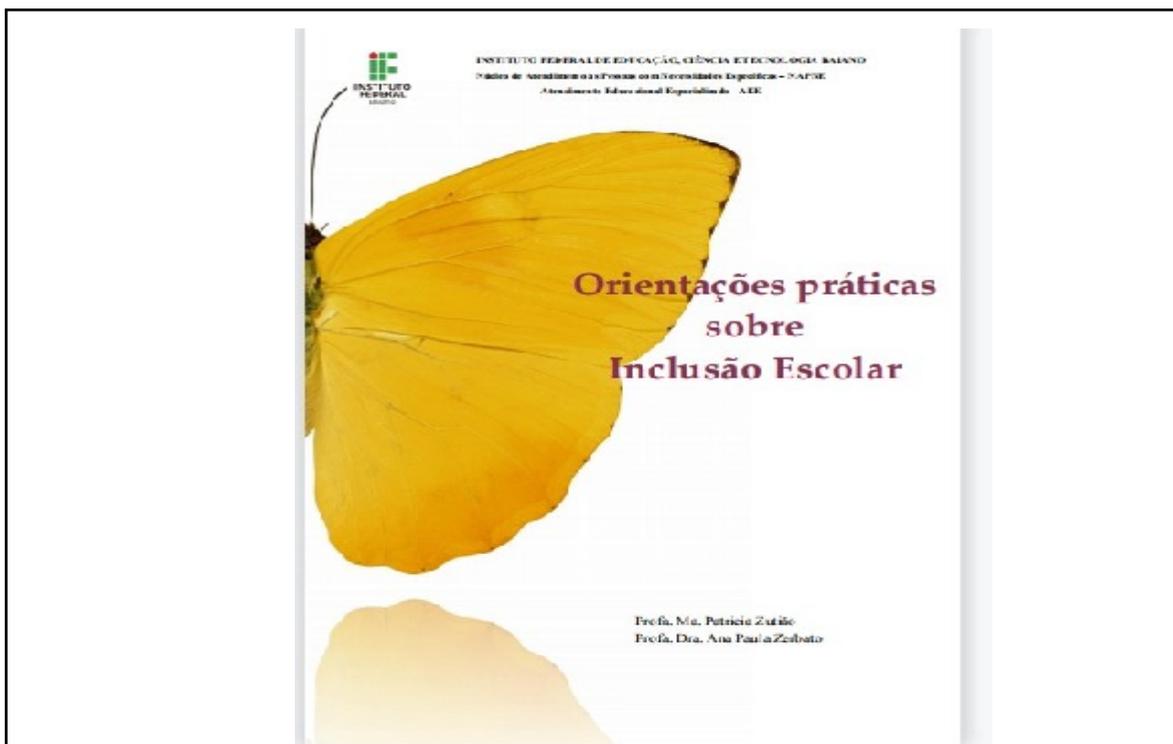
- **Vídeo - Produto educacional:** Esse vídeo visa esclarecer sobre o conceito de acessibilidade atitudinal e conscientizar as pessoas sobre a importância das atitudes em prol da inclusão da pessoa com deficiência e da pessoa com necessidades educacionais específicas. De autoria de Luciana Nishioka. (Material partilhado pelo IFPR Campus Curitiba), disponível no reservatório do ProfEPT. <https://profepit.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>.



Fonte: arquivo do autor

- **Guia Orientador do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica:** As recomendações deste guia buscam focar nas adequações a serem realizadas na escola, não no estudante com deficiência, propondo o AEE sob uma perspectiva ampliada, envolvendo toda a comunidade escolar, reinterpretando as diretrizes e resoluções que versam sobre esse atendimento. De autoria de Natércia Ribeiro. (Material partilhado pelo IFPI Campus Pedro II)Disponível no reservatório do ProfEPT. <http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1607>.





Fonte: arquivo do autor

- **Orientações Práticas sobre Inclusão Escolar.** Esse guia foi criado pelas Profa. Ma. Patricia Zutião e Profa. Dra. Ana Paula Zerbato que, atuam no Atendimento Educacional Especializado – AEE dos campus de Serrinha e Uruçuca, com o intuito de auxiliar no cotidiano com os alunos Público-Alvo da Educação Especial - PAEE. (Partilha do IF Baiano). Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/uruçuca/files/2018/02/Orienta%C3%A7%C3%B5es-pr%C3%A1ticas-para-a-inclus%C3%A3o-escolar-1.pdf>.

Sequência Formativa Colaborativa 3

Foram disponibilizadas atividades gamificadas envolvendo os conteúdos trabalhados nos materiais didáticos compartilhados na plataforma Campus On-line, possibilitando ao cursista de forma divertida fixar o conteúdo discutido no módulo.

- **Atividade 1:** <https://learningapps.org/watch?v=peg7g2xan23>
- **Atividade 2:** <https://learningapps.org/watch?v=ps8nxw64523>
- **Atividade 3:** <https://learningapps.org/watch?v=peg7g2xan23>
- **Atividade 4:** <https://learningapps.org/watch?v=pzwer71kk23>
- **Atividade 5:** <https://learningapps.org/watch?v=p4o5dq1en23>

Sequência Formativa Colaborativa 4

No módulo I foram disponibilizados 2 fóruns de discussões:

- **Fórum de Apresentação:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas realizassem a sua apresentação e relatasse suas expectativas em relação ao curso "Formação Colaborativa em Inclusão Escolar: compartilhando práticas pedagógicas e metodologias de Ensino Inclusivas"



- **Fórum 1:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas partilhassem as práticas de acolhimento com os alunos PAEE.

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 2: Sequência formativa colaborativa do módulo II

Módulo II - Inclusão de aluno autista na Educação Profissional e Tecnológica (03 à 09/05)

Sequência formativa colaborativa 1

Desenvolveu-se o 2º Encontro de Formação colaborativa com o tema “ **A inclusão de aluno autista na educação profissional e tecnológica**”. O encontro contou com a partilha de um professor de biologia do IFPI Campus Oeiras e de uma professora de História do IFPI Campus Cocal.



Fonte: arquivo do autor

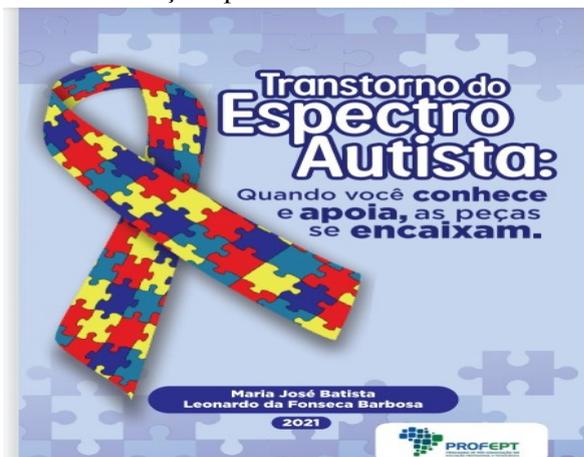
- O professor do Campus Oeiras relatou sobre as práticas pedagógicas e metodologias de ensino vivenciadas por ele com uma aluna autista do curso Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária. Durante a exposição do professor, outros professores do referido Campus também mostraram atividades adaptadas para atender a aluna autista, vivenciando assim um verdadeiro momento de formação colaborativa.
- A professora de História do Campus Cocal, partilhou a experiência que teve com alunos autistas, em que ela construiu um PEI para cada aluno, com isso ela compartilhou as orientações de como elaborar um PEI para atender os alunos autistas.



- O encontro foi bem dinâmico e envolveu os participantes fortalecendo assim uma rede de formação colaborativa. O encontro contou com 38 participantes.

Sequência formativa colaborativa 2

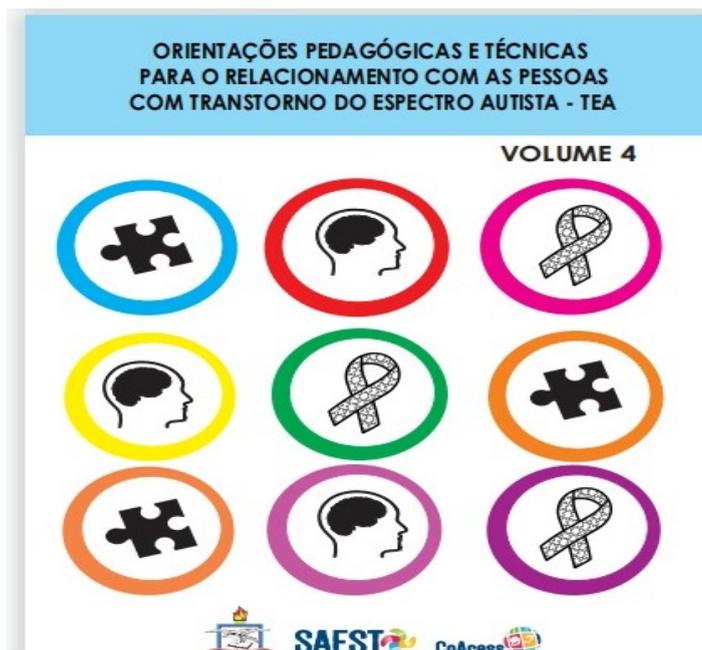
Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo II foram disponibilizados na plataforma: 2 cartilhas e 2 Guias de orientações para inclusão de aluno autista.



Fonte: arquivo do autor

- **Cartilha - Transtorno do Espectro Autista: quando você conhece e apoia, as peças se encaixam.** Essa cartilha tem o objetivo de oferecer informações e esclarecimentos sobre o TEA, Inclusão escolar e documentos importantes sobre a inclusão de estudantes autistas. A cartilha é de autoria de Maria José Batista, (sendo uma partilha do IF Sudeste de MG Campus Juiz de Fora). Disponível no reservatório do ProfEPT. <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601196?mode=full>.





Fonte: arquivo do autor

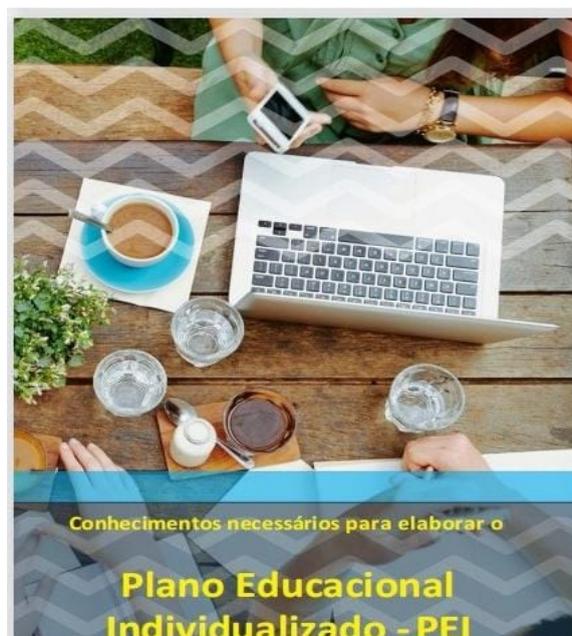
- **Cartilha - Orientações Pedagógicas e Técnicas para o relacionamento com as Pessoas com Transtorno do Espectro Autistas - Volume 4.** Essa cartilha tem o objetivo de auxiliar professores e discentes sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com TEA. São orientações que trazem informações sobre características, comportamentos, habilidades e orientações pedagógicas sobre o processo de inclusão do aluno autista. Essa cartilha é de autoria da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA. Disponível na base de dados da UFPA. <https://saest.ufpa.br/documentos/Vol.4.CARTILHA.TEA.pdf>.



Fonte: arquivo do autor



- **Guia de Orientação sobre o Espectro do Autismo.** Esse tem o objetivo de trazer informações sobre o TEA e orientações sobre as necessidades desses alunos, bem como estratégias e orientações a professores, gestores e estudantes sobre os alunos com TEA. Esse guia é de autoria da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) da UNESP. Disponível na base de dados da UNESP.
<https://educadiversidade.unesp.br/midias/pdf/guia-tea/tea-pdf-1.pdf>.



Fonte: arquivo do autor

- **Cartilha - Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado -PEI:** Essa cartilha tem o objetivo de oferecer subsídios para uma reflexão acerca da elaboração e implementação do PEI, podendo assim contribuir para os trabalhos relativos à inclusão dos estudantes que, em razão de alguma necessidade educacional especial, necessitem de um planejamento educacional individualizado. De autoria de Vânia Benvenuti (partilha do IF Sudeste MG Campus Rio Pomba). Disponível no reservatório do ProfEPT.
<https://profept.ifes.edu.br/consulta-de-egressos-dissertacoes-produtos-educacionais>.

Sequência formativa colaborativa 3

Foram disponibilizadas atividades gamificadas envolvendo os conteúdos trabalhados nos materiais didáticos partilhados na plataforma Campus On-line possibilitando ao cursista de forma divertida fixar o conteúdo discutido no módulo.

Atividade interativa - <https://wordwall.net/play/55211/343/361>

Sequência formativa colaborativa 4



No módulo II foi disponibilizado 1 fórum de discussão:

- **Fórum 1:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas partilhassem atividades adaptadas para alunos autistas.

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 3: Sequência formativa colaborativa do Módulo III

Módulo III - Inclusão de aluno cego ou baixa visão na Educação Profissional e Tecnológica (10 à 16/05)

Sequência formativa colaborativa 1

Esse encontro teve como tema: Inclusão do aluno com deficiência visual na educação profissional e tecnológica. Foram partilhadas experiências de práticas pedagógicas e metodologias de ensino de um professor de informática do **IFPI Campus Floriano**, uma professora de biologia do **IFPI Campus Picos** e uma professora de Disciplinas Pedagógicas do **IFPI Campus Piripiri**.



Fonte: arquivo do autor

- A partilha iniciou pela experiência do professor do Campus Floriano que relatou sobre suas práticas de inclusão desenvolvidas com um aluno cego do curso de informática,

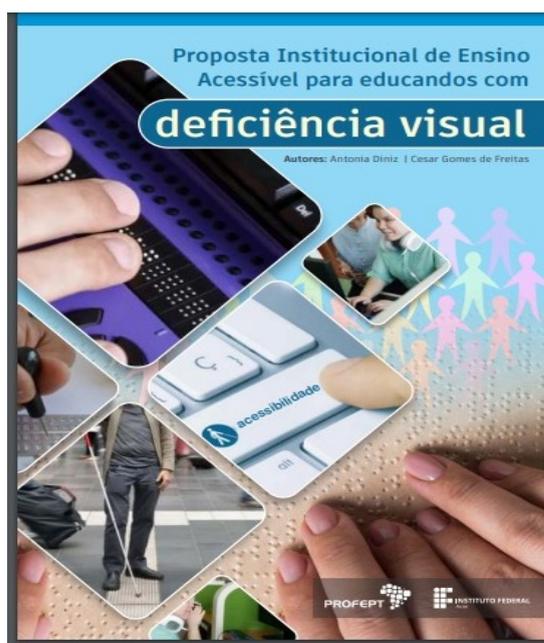


acrescentando às suas experiências ele externou sobre a contribuição das tecnologias digitais que contribuíram para o êxito de sua prática e para a aprendizagem do aluno.

- A professora do Campus Piriapiri relatou as práticas que ela desenvolveu com uma aluna cega do curso de Bacharelado em Administração. Também relatou sobre a inclusão de um aluno que ficou cego no período que estava fazendo o 3º ano do ensino médio integrado em informática, no referido Campus. Na oportunidade, um professor de informática do Campus Piriapiri mostrou atividades e recursos didáticos que foram elaborados e adaptados para incluir o aluno cego.
- E por último, a professora de biologia do Campus Picos relatou suas práticas pedagógicas e metodologias de ensino desenvolvidas para atender uma aluna cega do curso de administração integrado ao ensino médio. A professora mostrou durante o momento de partilha as atividades adaptadas e os recursos pedagógicos para incluir a aluna.
- A partilha foi muito rica e trouxe muitas contribuições para os participantes do curso, podendo assim compreender que é possível desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão de alunos cegos na sala de aula regular.

Sequência formativa colaborativa 2

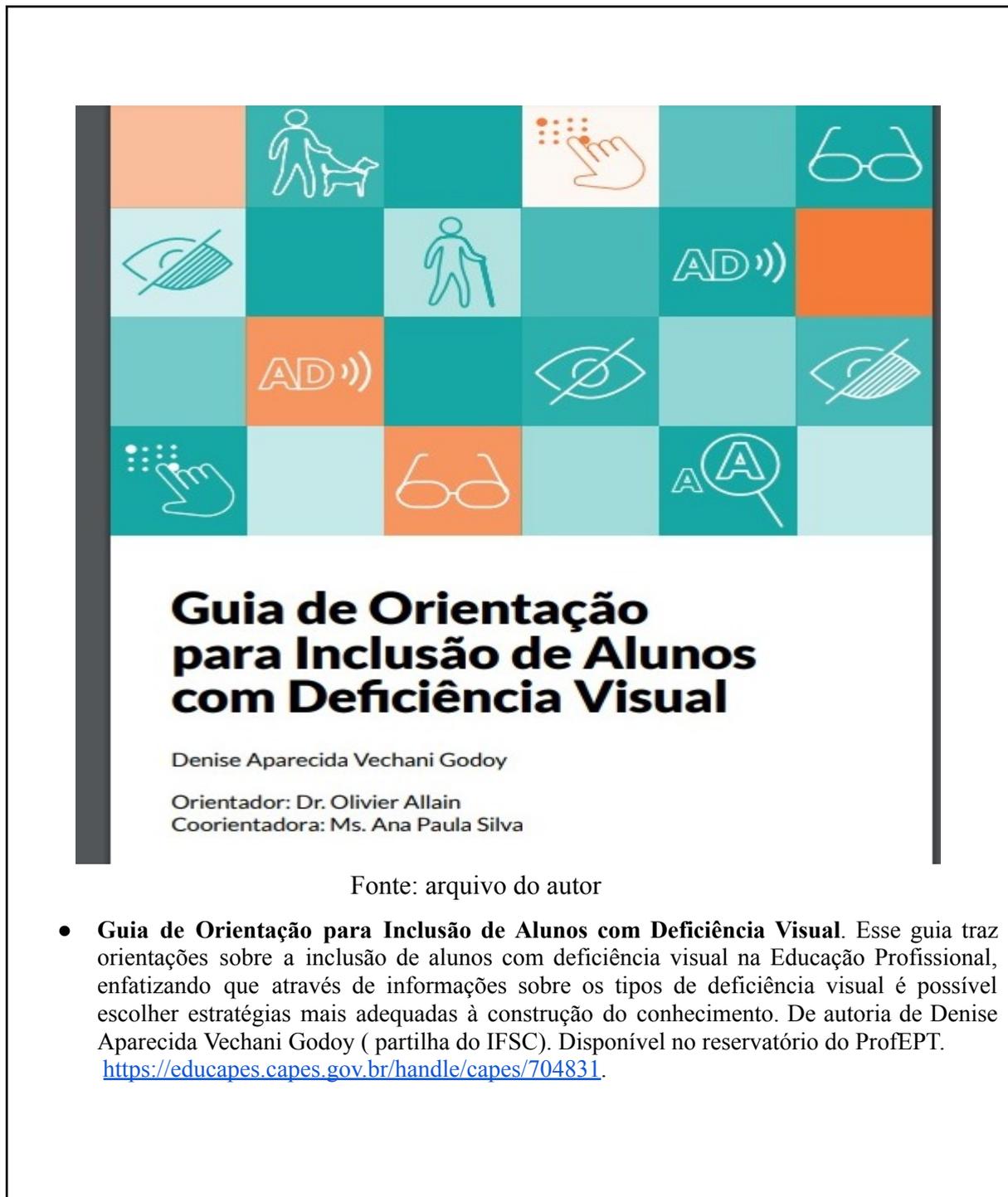
Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo III foram disponibilizados na plataforma: 1 cartilha, 2 Guias de orientações e 1 ebook que trazem orientações para a inclusão de alunos com deficiência visual.



Fonte: arquivo do autor

- **Guia - Proposta Institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual.** Este guia orienta sobre a deficiência visual, traz informações sobre o papel dos gestores no processo inclusivo e orientações aos NAPNEs e professores quanto às metodologias de inclusão. De autoria de Antonia Diniz | Cesar Gomes de Freitas (partilha do IFAC Campus Rio Branco). Disponível no reservatório do ProfEPT.
https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/602331/2/Produto_Antonia_v.%20final.pdf.



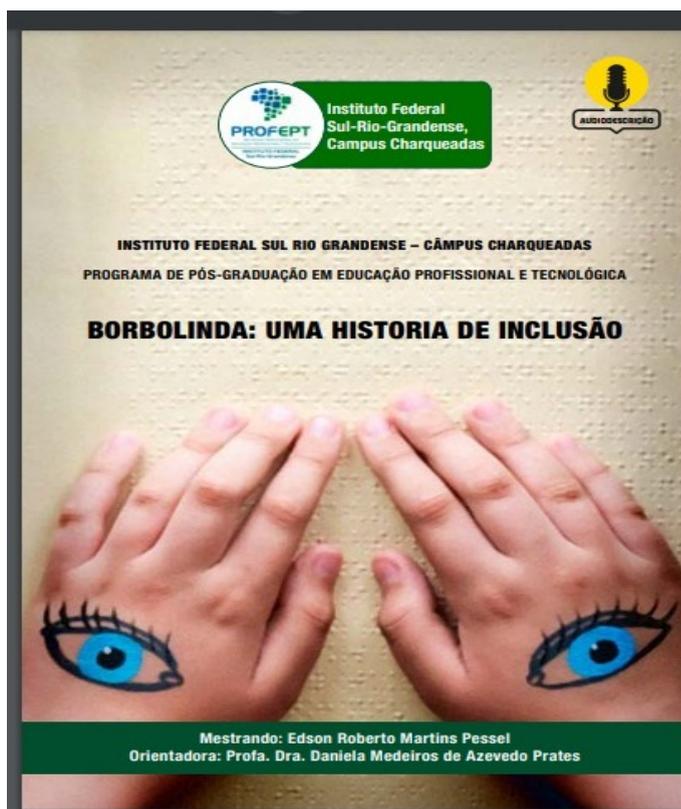




Fonte: arquivo do autor

- **Cartilha - Orientações Pedagógicas e Técnicas para o relacionamento com as pessoas com deficiência visual - Volume 3.** Essa cartilha tem o objetivo de auxiliar professores e discentes sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com deficiência visual. São orientações que trazem informações sobre características da deficiência visual, propõe orientações para o convívio com a pessoa cega, orientações para a inclusão na sala de aula e sobre tecnologias assistivas. Essa cartilha é de autoria da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA. Disponível na base de dados da UFPA. https://saest.ufpa.br/documentos/Vol.3.CARTILHA_DEF.VISUAL.pdf.





Fonte: arquivo do autor

- **Ebook - BORBOLINDA: uma história de inclusão.** Este ebook é um estudo de caso que traz a história de uma aluna com deficiência visual do curso do ensino médio integrado do IF- Sul- Rio-grandense Campus Charqueadas. Disponível no reservatório do ProfEPT. <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/598474/2/Pessel%20e%20Prates.%20Produto%20final%20Educapes.pdf>.

Sequência formativa colaborativa 3

Foram disponibilizadas atividades gamificadas envolvendo os conteúdos trabalhados nos materiais didáticos partilhados na plataforma Campus On-line possibilitando ao cursista de forma divertida fixar o conteúdo discutido no módulo.

Atividade interativa 1:

<https://wordwall.net/pt/resource/31074638/sistema-braille-de-leitura-e-escrita>

Sequência formativa colaborativa 4

No módulo III foi disponibilizado 1 fórum de discussão:

- **Fórum 1:** Neste fórum foi solicitado que os cursistas partilhassem metodologias de ensino adaptadas e práticas pedagógicas inclusivas para alunos cegos ou com baixa visão.

Fonte: elaborado pelo autor



Quadro 4: Sequência de formação colaborativa do módulo IV.

Módulo IV - Inclusão de aluno com deficiência auditiva na Educação Profissional e Tecnológica (17 à 25/05)

Sequência formativa colaborativa 1

Esse 4º Encontro de Formação Colaborativa teve como tema: “ Inclusão do aluno surdo na educação profissional e tecnológica”. Foram partilhadas práticas pedagógicas e metodologias de ensino de uma professora de disciplinas pedagógicas/Libras do **IFPI Campus Picos**, de uma intérprete de Libras e coordenadora do NAPNE do **IFPI Campus Teresina Zona Sul** e um professor de física do **IFPI Campus Oeiras**.



Fonte: arquivo do autor

- As partilhas iniciaram pela professora de disciplinas pedagógicas/Libras do IFPI Campus Picos, ela relatou sobre suas práticas pedagógicas realizadas para a inclusão dos alunos surdos. Na oportunidade, ela partilhou um livro em Libras, de sua autoria, que deixou os participantes encantados. Também relatou sua experiência como intérprete de Libras no IF Baiano, em que mostrou várias atividades inclusivas para acolhidas de alunos surdos.
- Depois da partilha do IFPI Campus Picos, foi a vez da coordenadora do NAPNE do Campus Teresina Zona Sul, sendo que ela compartilhou sobre as práticas do trabalho de intérprete, atividades adaptadas pelos professores para atender às necessidades dos alunos surdos, sendo que no referido Campus tem 6 alunos surdos matriculados, em turmas e cursos diferentes.
- Por último, o professor de física do IFPI Campus Oeiras partilhou as práticas pedagógicas,

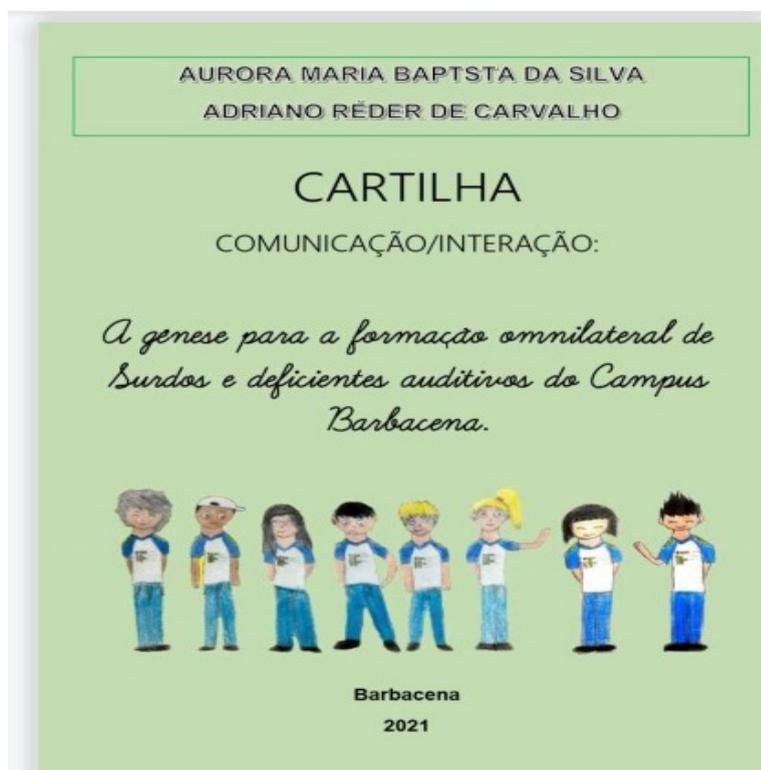


metodologias e recursos didáticos adaptados para a inclusão do aluno surdo. O professor relatou a experiência de uma disciplina de Projeto Integrador ministrada no curso de Licenciatura em Física, sendo que ele propôs nesta disciplina a elaboração de jogos e recursos didáticos para a inclusão do aluno surdo. Ele mostrou os jogos e recursos didáticos que foram criados pelos graduandos de física, sendo esses jogos e materiais bastante significativos para a adaptação de conteúdos de física. A experiência foi fantástica, pois motivou bastante os alunos do curso de Física do IFPI Campus Corrente que estavam na sala do meet do encontro de formação.

- As partilhas foram motivadoras, possibilitaram discussões e interações importantes, marcando assim o encerramento dos Encontros de Formação Colaborativa.

Sequência formativa colaborativa 2

Para leitura de aprofundamento sobre a temática do Módulo IV foram disponibilizados na plataforma: 3 cartilhas que trazem orientações para a inclusão de alunos com deficiência auditiva.

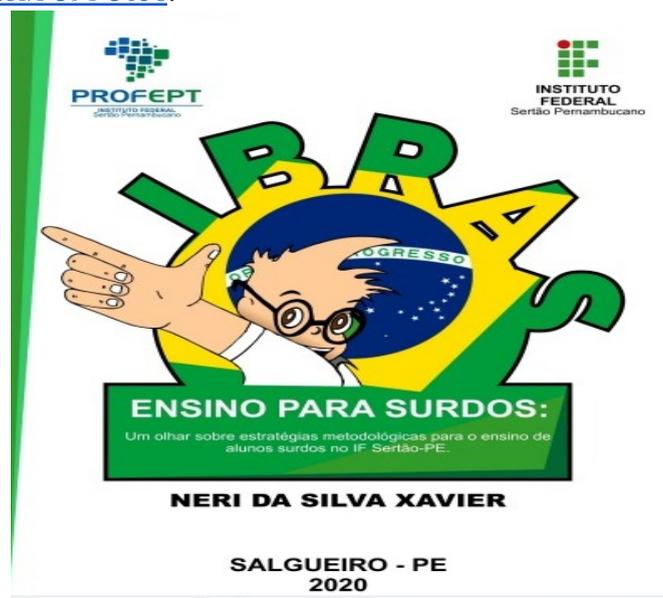


Fonte: arquivo do autor

- **Cartilha - comunicação/interação: A gênese para a formação omnilateral de surdos e deficientes auditivos do Campus Barbacena.** Essa cartilha contém algumas dicas e orientações básicas de comunicação/interação que poderão ser usadas entre os ouvintes e os surdos ou deficientes auditivos dentro do ambiente escolar, trazendo também a compreensão de alguns conceitos, algumas legislações e curiosidades que ajudarão no dia a dia das pessoas. De autoria de Aurora Maria Baptsta da Silva (partilha do IF Sudeste de Minas Gerais Campus Barbacena). Disponível no reservatório do ProfEPT. <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/701298/1/Cartilha%20Inclus%C3%A3o%20de%20Surdos%20e%20Deficientes%20Auditivos%20-%20Campus%20Barbacena.pdf>.



- **Cartilha - Minimanual de acessibilidade comunicacional:** Essa cartilha contém práticas de acessibilidade comunicacional, tendo a intenção de construir um olhar apurado e reflexivo sobre as práticas da mídia com base em princípios da educomunicação, a partir do planejamento e da implantação de ações que visem à aquisição de competências e de habilidades de educação midiática no acesso a notícias, usos e leituras críticas da televisão, cinema, internet, mídias sociais, publicidade, entre outras mídias. De autoria do Núcleo de Acessibilidade da UFSM (Partilha da Universidade Federal de Santa Maria). Disponível no banco de dados da UFSM.
<https://ufsm.br/r-391-3058>.



Fonte: arquivo do autor

- **Cartilha - Educação para Surdos: Um olhar sobre as estratégias metodológicas para o ensino dos alunos surdos do IF Sertão-PE.** O objetivo dessa cartilha é possibilitar a criação de novos olhares sobre as estratégias de ensino para os alunos surdos e apresentar sugestões metodológicas que podem ser utilizadas em todas as áreas, de forma que as aulas ministradas respeitem as singularidades de apreensão e construção de sentidos dos estudantes surdos. De autoria de Neri da Silva Xavier (partilha do IF Sertão Campus Salgueiro). Disponível no reservatório do ProfEPT.
<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572392?mode=full>.

Sequência formativa colaborativa 3

Neste módulo, também foram disponibilizadas atividades gamificadas a partir dos conteúdos trabalhados nos materiais didáticos partilhados na plataforma Campus On-line proporcionando aos participantes a fixação do conteúdo discutido no módulo.

Atividade 1: <https://wordwall.net/resource/28584407>

Atividade 2: <https://wordwall.net/resource/33851183>

Atividade 3: <https://learningapps.org/watch?v=p6jk9b3qk23>

Sequência formativa colaborativa 4



No módulo IV foi disponibilizado 1 fórum de discussão para partilha de práticas pedagógicas inclusivas fortalecendo assim o aspecto colaborativo da formação continuada.

- **Fórum 1** - Partilha de práticas pedagógicas e recursos didáticos para inclusão de alunos com deficiência auditiva.

Fonte: elaborado pelo autor

6. REGISTROS DOS MOMENTOS DE PARTILHA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS

1. Sequência formativa colaborativa 1 (Módulo I)

1º ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA:

Momento de partilha do IFPI Campus Pedro II



Laise Leal está apresentando

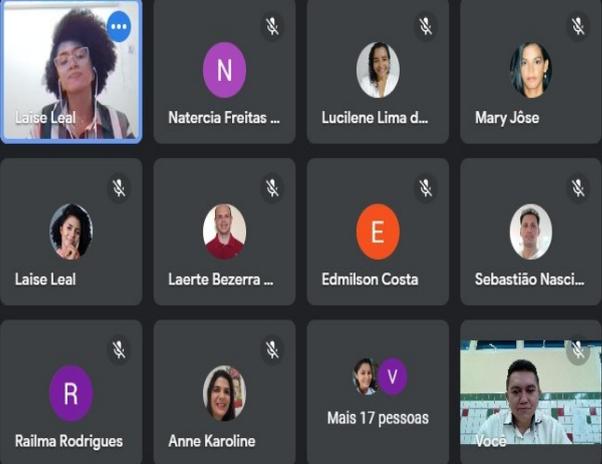
NAPNE/ Campus Picos

Acolhimento ao estudante ingressante

- Classificatório
- Matrícula
- Serviço Social (Questionário socioeconômico)
- Parceria com outras instituições
- Reunião com pais/responsáveis



Caroline Torres- Psicóloga
Lucilene Vieira- Professora
Natielly Granja- Assistente Social
José Francisco- Pedagogo
Marlange- Técnica em Assuntos Educacionais
MaryJose- Técnica em Assuntos Educacionais

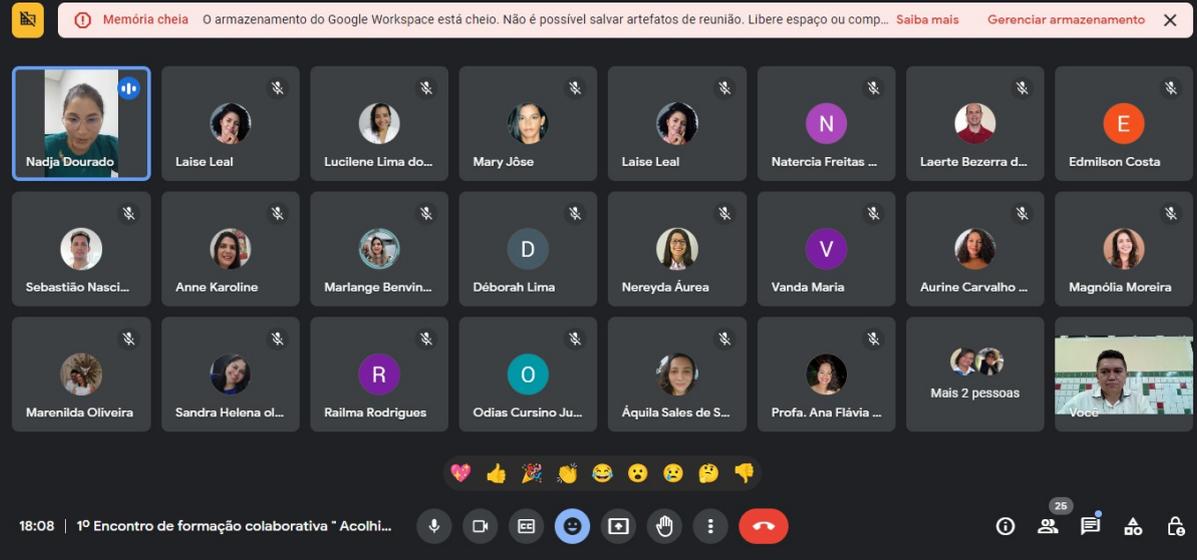


Momento de partilha do IFPI Campus Picos

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ x Meet: 1º Encontro de forma... x Frequência dia 26/04/2023 - Ac... x (6) WhatsApp

meet.google.com/wgd-sjfn-msp?authuser=0

Memória cheia O armazenamento do Google Workspace está cheio. Não é possível salvar artefatos de reunião. Libere espaço ou comp... Saiba mais Gerenciar armazenamento



18:08 | 1º Encontro de formação colaborativa "Acolhi...

32°C Parc. ensolarado

Momento de Partilha do IFPI Campus Parnaíba

2- Sequência formativa colaborativa 4 (Módulo I)



Re: FÓRUM 1: Partilha de Práticas de Acolhimento aos alunos com deficiência no IFPI
por [Marlange Benvinda dos Santos Brito](#) - Monday, 29 May 2023, 13:32

INCLUSÃO é a garantia de acessibilidade, de acolhimento e de permanência dos estudantes na instituição de ensino, respeitando as diferenças de cada um. É com essa compreensão que a Coordenadoria Napne busca promover a educação inclusiva no Campus Picos.

[Link direto](#) [Mostrar principal](#) [Editar](#) [Separar](#) [Excluir](#) [Responder](#)

Re: FÓRUM 1: Partilha de Práticas de Acolhimento aos alunos com deficiência no IFPI
por [Ayla de Jesus Moura Ayla de Jesus Moura](#) - Monday, 29 May 2023, 21:45

Acolher vai além da abordagem simbólica do aluno, é um caminho traçado desde o conhecimento dos alunos que iremos ter, até o momento final de sua passagem pela nossa escola. Inicialmente, são muitas as formas, como por exemplo nas minhas aulas, tento sempre os acolher de forma lúdica, pontuando esse momento de forma coletiva na turma a qual estão inseridos. Trabalhar em nós um olhar mais pedagógico e inclusivo envolve também ser acolhedor, não se limitando a chegada dele, mas em todo o seu processo conosco.

[Link direto](#) [Mostrar principal](#) [Editar](#) [Separar](#) [Excluir](#) [Responder](#)

Re: FÓRUM 1: Partilha de Práticas de Acolhimento aos alunos com deficiência no IFPI
por [Jader Anderson Oliveira de Abreu](#) - Tuesday, 30 May 2023, 21:46

Acredito que acolher também é saber identificar e informar ao NAPNE sobre estudantes com Necessidades Educacionais Específicas que não foram mapeados a princípio e trabalhar junto às famílias para o correto diagnóstico. Quando coordenador de Informática e Comunicação do IFPI Campus Picos eu tive a oportunidade de

Momentos de partilha no fórum de discussão

1- Sequência formativa colaborativa 1 (Módulo II)

2º ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

Memória cheia O armazenamento do Google Workspace está cheio. Não é p... Saiba mais Gerenciar armazenamento

Mensagens na chamada

Permitir que todos os participantes enviem mensagens

As mensagens só podem ser vistas pelas pessoas na chamada e são excluídas quando o chat termina.

Lucilene Lima dos Santos Vieira 16:11
Vou encaminhá-la!

Ana Lidia de Oliveira Feitosa 16:12
Sou surda oralizada vou participar do encontro por legenda, não necessário interprete
estou sem web cam
e tambem aviso só poderei participar ate as 17h

Enviar uma mensagem

16:25 de Formação Colaborativa

31°C Pred. nublado

03/05/2023



Momento de partilha do IFPI Campus Cocal

Momentos de partilha do IFPI Campus Oeiras

2- Sequência formativa colaborativa 4 (Módulo II)

Momento de partilha no fórum de discussão



1- Sequência formativa colaborativa 1 (Módulo III)

3º ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA

Robson A. B. Freitas está apresentando

Avaliação

Teóricas - Aproveitamos as competências que o aluno já tinha. Utilização de avaliações respondidas em documentos de texto. Lembro-me de uma avaliação que fiz na casa dele, avaliação oral. Fui bem recebido e ele sempre me tratou com respeito.

Para prática - Era aproveitado tudo que o aluno faria em sala. Para trabalhos mais complexos, a utilização de equipes era utilizada.

Prof. Dr. Robson Freitas

16:34 | 3º Encontro de Formação Colaborativa

Participants: Robson A. B. Freitas, Natercia Freitas R..., Sandra Helena oli..., Juliana Oliveira d..., Alam Pablo Silva ..., Nadja Dourado, José Francisco, Mais 22 pessoas, Você.

Momento de partilha do IFPI Campus Floriano

Joselma Ferreira Lavor de Lima está apresentando

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

A inclusão do(a) aluno(a) com deficiência visual na Educação Profissional e Tecnológica

Prof. Dra. Joselma Lavôr

NAPNE
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA

16:46 | 3º Encontro de Formação Colaborativa

Participants: José Francisco, Natercia Freitas Ri..., Joselma Ferreira L..., Robson A. B. Freitas, Mais 25 pessoas, Você.

Momento de partilha do IFPI Campus Piripiri





Lucilene Lima dos Santos Vieira está apresentando

**"FORMAÇÃO COLABORATIVA EM INCLUSÃO ESCOLAR:
COMPARTILHANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E
METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS"**

3º ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA
INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Breve relato de experiências com estudante do IFPI –
Campus Picos**
Professora Lucilene Lima dos Santos Vieira

17:50 | 3º Encontro de Formação Colaborativa

Participants: Lucilene Lima dos..., José Francisco, Jonathas Jivago d..., Gercivania Gome..., Joselma Ferreira ..., Jonathas Jivago d..., Sandra Helena oli..., Mais 22 pessoas, Você

Momento de partilha do IFPI Campus Picos

2- Sequência Formativa colaborativa 4 (Módulo III)





EaD
Ensino a Distância do IFPI

Canto coral com a participação de uma aula cega
por [Mísia Tavares da Cruz Araújo](#) - Tuesday, 30 May 2023, 13:05

Bom dia,
Venho aqui compartilhar minha experiência envolvendo o ensino de música para uma aluna cega na cidade de Oeiras.

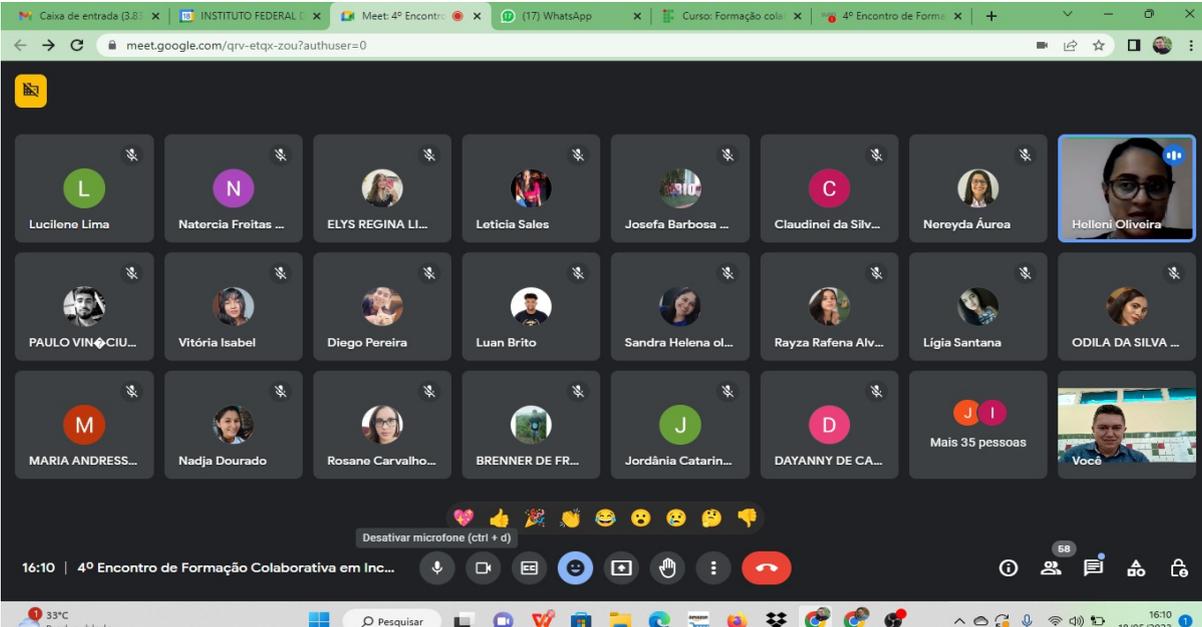
Aluna veio até mim por intermédio do meu coordenador pedagógico, que viu na música em especial no canto coral a possibilidade de inclusão dessa aluna oriunda da comunidade de Oeiras.

Confesso que no primeiro momento me vi desafiada, pois seria a primeira vez que trabalharia com uma aluna nessas condições. Não sabia como iniciar e não me via capaz de trabalhar com uma aluna cega. Depois me veio a pergunta: o que devo fazer? como fazer? Pensei rapidamente, vou trabalhar com a habilidade que é mais apurada nela a audição, pois música é som, antes mesmo do código musical. Segue nesse pensamento e assim montei as

Momento de partilha no fórum de discussão

1- Sequência Formativa Colaborativa 1- (Módulo IV)

4º ENCONTRO DE FORMAÇÃO COLABORATIVA



Caixa de entrada (3.8) x INSTITUTO FEDERAL x Meet: 4º Encontro x (17) WhatsApp x Curso: Formação col... x 4º Encontro de Form... x +

meet.google.com/grv-etqx-zou?authuser=0

Desativar microfone (ctrl + d)

16:10 | 4º Encontro de Formação Colaborativa em Inc...

33°C Pred. nublado

18/05/2023

Momento de partilha do IFPI Campus Picos



José Francisco está apresentando

WPS Office - Orientações - SUROEZ (1).pdf

Dentro do possível, evitar tocar no estudante; estabelecer rotinas de trabalho, tal como sinalizar o momento da participação numa dada atividade; buscar estar atento às relações entre os pares, para evitar possível bullying.

• Será necessário a presença do Profissional Tradutor e Intérprete de Língua

17:07 | 4º Encontro de Formação Colaborativa em Inc...

Zoom meeting interface showing participants: NATERIA FREITAS RIBEIRO, bruno santos, PAULO VINÍCIUS D..., Wanderson de Sousa..., José Francisco, Mais 47 pessoas, and Você.

Momento de partilha do IFPI Campus Teresina Zona Sul

Rodolpho Carvalho Leite está apresentando

Projetos Integradores / Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior

EnsinO, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento e educação para todos

Extensão: Interdisciplinaridade, Interação Dialógica, Indissociabilidade ensino, pesq. e ext., Impacto e Transformação social, Impacto na Formação do estudante

INSTITUTO FEDERAL Piauí

17:30 | 4º Encontro de Formação Colaborativa em Inc...

Zoom meeting interface showing participants: Rodolpho Carvalho Leite, José Francisco, NAPNE-CATZS Núcleo d..., bruno santos, Wanderson de Sousa Lei..., Diego Pereira, Mais 29 pessoas, and Você.

Momento de partilha do IFPI Campus Oeiras

2-Sequência Formativa Colaborativa 4 (Módulo IV)





Re: Algumas dicas!

por [José Francisco da Silva Filho](#) - Friday, 26 May 2023, 16:51

A presença do intérprete de Libras é de fundamental importância para a inclusão do aluno surdo, visto que este intérprete realiza o importante trabalho de estabelecer uma ponte entre professor e alunos surdos e/ou entre alunos ouvintes e alunos surdos; considerando o processo de comunicação entre a língua portuguesa (modalidade oral da língua) e Libras (modalidade visual da língua). Esse profissional realiza a tradução de ambas as línguas no espaço da sala de aula com o objetivo de dar condições de acessibilidade comunicacional para estudantes surdos presentes. No IFPI Campus Picos temos uma intérprete de Libras, a servidora Laise Leal que desenvolve esta tão importante missão.

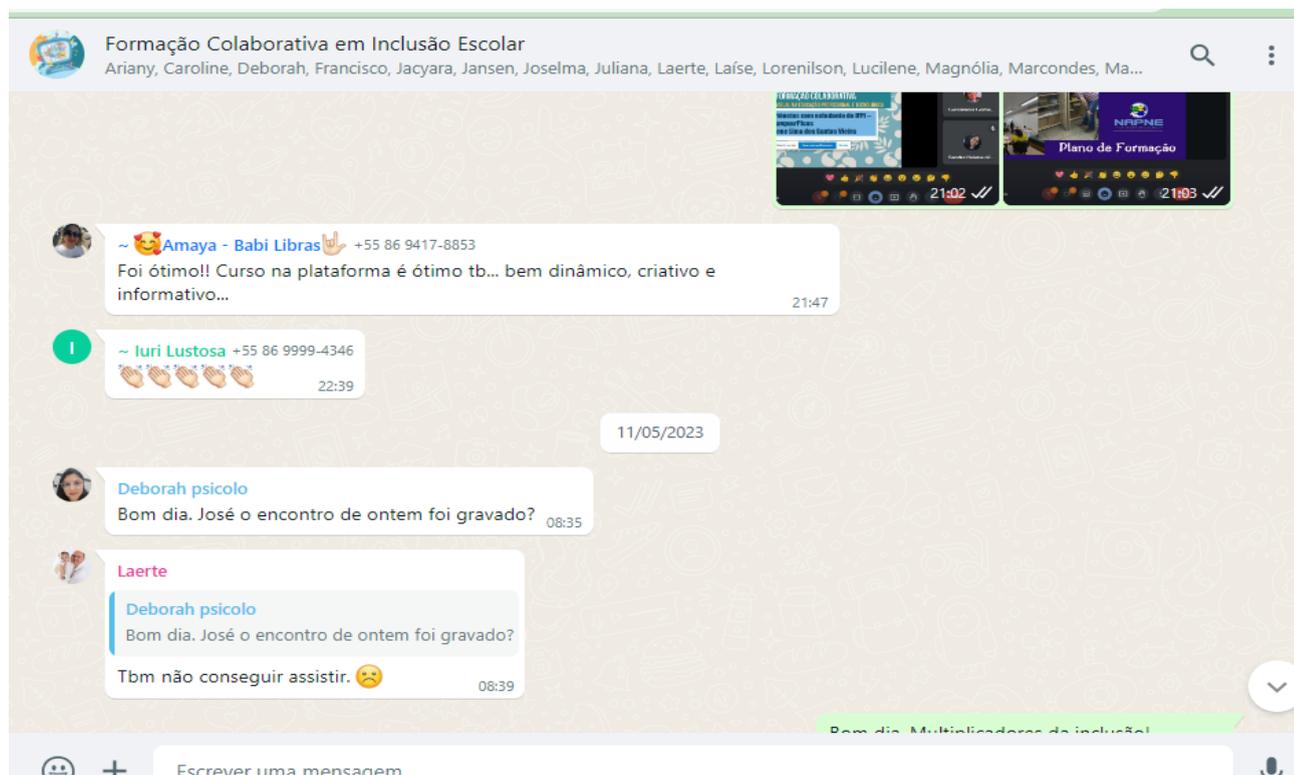


Momento de partilha no Fórum de discussão

7. RECURSOS DE APOIO AO CURSO DE EXTENSÃO



Whatsapp: recurso tecnológico digital que facilita a comunicação entre coordenador/tutor e cursistas e possibilita partilhar práticas pedagógicas, metodologias de ensino, livros, materiais e atividades adaptadas, jogos, dentre outros que contribuíram para a formação em inclusão escolar. Foi criado um grupo do whatsapp para repassar informações sobre o curso e partilhar práticas, materiais didáticos e experiências em inclusão escolar.



Grupo do Whatsapp Formação colaborativa em inclusão escolar



CINEMA INCLUSIVO: Foram as dicas de filmes que era repassada no grupo “formação colaborativa em inclusão escolar”, nos 4 sábados do período do desenvolvimento do curso. As dicas de filmes aconteciam sempre no sábado à tarde e estavam ligadas às temáticas trabalhadas nos módulos. O Cinema Inclusivo contribuiu para o fortalecimento da proposta de formação continuada em inclusão escolar, pois os filmes indicados traziam a realidade da vivência das deficiências, das lutas pela inclusão, das práticas pedagógicas que causavam exclusão e as que possibilitam a inclusão, dentre outras discussões que contribuem para a reflexão e compreensão da necessidade da inclusão das pessoas com deficiência. .

Quadro 05: Dicas de filmes repassadas no cinema inclusivo

Sábado 29/04 Tema: Acolhida ao aluno PAEE na escola	Sábado 06/05 Tema: Autismo	Sábado 13/05 Tema: Deficiência visual	Sábado 20/05 Tema: Deficiência auditiva
			
Filme: como estrelas na terra. Mostra a história de um garoto com dislexia que não é compreendido pelos professores e seus pais, mas a partir do contato com um professor substituto de arte ele passa a ser compreendido, sendo que a prática pedagógica do professor faz toda a diferença.	Série: The Good Doctor. Mostra a história de um jovem médico com autismo que começa a trabalhar em um famoso hospital. Além do desafio da profissão, ele terá também que provar sua capacidade a seus colegas e superiores.	Filme: O Milagre de Anna Sullivan. Mostra a história da incansável professora Anne Sullivan que tenta fazer com que Helen Keller, uma garota cega, surda e muda, se adapte e entenda o mundo que a cerca. Para isso, entra em confronto com os pais da menina que, por piedade, a tratam de forma mimada.	Filme: E seu nome é Jonas. Mostra a história de Jonah que é um garoto surdo que recebe um diagnóstico errado de retardo mental e leva uma vida repleta de frustrações, até que seus talentos são reconhecidos.

Dicas de filme do Cinema Inclusivo



REFERÊNCIAS

BATISTA, Maria José. **Transtorno do Espectro Autista: quando você conhece e apoia, as peças se encaixam**/ Maria José Batista. - 2021. 34f.:il color.

BARBOSA, Vânia Benvenuti. **Conhecimentos necessários para elaborar o Plano Educacional Individualizado -PEI**/ Vânia Benvenuti Barbosa - 2019. 23f.:il color.

DINIZ, Antônia. **Proposta institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual.** / Antônia Diniz; Cesar Gomes de Freitas. - Rio Branco 2021. 56p.: il. (color.).

GODOY, Denise Aparecida Vechani. **Guia de Orientação para Inclusão de Alunos com Deficiência Visual.** / Denise Aparecida Vechani Godoy. - Florianópolis 2022. 81p.: il. color.

PESSEL, Edson Roberto Martins. Borbolinda: uma história de inclusão [ebook]. / Edson Roberto Martins Pessel, Daniela Medeiros de Azevedo Prates. Charqueadas, RS, – 2021.

RIBEIRO, Natércia Freitas. **Guia orientador para o atendimento educacional especializado na educação profissional e tecnológica** / Natércia Freitas Ribeiro. - 2022. 41 f. : il. color.

SILVA, Aurora Maria Baptista da. **Cartilha comunicação/interação: A gênese para a formação omnilateral de surdos e deficientes auditivos do Campus Barbacena.** Aurora Maria Baptista da Silva; Adriano Réder de Carvalho. Barbacena, MG, - 2021

XAVIER, Neri da Silva. **Ensino para surdos: um olhar sobre estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos no IF Sertão PE**/ Neri da Silva Xavier II, 32f.

